



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – MEL

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NA VARIEDADE LINGÜÍSTICA
DE FEIRA DE SANTANA: UM ESTUDO VARIACIONISTA**

JANIVAM DA SILVA ASSUNÇÃO

Feira de Santana, BA
2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – MEL

JANIVAM DA SILVA ASSUNÇÃO

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NA VARIEDADE LINGÜÍSTICA
DE FEIRA DE SANTANA: UM ESTUDO VARIACIONISTA**

Feira de Santana, BA
2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS – MEL

JANIVAM DA SILVA ASSUNÇÃO

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NA VARIEDADE LINGUÍSTICA
DE FEIRA DE SANTANA: UM ESTUDO VARIACIONISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida

Feira de Santana, BA
2012



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS – MEL

JANIVAM DA SILVA ASSUNÇÃO

NÃO PRECISA IMPRIMIR

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NA VARIEDADE LINGUÍSTICA
DE FEIRA DE SANTANA: UM ESTUDO VARIACIONISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em _____ de julho de 2012

Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida
Orientadora – UEFS

Profa. Dra. Odete Pereira da Silva Menon
UFPR

Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira
UEFS

Dedico este trabalho a Fernanda e Caroline, minhas filhas, a minha irmã Jessimeire Assunção e a minha orientadora e amiga Norma Lucia Fernandes de Almeida. Além de a uma AMIGA inesquecível, Sarah Dedes.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida, pelo rigoroso processo de orientação ao longo da construção deste trabalho. O meu débito de gratidão deve ser estendido aos meus primeiros passos na Iniciação Científica. Sou grata, acima de tudo, ao companheirismo, à fidelidade e à generosa amizade com que me tem agraciado ao longo de nossos anos de convívio acadêmico.

À Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira, pelo seu companheirismo e pela colaboração extremamente valiosa no percurso deste trabalho.

À Profa. Dra. Odete Pereira da Silva Menon, pela atenção dispensada.

À Profa. Dra. Josane Oliveira, pela incondicional atenção.

À Coordenação do Mestrado em Estudos Linguísticos (MEL) e a todo o corpo docente, de maneira especial à Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz e à Profa. Dra. Eliana Pitombo, pelas conversas esclarecedoras.

Ao Professor Iderval Miranda, por ter cedido, tão gentilmente, o seu tempo para me ajudar nos estudos preparatórios para a seleção do Mestrado.

À professora Silvana Araujo, pelo apoio dado na constituição do *corpus*.

À professora Telma Garrido pelo seu companheirismo.

A Rodrigo, Ed e Lucian que em tão pouco tempo me cativaram.

Agradeço também aos familiares e amigos, que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Denio e Marinez, muito obrigada!

Aos meus amigos Jan Santana e Paulo Freitas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo auxílio financeiro ao longo da graduação e durante o primeiro semestre do curso de pós-graduação (mestrado).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado a segunda etapa da minha trajetória no curso de mestrado.

A todos que fizeram parte dessa trajetória.

RESUMO

Partindo do pressuposto de que estão em uso muito mais formas de indeterminar o sujeito do que as que prescrevem as gramáticas tradicionais (GTs), este estudo propõe uma análise da variedade linguística de Feira de Santana. Para tanto, fez-se a utilização do *corpus* pertencente ao projeto intitulado *A língua portuguesa falada no semiárido baiano*, do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), do Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Com base na teoria da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1972), foram levados em consideração, para efeito de análise da variável aqui tratada, os fatores internos (linguísticos) tempo e modo verbal, tipo de oração, tipo de verbo e preenchimento ou não do sujeito, além dos fatores externos (sociais) sexo/gênero, faixa etária e escolaridade. Os resultados mostraram que os falantes feirenses utilizam, além das formas legitimadas pelas GTs – $\emptyset+V+SE$ e $\emptyset+3PP$ –, as formas pronominais **eu**, **você**, **a gente**, **nós**, **eles**, **formas nominais (FNs)**, $\emptyset+3PS$ e o $\emptyset+VINFINF$ para indeterminar o sujeito. Entre essas formas, as mais preferidas pelos feirenses são as variantes **a gente** e **você**, esta se caracterizando como a forma mais inovadora.

Palavras-chave: Sociolinguística. Indeterminação. Oralidade. Feira de Santana.

ABSTRACT

There are several other ways of using indeterminacy of the subject than those who prescribe traditional grammars (GTs). This study proposes to analyze the linguistic variety of Feira de Santana. To this own, we used a corpus of the project entitled *Portuguese language spoken in semi-arid region of Bahia*, at the Center for Portuguese Studies (NELP), on the Department of Arts and Letters, State University of Feira de Santana (UEFS). Based on the theory of Quantitative Sociolinguistics (Labov, 1972), we took into consideration for analysis of the variable treated here, the internal factors (linguistic) tense and mood verb, type of sentence, type of filling of the subject and verb, addition of the external factors (social) sex/gender, age and education. The results showed that in Feirense speakers use, beyond the forms legitimized by TGs - $\emptyset + V + SE$ and $PP +3 \emptyset -$, the pronominal forms *eu* 'I', *você* 'you', *a gente* 'we', *nós* 'we', *eles* 'they', *formas nominais (FNs)* 'noun forms', $\emptyset PS +3$ and $\emptyset + VINF$ for the indeterminacy of the subject. Among these forms, the variants that Feirense speakers prefer are: *a gente* and *você*, this one featuring the most innovative.

Keywords: Sociolinguistics. Indefinite subject. Orality. Feira de Santana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Estratificação da amostra de Feira de Santana (Informantes com escolaridade baixa)	64
Quadro 2 – Estratificação da amostra de Feira de Santana (Informantes com nível superior)	65
Gráfico 1 – Frequência dos recursos de indeterminação do sujeito no <i>corpus</i>	91
Gráfico 2 – Influência da faixa etária no uso do pronome você indeterminador	95
Gráfico 3 – Comportamento do pronome você indeterminador em relação ao sexo/gênero	97
Gráfico 4 – Cruzamento entre sexo/gênero e faixa etária em relação ao uso da forma você	99
Gráfico 5 – Influência da escolaridade no uso da variante você	100
Gráfico 6 – Cruzamento escolaridade e sexo/gênero em relação ao uso da forma você	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência dos recursos de indeterminação do sujeito no <i>corpus</i>	87
Tabela 2 – Influência da faixa etária no uso do pronome você indeterminador	95
Tabela 3 – Comportamento do pronome você indeterminador em relação ao sexo/gênero	96
Tabela 4 – Cruzamento entre sexo/gênero e faixa etária em relação ao uso da forma você	98
Tabela 5 – Influência da escolaridade no uso variante da variante você	99
Tabela 6 – Cruzamento escolaridade e sexo/gênero em relação ao uso da forma você	100
Tabela 7 – Influência do tempo e modo verbal no uso da variante você	102
Tabela 8 – Influência do tipo de oração no uso da variante você	105
Tabela 9 – Influência do tipo de verbo no uso da variante você	105
Tabela 10 – Influência da variável preenchimento do sujeito no uso da variante você	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O SUJEITO	16
1.1 A CONCEPÇÃO TRADICIONAL	16
1.2 O SUJEITO NA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA	19
1.3 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	24
1.3.1 A gramática tradicional	24
1.3.2 Contextualizando a discussão sobre a indeterminação do sujeito	26
1.3.3 Delimitando a indeterminação	32
1.3.3.1 Determinação e indeterminação	32
1.3.3.2 Indeterminação e indefinição	34
1.3.3.3 A indeterminação e a impessoalização	37
1.4 CONSTRUÇÕES DE INDETERMINAÇÃO	37
1.5 PROPOSTAS DA LINGUÍSTICA	42
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	52
2.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	52
2.2 O <i>CORPUS</i>	60
2.2.1 A constituição do <i>corpus</i>	60
2.2.2 A cidade de Feira de Santana	61
2.2.3 Os Informantes	63
2.2.4 As entrevistas	65
2.2.5 As transcrições	65
2.3 SUPORTE QUANTITATIVO	66
2.4 LEVANTAMENTO DAS OCORRÊNCIAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	66
2.5 VARIÁVEIS CONSIDERADAS	67
2.5.1 Variantes com sujeito lexical preenchido	68

2.5.1.1 Tu.....	68
2.5.1.2 Eu.....	68
2.5.1.3 Você.....	69
2.5.1.4 A gente.....	71
2.5.1.5 Nós.....	73
2.5.1.6 Eles	75
2.5.1.7 Formas nominais (FNs)	77
2.5.2 Variantes sem sujeito lexical preenchido.....	78
2.5.2.1 Verbo na terceira pessoa do singular (ØV3PS).....	78
2.5.2.2 Verbo na terceira pessoa do plural (ØV3PP).....	78
2.5.2.3 Ø +Verbo+Se.....	79
2.5.2.4 Ø + Verbo infinitivo (Ø+V INF)	81
2.6 VARIÁVEIS INDEPENDENTES	81
2.6.1 Variáveis linguísticas.....	81
2.6.2 Variáveis extralinguísticas	84
2.6.2.1 Sexo/gênero	84
2.6.2.2 Faixa etária	84
2.6.2.3 Escolaridade.....	85
3 ANÁLISE DOS DADOS	87
3.1 VARIÁVEIS SELECIONADAS PELO PROGRAMA.....	94
3.1.1 Faixa etária.....	95
3.1.2 Sexo/gênero	96
3.1.3 Escolaridade.....	99
3.1.4 Tempo e modo verbal.....	102
3.2 GRUPOS DE FATORES NÃO SELECIONADOS	104
3.2.1 Tipo de oração.....	104
3.2.2 Tipo de verbo	105

3.2.3 Preenchimento do sujeito	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	115

INTRODUÇÃO

Partindo do princípio de que nenhuma língua é homogênea e que variação linguística se constitui em um fenômeno universal, o Português Brasileiro (PB) não se encontra à margem desse universo. No entanto, há núcleos que resistem em aceitar esse fato, a exemplo da instituição de ensino que fica presa a manuais de gramática, insistindo incansavelmente em padronizar a língua.

Entendendo que variação linguística implica na existência de formas alternativas com o mesmo valor referencial, partimos para o estudo da indeterminação do sujeito, que apresenta, na variedade linguística de Feira de Santana, diversas formas de representá-la, contrariando assim as Gramáticas Tradicionais (GTs).

O tema em questão, a indeterminação do sujeito, será estudado a partir de um *corpus* constituído na cidade de Feira de Santana. Os informantes são falantes feirenses de ambos os sexos, possuidores de nível de escolaridade baixa – fundamental I – e escolaridade alta – superior completo –, contemplando três faixas etárias: I (25-35); II (45-55); III (acima de 65). O estudo está baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Variacionista (LABOV, 2008 [1972]).

Procuramos verificar, neste estudo, se os falantes feirenses utilizam formas diferenciadas, das propostas pelas GTs, para indeterminar o sujeito, quais são e o que condiciona tais usos, se fatores internos e/ou externos à língua, apontando um processo de variação estável ou mudança em curso.

Este trabalho procura “responder” essas questões intencionando contribuir com a caracterização da variedade linguística de Feira de Santana – de uma forma mais restrita – e de uma forma mais ampla, na caracterização da diversidade linguística do PB. Para isso, como já apontado acima, levamos em conta fatores linguísticos e sociais, identificando os contextos que condicionam a variação na indeterminação do sujeito, partindo de algumas hipóteses: os falantes feirenses fazem uso de diferentes formas para indeterminar o sujeito além das propostas pelas GTs; não existindo preferência pelo uso de uma forma em detrimento de outra, ou seja, variação estável, e não há uma avaliação social explícita.

A trajetória deste estudo está descrita da seguinte forma: no primeiro capítulo deste trabalho, *O sujeito*, encontra-se uma revisão bibliográfica sobre o tema; no segundo capítulo, *Pressupostos teórico-metodológicos*, apresentamos a teoria e toda a metodologia empregada para a realização deste estudo, além da apresentação minuciosa dos procedimentos empregados para as análises; no terceiro e último capítulo, *Análises e resultados*,

apresentamos as análises, tanto de base quantitativa quanto de base qualitativa com foco em um estudo em tempo aparente.

Focando questões de base mais formal, a apresentação da numeração dos gráficos, tabelas e quadros será contínua em todo o trabalho; no que se refere aos exemplos, por questões práticas, serão renumerados a cada novo capítulo; no momento de descrevermos os fatores selecionados pelo programa GOLDVARB (2001), respeitamos a classificação, porém por questões prática, optamos por analisar as variáveis independentes de forma contínua.

Na conclusão retomamos algumas questões a fim de relacionar os resultados de uma forma mais abrangente.

1 O SUJEITO

Considerando que o tema central deste trabalho é a indeterminação do sujeito, faz-se necessário estabelecer a concepção de sujeito mais adequada a nossa perspectiva teórica, para, em seguida, tratarmos de sua indeterminação. Para tanto, apresenta-se uma exposição de diferentes abordagens, iniciando essa trajetória pela visão das gramáticas tradicionais (GTs) de alguns autores, entre eles: Almeida ([1941] 1999); Nicola & Infante (2002); Bechara (2003); Cunha & Cintra (2007/2008); Cegalla (2008); Sacconi (2010). Na sequência, a visão de linguistas como: Pontes (1986); Perini (1996); Neves (2000); Castilho (2010). Por fim, nos centraremos na discussão sobre indeterminação do sujeito, apresentando a perspectiva da GT e resultados de pesquisas realizadas sobre esse aspecto, tanto na oralidade quanto na escrita: Milanez (1982); Rolleberg *et al* (1991); Menon (1994); Setti (1997); Godoy (1999); Carvalho (2010).

1.1 A CONCEPÇÃO TRADICIONAL

[...] Três cegos rodeiam um elefante e tentam achar uma definição para o bicho. Um palpa suas pernas e diz que o elefante é uma coluna cilíndrica, rígida, imóvel. Outro palpa a cauda e concorda com o primeiro, exceto no quesito da imobilidade. O terceiro palpa a tromba e discorda dos dois no quesito da rigidez. Qual deles tem razão? Nenhum e todos ao mesmo tempo, pois cada um fez uma descoberta válida por si mesma, ainda que incompleta. (CASTILHO, 2010, p.41)

Castilho (2010) afirma que o conceito de sujeito tem-se revestido de certa fluidez na teoria gramatical e que estudos diversos têm focalizado as dificuldades dos gramáticos e dos sintaticistas; acrescenta que tais dificuldades derivam da natureza tríplice de tudo aquilo que é reconhecido como sujeito: o sujeito sintático, o sujeito discursivo e o sujeito semântico. Concordando com a assertiva de Castilho, apresentamos diferentes conceitos de sujeito a partir do ponto de vista das GTs.

Assim, vejamos: para Almeida ([1941] 1999), Cunha & Cintra (2007, 2008) e Cegalla (2008), o sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração. Castilho (2010) argumenta que tal definição parte do ponto de vista do sujeito discursivo, tendo a sentença como lugar da informação. “Nessa perspectiva, o sujeito é aquele ou aquilo de que se declara algo. Ele é o ponto de partida da predicação, é seu tema” (CASTILHO, 2010, p.295). Acredita ele que muitas dessas concepções adotadas pelas GTs foram influenciadas pelos

linguistas da Escola de Praga¹, como Danes (1966), Dusková (1985), e ainda por aqueles que repercutiram suas ideias, como Halliday (1985).

[...] essa abordagem informacional da sentença ficou conhecida como a teoria da articulação tema-rema. De acordo com ela, o tema sentencial pode ser entendido como ‘aquilo que vem primeiro’, como ‘o ponto de partida de uma mensagem’. (HALLIDAY, 1966-1969^a: 39-45 apud CASTILHO, 2010, p.295, grifo do autor)

Ilari (1985) coloca em evidência que, partindo de uma análise informacional da sentença, a grande mensagem da Escola de Praga é que não dá para confundir sujeito, agente e tema, três funções diferentes realizadas numa mesma expressão.

Encontramos também a concepção de um sujeito discursivo na gramática de Augusto Ephanio da Silva Dias ([1870] 1881, p.8 apud ASSUNÇÃO; SANTOS, [s.d.], p.50), quando da explicação da constituição da oração e ao dividi-la em duas partes principais: sujeito e predicado; o sujeito como “[...] aquilo a respeito de que se anuncia alguma cousa [...]”. Isso confirma o que já é sabido: que muitas das análises encontradas nas GTs do PB apresentam também suas raízes na estrutura gramatical do português europeu (PE).

Já Sacconi (2010, p.358) critica a concepção colocada por Cunha & Cintra (2007, 2008) e Cegalla (2008), ou seja, a de sujeito ser o ser sobre o qual se declara algo, defendendo que “esta definição é comum e imperfeita, porque não leva em consideração as orações interrogativas, imperativas e optativas, além de existirem sujeitos que não são seres, mas estados, qualidades, fatos ou fenômenos”. Assim, Sacconi (2010) apresenta o seu conceito em concordância com Almeida ([1941] 1999), no que se refere à representatividade, quando afirma que sujeito é o ser ou aquilo a que se atribui a ideia contida no predicado; afirma, sobre outro aspecto, que o sujeito é o termo representado por substantivo ou expressão substantiva, ao qual, no sintagma oracional, se atribui um predicado. Nota-se que o autor amplia a representatividade do sujeito em relação à representatividade colocada por Cunha & Cintra (2007, 2008) e Cegalla (2008), o sujeito como o **ser** ou **aquilo** a que se atribui uma ideia contida no predicado, analisando também o sujeito do ponto de vista discursivo, porém dando ênfase ao predicado, ou seja, enfatizando o rema.

Nicola & Infante (2002) analisam o sujeito do ponto de vista sintático, afirmando que ele estabelece concordância com o verbo. Acrescentam estes gramáticos que uma das formas de identificar o sujeito é a sua relação com a desinência verbal. A este respeito Perini (1996) aponta que:

¹ A Escola de Praga surgiu no século XX, segundo registros, em outubro de 1926, na antiga Tchecoslováquia, pelo linguista Mathesius; teve como base teórica o funcionalismo linguístico.

Uma função sintática se define através das relações sintagmáticas entre os diversos termos da oração: ordem das palavras, regência etc. Assim a função de sujeito se caracteriza por certas posições na oração, e por estar em relação de concordância de pessoa e número com o verbo.(p.39)

Exemplificando:

- (1a) “Minha primeira lágrima caiu dentro dos teus olhos.” (NICOLA & INFANTE, 2002,p.248, grifo dos autores)

Argumentando, Nicola & Infante (2002) dizem que o verbo da oração é **caiu**, que está na terceira pessoa do singular em concordância com o sujeito **lágrima** e, se passarmos o verbo para o plural, perceberemos que o sujeito apresentará a forma no plural **lágrimas**:

- (1b)“Minhas primeiras lágrimas caíram dentro dos teus olhos.” ((NICOLA & INFANTE, 2002, p.248, grifo do autor)

Os autores apresentam **lágrima** como a principal palavra do sujeito, ou seja, o núcleo do sujeito, é com este que o verbo deve concordar: **lágrima caiu > lágrimas caíram**.

Pesquisando na gramática de Evanildo Bechara, percebemos sua comunhão com os autores acima citados quando da definição do sujeito por critérios sintáticos; assim vejamos:

[...] Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração. É, na verdade, uma *explicitação léxica* do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal [...] (2003,p.409, grifo do autor).

Nessa perspectiva, o autor exemplifica:

- (2) Eu estudo no colégio e eu e dois irmãos brincamos no clube.

Os núcleos verbais das duas orações **estudo** e **brincamos** incluem os morfemas **o** (stud-o) e **mos** (brinca-mos), que indicam os sujeitos gramaticais, ou seja, 1ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural, respectivamente. Bechara (2003) enfatiza que sujeito é uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de agente e paciente. Complementa dizendo que o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal, ele pode representar o paciente.

- (3a)“**Machado de Assis** escreveu extraordinários romances.” (BECHARA, 2003, p.410, grifo nosso)

- (3b) “**Extraordinários romances** foram escritos por Machado de Assis”. (BECHARA, 2003, p.410, grifo nosso)

Analisando a sentença (3a), notamos que **Machado de Assis** representa tanto o agente quanto o sujeito; já na sentença (3b), **Machado de Assis** representa o agente, mas não representa o sujeito; aí, o sujeito paciente é **Extraordinários romances**.

Apesar de apontar para a questão de agentividade, Bechara (2003) objetivou, com esses exemplos, ratificar a sua análise, mostrando que não importa a agentividade nem a passividade, a questão é a concordância entre o sujeito e o verbo. Portanto, as propriedades semânticas não são exploradas por este autor, nem pelos gramáticos já citados. De acordo com Castilho (2010), a propriedade semântica mais explorada na GT é a da indeterminação do sujeito, que será tratada ainda neste capítulo.

Ao final dessa breve leitura das GTs, concluímos que, de fato, como nos apresenta Castilho (2010), o sujeito vem sendo analisado de pontos de vista diferentes: discursivo, sintático e semântico, preferindo a maioria dos gramáticos consultados analisar o sujeito do ponto de vista discursivo.

Perini (1996, p.6) credita as falhas das GTs a três grandes pontos: “Sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes”. Observamos que a falta de direcionamento dos gramáticos se deve à maneira como eles enxergam a língua: um sistema homogêneo e invariável, isso se dá pelo intrínseco papel que têm os gramáticos no contexto social: o de ensinar a norma gramatical padrão².

1.2 O SUJEITO NA PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA

Castilho (2010) apresenta a *agentividade* como a propriedade mais comumente identificada no sujeito. Essa mesma propriedade foi reconhecida por Pontes (1986, p. 238) e é estatisticamente predominante entre os professores entrevistados por ela. “Comecei estudando a noção de sujeito, cheguei à conclusão de que o sujeito típico é o agente. Mas daí verifiquei que era preciso estudar a própria noção de agente [...]”. Para ela, o agente se configura em um sintagma nominal (SN) humano ou, pelo menos, animado, causador de uma ação.

² Consideramos aqui a definição de norma - padrão adotada pelos linguistas: variedade à qual uma comunidade de fala atribui um prestígio maior, em face do qual as demais variedades sofrem discriminação; nesse contexto aqui tratado, estamos fazendo referência à norma pedagógica ou padrão escolar.

(4) João quebrou o copo.

No entanto, ela atenta para algumas questões. Vejamos a oração seguinte, com verbo intransitivo:

(5) João correu.

Pontes (1986) considera que tanto na oração (4) quanto na oração (5) há um agente; no entanto, ressalva que, em **João correu** – sentença construída com verbo intransitivo –, o sujeito não se configura em um agente tão convincente quanto o da oração (4), contruída com verbo transitivo. Outra situação apresentada pela autora são as orações *pseudo-reflexivas*:

(6) João se machucou nas pedras.

Neste caso, “[...] o sujeito é afetado e não o agente [...] o sujeito sofre a ação” (PONTES, 1986, p.21). A autora, para definir sujeito, faz uma distinção entre este e o agente assim como o fez Perini (1996). Ela afirma que sujeito é um conceito sintático, enquanto que agente e paciente são conceitos semânticos, havendo sujeitos que não são agentes e agentes que não são sujeitos, a exemplo do agente da passiva. Acrescenta que não se deve levar em consideração o traço de agente na definição de sujeito. Apresenta como exemplos:

(7) O carro furou o pneu.

(8) Eu operei o estômago.

Nas sentenças acima apresentadas, encontramos traços de um sujeito básico, prototípico, como descreve a autora: agente, animado, tópico, pré-verbal. A autora nos chama a atenção para um necessário cuidado em relação à sentença de ordem sujeito-verbo-objeto (SVO), que apresenta uma ilusão de que sempre existe sujeito agente. Em Cunha & Cintra (1985), quando da atitude do sujeito com referência aos verbos de ação, encontramos o mesmo posicionamento de Pontes (1986).

(9a) **Maria** levantou o menino.

(9b) **O menino** foi levantado por Maria.

Na voz ativa (9a), o termo que representa o agente é o sujeito do verbo, o que representa o paciente é o objeto direto; na voz passiva (9b), o objeto (paciente) torna-se o sujeito do verbo. Nota-se que a ação não é praticada pelo sujeito **o menino**, mas pelo agente da passiva, **Maria**.

Pontes (1986), ao investigar o que vem a ser sujeito, buscou explicações em várias vertentes teóricas e propôs uma visão que partisse do sujeito típico, acreditando que assim conviveríamos melhor com os casos que fogem ao conceito tradicional de sujeito. Observa que o problema de conceituar sujeito não difere de outros problemas conceituais em linguística.

Rolleberg *et al* (1991, p. 57) afirmam que “o sujeito oracional é uma função sintática indicada pela relação que os vocábulos têm entre si dentro da oração; deste modo, à exceção da que contém verbo impessoal, possui sujeito [...]”. Ressalvam que, ao tratar da indeterminação do sujeito, estamos, na verdade, tratando da indeterminação da referência do sujeito.

Perini (1996), em sua *Gramática descritiva do português brasileiro*, considerando uma análise a partir do ponto de vista sintático, apresenta o sujeito como o termo da oração que está em relação de concordância com o núcleo do predicado (NdP)³. Acrescenta que a sua função é um dos aspectos da organização formal da oração, e não um dos aspectos da mensagem vinculada pela oração, ou seja, a análise sintática não leva em conta o papel semântico discursivo do termo em questão. Nessa perspectiva, o autor critica a definição de sujeito apresentada comumente, com base em critérios semântico-discursivos, argumentando que esta deixa dúvidas em alguns casos, a exemplo de:

- (10a) Vendi meu jegue.
 (10b) Cheguei ontem de Goiânia.

De acordo com a definição adotada de sujeito, o autor classifica essas orações como orações sem sujeito, por não existir nenhum termo explícito que esteja em relação de concordância com o verbo. Porém, partindo de uma análise tradicional, essas orações contêm sujeito oculto⁴, o que contraria a ideia de sujeito como termo com o qual o verbo concorda. Daí, Perini (1996, p. 366) observa que “o interesse de se postular os ‘sujeitos ocultos’ vem da presumida possibilidade de tratá-los da mesma maneira que os ‘sujeitos claros’”. Assim, a concordância se explica da mesma forma como nos casos em que o sujeito é explicitado:

- (11a) Eu vendi meu jegue.
 (11b) Eu cheguei ontem de Goiânia.

³ De acordo com Perini, a propriedade “estar em relação de concordância com o NdP” que define o sujeito é também chamada um **traço** que o constituinte tem na oração.

⁴ Para algumas correntes da linguística, como a gerativa, há nesses exemplos o sujeito nulo, que é identificado por marcas morfológicas.

Observa-se que, nas orações (11a) e (11b), o sujeito explicitamente representado pela primeira pessoa do singular (eu) é o mesmo que está implícito em (10a e 10b), não valendo a pena postular sujeito oculto.

No que se refere às questões semânticas, o descritivista diz que a primeira tem a ver com o caráter redundante da informação sobre o sujeito – ou, mais exatamente, sobre a entidade semântica, qualquer que seja, expressa pelo sujeito em cada oração como na frase (12a) por exemplo:

(12a) Vendi meu jegue.

Ele apresenta a necessidade de uma regra semântica para interpretar a terminação verbal como referindo-se a determinada pessoa, neste caso, o falante. Afirma, ainda, que a única fonte possível é a terminação verbal.

(12b) **Eu** vendi meu jegue.

(13) Marivânia chegando, a farra vai começar.

O autor apresenta a oração (12a) como sinônima da oração (12b); ambas incluem a informação de que o agente de **vender** é o falante, porém esta informação que aparece em (12b) apresenta redundância marcada pela terminação verbal e pelo preenchimento do sujeito. Em (12a) não há redundância, porque o sujeito não está explícito.

Quanto ao sujeito, o gerúndio (13) é apontado por Perini (1996) como o mais sério dos casos que deixam dúvidas, pelo fato de não apresentar desinência de pessoa-número e, mesmo assim, apresentar sujeito.

Afirma ele que a rigor seria necessário negar que haja sujeito na primeira oração já que aí o verbo não concorda com nenhum dos termos. No entanto, **Marivânia** funciona como sujeito. O descritivista justifica esse fato, argumentando que o sujeito, definido por sua relação de concordância com o verbo, apresenta alguns traços que contribuem para delinear o protótipo da função de sujeito: a posição logo antes do NdP; as condições que governam a possibilidade de ocorrência do sujeito antes ou depois do NdP; a possibilidade de ser retomado por pronome do caso reto. Ele justifica tal análise, defendendo que ela apresenta vantagens porque nos permite analisar as condições de posposição do sujeito e de ocorrência dos pronomes retos, de maneira mais simples e unificada.

Vejamos o que diz Perini (1996, p. 260) das funções sintáticas, do ponto de vista do seu papel semântico, o qual “[...] se refere às relações de significado expressas pelas funções sintáticas em si, independentemente de seu preenchimento léxico [...]”. Assim, qualquer elemento que seja sujeito em determinadas condições terá uma relação semântica particular com o significado do restante da oração.

(14) Zé quebrou a garrafa.

O papel semântico de **Zé** é agente e o de **garrafa** é paciente; o sujeito tem o papel semântico de agente, e o objeto direto, de paciente. O autor chama a atenção para o fato de um único sintagma poder receber, simultaneamente, mais do que um papel semântico. Dentre estes papéis, ele apresenta o de agente, paciente, instrumento, fonte e meta. Dentre as propriedades semânticas do sujeito, apresenta também a referencialidade, considerando que um sintagma tem interpretação referencial quando denota uma entidade entendida como existente, identificável:

(15) Um elefante pisou no meu pé.

O descritivista argumenta que **elefante** (sujeito) é facilmente identificável, objetivando mostrar que a função sintática de um sintagma pode condicionar o tipo de referência que ele pode ter. Sugere que, a partir dessa perspectiva, as restrições do tipo de referência podem ser preenchidas por sintagmas nominais ou adjetivos (objeto direto) e outras apenas por sintagmas nominais como o sujeito.

Castilho (2010), em sua *Nova gramática do português brasileiro*, apresenta um panorama de como vem sendo tratado o sujeito gramatical. Apresenta o sujeito sintático, o sujeito discursivo e o sujeito semântico; discute essas questões, mas não apresenta uma definição de sujeito. Procura olhar o que se esconde por trás das classificações, identificando os processos criativos do português brasileiro.

O autor aponta, assim como Pontes (1986), que a propriedade semântica mais comumente identificada no sujeito é a da agentividade. Ele argumenta que essa propriedade apresenta alguns limites, como a questão da ambiguidade, além de não garantir que um constituinte seja necessariamente codificado como sujeito, o que aponta para outra falta de correspondência entre o sistema semântico e o sistema sintático. No domínio da caracterização semântica do sujeito, além da agentividade, Castilho (2010) trata da questão da animacidade / não animacidade; referencialidade / não referencialidade; determinação / indeterminação. Nessa seção, não trataremos da questão da determinação/indeterminação primando pela objetividade.

No que se refere à animacidade / não animacidade do sujeito, o autor supracitado apresenta dois traços semânticos que caracterizam o traço / + animado/: o de/ ± humano/ e o /± agentivo/. Essas características se justificam por não ser obrigatório que um referente animado tenha que ser necessariamente humano e controlador da ação. Milanez (1982), ao delimitar a indeterminação, aponta o traço /+ humano/ como característica inerente da

indeterminação, portanto neste trabalho a animacidade/ não animacidade não será levada em conta.

A referencialidade / não referencialidade nos interessa por estarem relacionadas à determinação e a indeterminação. De acordo com Castilho (2010, p.297), “um sujeito /referencial/ é aquele que destaca determinado referente dentre o conjunto dos referentes possíveis que compartilham as propriedades indicadas pelo sintagma nominal-sujeito”. Dubois (1980), citado por Castilho (2010), ao tratar da definitude, argumenta que esse traço é identificável a partir da dinâmica do discurso. Para ele, é /definido/ o referente que ocupa um papel de relevo no texto, seja uma personagem de narrativa, seja um objeto de importância na enunciação. Quanto aos referentes /-definido/, afirma o autor que são aqueles para os quais o ouvinte tem de abrir um arquivo em sua mente. Portanto, encontraremos no texto relação referencial.

A noção de sujeito referencial, também apresentada por Perini (1996), foi adotada por Milanez (1982), Rollemberg *et al* (1991), Menon (1994), Setti (1997) e Godoy (1999). E esta será a propriedade semântica adotada neste trabalho, por ser a mais adequada à nossa proposta. Consideraremos a referencialidade, para apontar a não-referencialidade. Dubois (1980) aponta que uma das formas de separar os sujeitos referenciais /definidos/ dos /-definidos/ é rastreando os sujeitos sentenciais no texto. Nas próximas seções, sobre a indeterminação do sujeito, encontra-se uma explicação mais detalhada dessa questão.

1.3 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

1.3.1 A gramática tradicional

Na seção anterior, sobre a definição de sujeito, encontra-se uma explanação e discussão sobre como as GTs tratam esse tema. Constatamos que os gramáticos fazem uso de aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos para tratar dessa questão, sem explicações plausíveis.

Uma vez feita a opção pelo sujeito referencial, aquele que está relacionado a um determinado referente – o qual compartilha as propriedades indicadas pelo sintagma nominal sujeito –, passamos para a apresentação da visão de alguns gramáticos, ao mesmo tempo em que expomos a visão de linguistas, no que diz respeito à indeterminação do sujeito e como é prescrito o seu uso, para, a partir daí, apresentarmos como trataremos a indeterminação.

De acordo com Castilho (2010), a indeterminação do sujeito é a propriedade semântica mais explorada na GT. Vejamos como os gramáticos tratam esse tema.

Para Almeida (1999), o sujeito é indeterminado quando de impossível identificação. Como anteriormente apontado, Bechara (2003), ao definir sujeito, utiliza-se de critérios sintáticos, no entanto se apoia em critérios discursivos ao definir sujeito indeterminado como aquele que não se nomeia, ou por não querer, ou por não saber fazê-lo. Cegalla (2008) se posiciona de forma semelhante, ao dizer que o sujeito é indeterminado quando a sua identidade é desconhecida realmente ou escondida propositalmente; acrescenta que é ignorada não só a identidade mas também o número de agentes.

Em Melo (1980), podemos notar uma semelhança com o que defende tanto Bechara (2003) quanto Cegalla (2008), ao afirmar que o que torna indeterminado o sujeito é a intenção ou a situação do falante, que não sabe ou não quer individuar, precisar, apontar o agente. Observamos que esses gramáticos partiram do ponto de vista semântico-pragmático para tratar do fenômeno da indeterminação.

Já para Nicola & Infante (2002), a indeterminação do sujeito surge quando não se quer ou não se pode identificar claramente a que o predicado da oração se refere; acrescentam que existe uma referência imprecisa ao sujeito. Cunha & Cintra (2007, p.125) mostram um posicionamento semelhante ao de Nicola & Infante (2002), ao afirmarem que o sujeito é indeterminado quando “algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento”. Logo podemos inferir que esses gramáticos, ao tratar da indeterminação, adotam critério sintático – interpretado na ausência de um sintagma demarcando a posição de sujeito – ao mesmo tempo em que adotam critérios semântico-pragmáticos, pois consideram a intenção do falante.

Sacconi (2010) afirma que o que torna o sujeito indeterminado é a não indicação do agente da ação verbal. Percebemos que esse autor não se distancia do pensamento dos outros gramáticos já mencionados aqui, uma vez que se utiliza do critério formal, o não preenchimento do sujeito lexical – critério que se apresenta como básico na indeterminação. O diferencial no posicionamento de Sacconi (2010) é a sua referência ao sujeito, por critérios semânticos, ao caracterizá-lo como agente, o que o aproxima do posicionamento de Cegalla (2008), quando da utilização da mesma propriedade para se referir ao sujeito. O uso dessa propriedade semântica para tratar do fenômeno da indeterminação não parece o mais consistente, uma vez que apresenta restrições para a definição de sujeito. Mostramos

anteriormente, com base em Castilho (2010), que a agentividade não dá conta de algumas problemáticas que envolvem o sujeito; por conseguinte isso se estende à indeterminação.

Como mostrado por Pontes (1986) e bem ressalta Castilho (2010, p. 296), “[...] a própria noção de agentividade nem sempre pode ser reconhecida sem ambiguidades num enunciado [...]”. Outra questão colocada pelo autor é que nada garante que um constituinte agente seja necessariamente codificado como sujeito. Esse mesmo argumento encontramos em Bechara (2003), quando da afirmação de que o sujeito é uma noção gramatical e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de agente e paciente. Assim, o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal. Posto que a agentividade apresenta suas limitações, não faremos o uso dessa propriedade semântica.

1.3.2 Contextualizando a discussão sobre a indeterminação do sujeito

É fato que os gramáticos apresentam dificuldades no trato da explicação do fenômeno da indeterminação do sujeito; essas dificuldades não são uma particularidade dos gramáticos contemporâneos: antes da nova Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), esse contexto já existia. Milanez (1982), em sua dissertação de Mestrado, intitulada *Recursos de indeterminação do sujeito*, ressalta que o conceito de indeterminação foi, até 1960, confundido com a impessoalização. A autora se apoia em Pereira (1940, p.12) para confirmar a sua colocação: “chama-se em gramática sujeito indeterminado o sujeito dos verbos impessoais”. Explicita o que ele define por verbos impessoais:

São os que exprimem fatos sem referência à pessoa de sujeitos determinados. (...) Há dois tipos de impessoais: *o essencial*, que exprime fenômenos meteorológicos, e que se apresenta na frase sem sujeito determinado, como por exemplo, os verbos: chover, trovejar, gear; e *o acidental*, que é o verbo pessoal, eventualmente impessoalizado; há os da forma ativa (‘Dizem que é tarde’, ‘faz três anos’) e os da forma passiva (‘Passeia-se’, ‘Come-se’, ‘Teme-se’, etc.) (PEREIRA, 1940, p.335 apud MILANEZ, 1982, p.12-13, grifos da autora)

Milanez (1982) apresenta o posicionamento de gramáticos contemporâneos como Pereira (1940), Silveira Bueno (1944), Souza Lima (1945), Góis (1947), Jucá Filho (1954); todos relacionam a impessoalidade à indeterminação, chegando até, em alguns casos, a confundir a indeterminação com a inexistência do sujeito. Silveira Bueno (1944), por exemplo, diz que “o sujeito é indeterminado quando realmente não existe, sendo o verbo impessoal: Chove, Troveja, Faz dez dias [...]”. Diante disso, percebe-se que esse autor, além

de relacionar a indeterminação à impessoalização, também a relaciona à inexistência do sujeito.

Assim como Milanez (1982), Menon (1994), em sua tese de doutorado, intitulada *Analyse sociolinguistique de l'indetermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil*, a partir *des données du NURC /SP*⁵, realizou uma análise sociolinguística da indeterminação do sujeito no português falado do Brasil, apresenta a posição de alguns autores no trato da indeterminação antes de 1960, quando ainda não estava em vigor a NGB. Dentre estes, tem um destaque maior Eduardo Costa Pereira (1948), pela credibilidade de sua obra. De acordo com a pesquisadora, várias edições foram publicadas após a primeira edição, em 1907. Acredita que essa obra foi representativa para os autores da primeira metade desse século.

[...] j'ai choisi Eduardo Carlos PEREIRA (1948), dont la grammaire a dépassé la centaine d'éditions, depuis la première en 1907. Je pense qu'elle est représentative de la position des auteurs de la première moitié de ce siècle [...] (MENON 1994, p.46, grifo da autora)⁶

A autora, ao consultar Pereira (1940), observou que ele, do § 374 ao § 383, discute as classificações do sujeito em voga, das quais discorda, argumentando que existem classificações desnecessárias, pois apresentam semelhanças entre os conceitos, a exemplo do sujeito complexo – que é classificado como aquele que é modificado por um complemento ou por um atributo – e do sujeito lógico ou total – que é o sujeito fechado, na sua expressão completa, leva em conta os modificadores complementares; outra semelhança percebe-se, em parte, entre o sujeito não complexo – sujeito sem nenhum modificador complementar – e o sujeito simples – aquele que representa um só ser ou seres da mesma espécie, expresso por um nome ou um pronome no plural – definição esta que também se assemelha ao sujeito gramatical – sujeito desprovido não importa o modificador complementar.

Em nota, Menon (1994) afirma que o termo referente não é empregado; acrescenta que Pereira (1940) diz que o sujeito é indeterminado quando ele não é conhecido, o que justificaria o emprego do verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito expresso. As frases sem sujeito não são mencionadas na obra de Pereira (1940).

Relata, ainda, que o gramático, no § 390, reafirma que o sujeito e o predicado são termos correlativos que se reclamam mutuamente; suas coordenações dão o conceito da proposição gramatical. Por conta disso, eles são chamados de membros essenciais da oração.

⁵Análise sociolinguística da indeterminação do sujeito no português falado no Brasil, a partir dos dados do NURC/SP (Tradução nossa).

⁶“Eu escolhi Eduardo Carlos Pereira, cuja gramática ultrapassou as cem edições desde a primeira em 1907. Penso que ela é representativa do pensamento dos autores da primeira metade deste século”. (tradução nossa).

Ele afirma que as orações formadas por verbos impessoais não possuem sujeito gramatical conhecido; contudo, isso não anula a sua existência.

Lorsque [nous] disons – *contam coisas espantosas*, [il] existe ailleurs évidemment un sujet-agent responsable par l'action exprimée dans le verbe *contam*, employé impersonnellement. Ce sujet-agente, logiquement affirmé, est grammaticalement indéterminable et, partant, *indéterminé*. Cette indétermination du sujet ne nie aucunement son existence réelle. (PEREIRA, 1948 apud MENON, 1994, p.48, grifos do autor)⁷

Além do processo acima apresentado, o verbo despersonalizado – representado na 3ª pessoa do plural –, Pereira (1948) inclui o verbo no infinitivo, com a indeterminação do sujeito-agente.

- (16) Convém ESTUDAR para APRENDER.
- (17) Pede-se não CUSPIR no chão.
- (18) Aqui SE ENTRA e SE SAI sem licença.

Além dessas formas, chama de indeterminado o sujeito dos verbos meteorológicos, os quais, de acordo com Menon (1994), ele classifica como verbos impessoais próprios.

Menon (1994) apresenta crítica feita por Pereira (1940) a certos autores que procuram sujeitos adequados em todas as frases de verbos impessoais no lugar da construção apenas com o verbo (\emptyset + verbo): **O céu chove** no lugar de **Chove**; **O tempo faz frio** no lugar de **Faz frio**, argumentando que esta análise é artificial e absurda; considerando esses sujeitos apenas de ficção. Menon (1994) afirma que outros autores tratam de orações constituídas com certos verbos sem sujeito; nesse caso, eles falam de sujeito inexistente, mesmo o sujeito sendo um termo essencial.

A autora, no capítulo dois de sua tese – capítulo que trata da indeterminação do sujeito –, no item 1.2, ao tratar da posição dos autores face à NGB, ressalta que não havia um consenso entre os autores anteriores a essa nomenclatura; havia quem não se limitasse a copiar os outros. De acordo com a pesquisadora, esses eram, antes de tudo, teóricos, não se dedicaram – de maneira particular – a obras para o ensino, de modo que seus pensamentos tinham mais alcance do que os pensamentos dos autores dos manuais escolares. Mesmo quando elaboravam os manuais escolares, eles se baseavam em um raciocínio teórico.

⁷ Quando [nós] dizemos *contam coisas espantosas*, [ele] existe em algum lugar evidentemente um sujeito-agente responsável pela ação expressa no verbo *contam*, empregado impessoalmente. Este sujeito-agente logicamente afirmado, é gramaticalmente indeterminável e, portanto, indeterminado. Esta indeterminação do sujeito não nega de maneira alguma sua existência real (tradução nossa).

A forma de analisar o fenômeno da indeterminação do sujeito foi modificada a partir de 24 de abril de 1957, quando, de acordo Menon (1994), o Ministério de Educação e Cultura, na figura do então Ministro da Educação e da Cultura, M. Clovis Salgado, recomendou uma nova Nomenclatura Gramatical para ser aplicada nas situações de ensino. Esta teve como objetivo solucionar o problema da falta de standartização da nomenclatura gramatical usada nas escolas e na literatura didática. Para isso, o Ministro nomeou uma comissão encarregada de estudar o sujeito e de apresentar um anteprojeto, objetivando a elaboração de uma terminologia simples, adequada e uniforme, considerando três aspectos: a exatidão científica do termo, a sua divulgação internacional e a sua tradição na vida escolar brasileira.

Encontramos tanto em Milanez (1982, p.15-16) quanto em Menon (1994, p.50-51) o texto da NGB (de acordo com os termos da portaria 152, de 24 de abril de 1957, baseados em Chediak (SD), ao discutir a questão do sujeito indeterminado). De acordo com a NGB, o sujeito pode ser:

- a) Simples
- b) Composto
- c) Indeterminado

E não há de se esquecer que existem orações sem sujeito.

Nota: para indeterminar o sujeito, vale-se a língua de dois recursos:

- empregar o verbo na terceira pessoa do plural.

- usá-lo na 3ª pessoa do singular, acompanhado da partícula *se*, desde que ele seja intransitivo ou transitivo indireto.

Exemplos: Ø mataram um guarda ali na rua. Dorme-se melhor durante o inverno. Precisa-se de auxiliares.

Orações sem sujeito: são orações sem sujeito as que denotam fenômeno da natureza (chove, trovejou ontem etc...) e as que têm os verbos *fazer* e *ser* empregados impessoalmente em construções como as seguintes: Há professores ilustres no Brasil. Fazia muito calor naquela cidade.

De acordo com Milanez (1982), não houve um consenso entre os autores diante da proposta da NGB; ela não foi bem recebida por todos, apesar de ter surgido dos gramáticos de renome como, Antenor Nascentes, Celso Cunha, Carlos da Rocha Lima, Cândido Jucá Filho e outros. Menon (1994) apresenta um posicionamento semelhante ao de Milanez (1982), ao afirmar que o anteprojeto apresentou algumas dificuldades de interpretação, fato que condicionou alguns gramáticos a não seguirem à risca o que ficou determinado, a exemplo do sujeito claro e oculto que faziam parte de todas as descrições do sujeito nas gramáticas e que foram eliminados pelo acordo, mas que, mesmo assim, os gramáticos mantiveram, por considerarem necessário.

Dentre os gramáticos que conservaram o sujeito oculto, Sacconi (2010) não se inclui; concorda com a proposta ao afirmar que a designação sujeito oculto não é própria e que a NGB acertadamente aboliu o termo, pois oculto significa escondido.

Menon (1994) argumenta que a eliminação das classificações de sujeito claro e oculto pelo anteprojeto teve como consequência uma ambiguidade na noção de sujeito inexistente, tendo em vista que orações constituídas de verbo na terceira pessoa do singular, em alguns casos, eram consideradas como de sujeito inexistente por não apresentarem o sujeito expresso. Acrescenta a autora que a noção impessoal poderia eliminar as formas flexionadas dos verbos, no caso em que, com apenas a desinência, poderíamos indicar o sujeito.

Em nota, a autora diz acreditar que a intenção da NGB era de fazer desaparecer uma terminologia que se aplicava apenas a um único sujeito, tal como a elipse (e o sujeito oculto era apenas uma elipse) dos elementos pertencentes a outra função sintática, que não tinha nenhuma palavra especial. Observa que o verbo na 3ª pessoa do plural sem sujeito, ou seja, com sujeito zero, embora podendo informar a propósito da omissão do sujeito, não foi considerado como um verbo recuperado de um sujeito oculto, e, sim, considerado pelos gramáticos como indeterminado; a desinência verbal, nesse caso, não é suficiente para esclarecer o sujeito.

Dentre as propostas da NGB, encontra-se a tentativa de isolar a definição generalizada de sujeito indeterminado (impessoalidade), estipulando-se uma distinção entre o sujeito indeterminado e o inexistente. De acordo com Milanez (1982), apesar da preocupação da NGB de distinguir esses dois processos da língua, a gramática normativa tradicional (GNT) deixa a desejar no que diz respeito à explicitação, considerando que o conceito de sujeito nunca é definido satisfatoriamente, ora é tratado num nível ora noutro.

Não deve ser confundido o sujeito *indeterminado*, que existe, mas que não se pode ou não se deseja identificar, com a *inexistência de sujeito*. Em ‘chove’, ‘anoitece’, interessa-nos o processo verbal em si, pois não o atribuímos a nenhum ser. Diz-se então que o verbo é *impessoal*, e o sujeito *inexistente*. (CUNHA, 1971, p.141 apud MILANEZ, 1982, p.17 grifos do autor)

A pesquisadora questiona o posicionamento de Cunha (1971) afirmando que ele não apresenta, com clareza, a noção de existência do sujeito, uma vez que não explica se essa existência é lexical ou semântica. Outra questão colocada por ela é a não aceitação de sujeitos expressos como indeterminados por parte dos gramáticos, no momento em que esses mesmos autores afirmam o sujeito indeterminado existente.

(19) A gente aprende muita coisa neste mundo.

Essa sentença é considerada como uma sentença de sujeito determinado. Ressalta a autora que, quando esses gramáticos afirmam que o sujeito indeterminado existe, estão

referindo-se, na verdade, a um elemento semântico, que, sintaticamente, não está expresso, como é o caso do (\emptyset + 3ª PL.) e (\emptyset + V. INT. + SE).

A impessoalização é outra questão demonstrada por Milanez (1982); ela afirma que os gramáticos não esclarecem qual característica sintática a distingue de todas as outras formas verbais da língua. Sobre essa questão, Menon (1994) afirma que não se encontra, no anteprojeto, a explicação do que é um verbo empregado impessoalmente, no momento em que são apresentadas orações sem sujeito. Segundo a autora, os verbos impessoais são listados por dedução ou por entender que o emprego impessoal significa o emprego da terceira pessoa do singular, com o sujeito zero, portanto inexistente.

Além dessas questões, o conceito de indefinição também não é explicitado devidamente, sendo confundido com a indeterminação, normalmente aplicada aos pronomes.

Querem alguns que, em certas construções como 'Faz-se a barba' seja *se* pronome indefinido, correspondente ao *on* do francês, Tal análise é artificial, está em antagonismo com os fatos atuais da língua e seus antecedentes históricos. (PEREIRA, 1940, p.323 apud MILANEZ, 1982, p.18-19, grifos do autor)

Milanez (1982) aponta para o fato de o pronome **se** poder ser considerado indefinido, levando em consideração algumas definições dadas a esse tipo de pronome. Para ratificar a sua assertiva, a autora se apoia em Cunha (1971), que chama de indefinidos os pronomes que se aplicam à 3ª pessoa gramatical, quando considerados de um modo vago e indeterminado.

Dentre os pronomes indefinidos, Silveira Bueno (1944, p.142 apud MILANEZ, 1982), ao afirmar que a língua possui outras expressões indefinidas, elenca **a gente, uma pessoa, um cristão, um homem**.

Milanez (1982) chama a atenção para o fato de que, na maioria dos casos, o conceito de indefinição aparece vinculado ao de determinação, situação que depende do ponto de vista analítico; quando os pronomes indefinidos são analisados morfológicamente, eles são considerados referentes à 3ª pessoa indeterminada; no entanto, quando a análise considerada é a sintática, os sujeitos são determinados, caso ocupem o lugar de sujeito. Dessa forma, ela deduz que os dois processos (a indefinição e a indeterminação) são distintos.

A autora conclui que a análise da GNT sobre a indeterminação do sujeito é insatisfatória, por não explicar algumas questões: os conceitos de indeterminação, impessoalização e indefinição (a estas questões dedicamos um item específico – ainda neste capítulo –, por considerar importante uma discussão mais detalhada, na qual se apresenta, de fato, qual a nossa concepção de indeterminação); não leva em conta a distinção entre os

níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos da língua; desconsidera recursos da linguagem oral, característica que vai ser trabalhada nesta pesquisa; e, por fim, limita-se às frases, ignorando o contexto, o que leva ao não reconhecimento de outras formas de indeterminar o sujeito não legitimadas por ela.

1.3.3 Delimitando a indeterminação

Na tentativa de melhor entendimento e explicação dos fenômenos linguísticos, pesquisadoras como Milanez (1982) e Menon (1994) apresentam elementos para delimitação do conceito de indeterminação entre a determinação, indefinição e a impessoalização, pelo fato de esse fenômeno apresentar uma complexidade em sua análise, abarcando estudos em diferentes níveis. A exposição do posicionamento dessas pesquisadoras é muito importante para quem trata destes fenômenos, pois elas apresentam características que são próprias de cada uma, colocam em evidência alguns elementos que são caracterizadores da indeterminação e que são fundamentais para a delimitação do objeto em questão.

1.3.3.1 Determinação e indeterminação

Nas GTs, não encontramos uma explicação para o que venham a ser, de fato, a determinação e a indeterminação. Os gramáticos se apoiam no princípio da identificação e não identificação. De início, poderíamos pensar em uma simples oposição; no entanto a análise desses dois fenômenos vai muito mais além. De acordo com Milanez (1982), determinação e indeterminação se opõem por várias questões: primeiro, temos a identificação e especificação, contrapondo-se à generalização; para melhor entendimento, vejamos os exemplos abaixo:

- (20) **Você** gostou do jantar?
- (21) **O gato** pulou o muro.
- (22) **Meu irmão** e **eu** não gostamos de festa.

A autora, analisando essas orações, aponta que os sujeitos são facilmente identificados e específicos; como contraponto a essa situação, temos a generalização, que representa

[...] construções cujas formas verbais atribuem um fato não a um ou mais seres específicos e identificáveis, [...] podendo envolver, indistintamente qualquer uma das três pessoas do discurso, ou as três de uma só vez. (MILANEZ, 1982, p.24-25)

As construções despronominalizadas $\emptyset + 3^a$ PS; $\emptyset + 3^a$ PS + SE (índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora) e $\emptyset +$ infinitivo (infinitivo impessoal) são reconhecidas pela autora como as formas que melhor expressam a generalização. Como ilustração, temos os exemplos a seguir:

(23) Documentador - Você sabe fazer gemada? Como é que faz?
 Informante 1 – “põe só a gema com o açúcar”.
 Informante 2 – “Bate até ficar branquinho.”

(24) Observa-se nas escolas, principalmente numa faixa de idade talvez dos quinze anos pra baixo, uma preguiça tremenda de ler.

(25) Falar é fácil. Praticar é difícil.

Nos exemplos acima, a autora observa que as construções com o $\emptyset + 3^a$ PS, apesar de a desinência estar relacionada à terceira pessoa, não nos remetem a um **ele** externo à situação do diálogo, porém possibilitam uma interpretação de **inclusão** dos interlocutores na ação verbal, assim como as construções com o pronome **se** e com o **infinitivo**.

Milanez (1982) apresenta construções com o pronome **a gente, eu, você e sintagmas nominais (SNs)**, o indivíduo, a pessoa etc., para expressar a indeterminação do sujeito, por apresentar característica generalizadora. Ela nos chama a atenção para algumas formas que não apresentem o mesmo grau de abstração que outras, a exemplo do pronome **a gente**, que tem a marca obrigatória de 1^a pessoa. Com base nessa observação, poderíamos inferir o pronome **nós**, que também apresenta essa obrigatoriedade. Em vista disso, é importante ressaltar que:

[...] o mecanismo da indeterminação funciona não através de uma *passagem* do nível das pessoas determinadas ao da generalização [...] mas pela *intersecção* do plano da determinação com o da determinação. (MILANEZ, 1982, p.26-27 grifos da autora)

Já com os pronomes **eu, você** e sintagmas nominais (SNs), a autora diz que o mecanismo de indeterminação do sujeito funciona através de uma **projeção** de um dos elementos do nível da determinação ao da indeterminação; nesse sentido, o envolvimento das três pessoas (1^a, 2^a, 3^a) é meramente hipotético.

Já no caso das formas $\emptyset + 3^a$ P. PL e o pronome **eles**, apesar de não apresentarem a possibilidade de abrangência às três pessoas do discurso – condição apresentada pela autora como caracterizadora da indeterminação, levando-se em conta o princípio da generalização – , a indeterminação persiste devido a alguns fatores, a exemplo da não identificação do sujeito no contexto e de inerência de natureza extremamente abrangente. Para a análise de

tais casos, a autora utiliza o grau de indeterminação, que não será considerado neste trabalho.

A respeito dos SNs, assim apresentado por Milanez (1982), Menon (1994), ao tratar das hipóteses sobre a indeterminação no português – especificamente na seção que trata do artigo definido –, apresenta dentre as formas empregadas as locuções nominais construídas com [artigo definido + nome]. Para ela, esse é um tipo especial de construção, na qual o artigo definido perde, em parte, seu papel de definir o nome. A autora acrescenta que, a partir dessa combinação utilizada como forma de indeterminar o sujeito, criou-se uma locução de forma fixa, que é denominada por ela de formas nominais [FNs], evitando, assim, o uso das expressões locuções nominais ou sintagmas nominais. Justifica assim o seu posicionamento: “[...] je leur donne un statut différent de ceux-ci, à cause justement de leur caractère d’expression figée ou en train de se figer. [...]”⁸. E chama a atenção para o fato de a forma **a gente**, apesar de apresentar uma composição idêntica às formas nominais, não ser considerada como tal. Ela credita isso ao processo de gramaticalização por que essa forma passou, tornando-se um pronome. Em comunhão com Menon (1994), adotaremos o mesmo posicionamento.

Além das características até aqui apresentadas para diferenciar a determinação da indeterminação, Milanez (1982) aponta mais uma característica própria da indeterminação: só ocorrer em contexto em que o verbo subcategoriza o sujeito com traço (+ humano)⁹, opondo-se à determinação, que pode representar elementos humanos e não-humanos (\pm humano), ou seja, a indeterminação se aplica a uma pequena classe de palavras, enquanto a determinação é mais abrangente.

1.3.3.2 Indeterminação e indefinição

Milanez (1982) afirma que há uma aparente semelhança entre a indeterminação e a indefinição. Isso ocorre, completa ela, pelo efeito de imprecisão que este pode causar no contexto. Por conta disso, para efeito de uma análise mais segura entre esses dois processos, é necessário levarmos em consideração características que os distinguem.

A indefinição, assim como a determinação, como já apontado acima, apresenta traços [\pm humano], enquanto que a indeterminação só abrange elementos humanos. Outro

⁸ [...] Eu dou um status diferente desses apresentados justamente pelo seu caráter de expressão fixa ou em vias de se fixar. [...] (MENON, 1994, p.133) (Tradução nossa).

⁹ De acordo com Ikeda (1977, apud MILANEZ, 1982, p.50), Encontra-se também a confirmação desse traço característico da indeterminação em Rollemberg *et alli* (1991) e em Souza (2007), entre outros trabalhos.

aspecto em que esses dois processos diferem é a representatividade de recursos sintáticos. Enquanto a indeterminação apresenta recursos sintaticamente bem distintos entre si, abrangendo tanto formas verbais quanto itens lexicais, na definição os recursos se apresentam limitados, envolvendo exclusivamente formas lexicais de 3ª pessoa.

Quanto à generalização, que se apresenta como característica essencial da indeterminação, na indefinição é apenas uma possibilidade, podendo remeter a um referente individualizado como generalizado, entretanto

[...] mesmo quando generaliza, a indefinição distingue-se da indeterminação pela natureza *limitada* dessa generalização. Ou seja, os recursos de indefinição *sempre* pressupõem um conjunto “fechado” de elementos que pode ser expresso ou na sua totalidade [...] ou no seu esvaziamento [...] ou parcialmente [...]. (MILANEZ 1982, p.39, grifos da autora)

Para Milanez (1982), esse aspecto generalizador que a indefinição apresenta é limitado, diferenciando-se do aspecto apresentado pela indeterminação, por esta não apresentar o aspecto quantitativo em relação a um conjunto.

Além desses aspectos, Milanez (1982) apresenta distinções morfológicas que servem de marcas distintivas de definição e indefinição, a exemplo do singular e plural, como recursos fundamentais no processo de definição e indefinição, enquanto, na indeterminação, a aplicabilidade desses recursos não altera em nada, ou seja, é neutralizada.

A autora faz também a distinção entre **o/um** como recursos fundamentais da distinção entre definido e indefinido. Já na indeterminação, ressalva que, em alguns contextos, **o /um** indivíduo, **o/um** cara, esses artigos são irrelevantes por não alterar o conteúdo indeterminador.

A esse respeito, Menon (1994) apresenta um posicionamento contrário ao de Milanez (1982), ao afirmar uma alteração de significado no uso do artigo indefinido como recurso indeterminador. Exemplificando: **a gente, a pessoa, uma gente, uma pessoa**. Ela argumenta que, em **uma gente** e **uma pessoa**, persiste a significação primeira das palavras **gente, pessoa**, respectivamente, significação que não existe mais nas formas empregadas pela indeterminação.

Além da justificativa acima apresentada, Menon (1994) aponta outra questão que justifica o seu posicionamento: a expansão. Enquanto a indefinição, através do artigo indefinido junto a um nome, é aplicável a um conjunto maior de palavras, independentemente da palavra suscetível de ser submetida à extração, a indeterminação se aplica apenas a uma pequena classe de palavras. A autora supõe que essa limitação da indeterminação tenha relação com o traço [+humano], o qual, ao receber o artigo definido,

constituiria não apenas uma locução, mas itens lexicais com características próprias e não confundíveis com as locuções nominais habituais. Acrescenta que **uma pessoa** e **a pessoa** não são substituíveis uma pela outra, pelo fato de não apresentarem o mesmo sentido. Acrescenta, ainda, que, na locução nominal, constituída com o artigo indefinido, é possível inserir ou substituir o artigo indefinido por outro determinante ou quantificador, o mesmo não ocorre no caso do item **a pessoa**, quando é utilizado para referir-se a um sujeito ou referente indeterminado.

Menon (1994) trata a indefinição, adotando a acepção de Culioli (1983-1984 e notas de seminário, 1988-1990) como uma operação de extração, uma tomada de **um** dos elementos de um conjunto qualquer. Assim, completa a autora que um sujeito, ou um referente indefinido seria **um** entre vários, **um** representante de uma classe de indivíduos, tendo todas as características semelhantes, não importando quais desses indivíduos poderiam preencher essa função de representação.

Apresenta também a posição de Coseriu (1979, p. 220), que vê a indefinição como uma discriminação. Considerando tais colocações, ela afirma que o sujeito indeterminado não poderia jamais constituir **um** representante de um conjunto, tendo em vista que ele é uma entidade perfeitamente identificável e identificada pelo locutor, em certos casos também pelo interlocutor.

[...] *L'indéterminé* est une personne ayant des caractéristiques propres, non partageables avec autrui. Dans l'image qu'on se fait lorsqu'on emploie un *sujet indéterminé*, l'être est concret, pour ainsi dire. Nous savons exactement de qui nous parlons. Il n'est absolument pas **un** parmi ses semblables puisque localisable dans l'espace et le temps. (MENON, 1994, p.131, grifos da autora)¹⁰

Considerando esse contexto, Menon (1994) apresenta mais uma particularidade da indeterminação: o tipo de análise sintática para a sua interpretação; enquanto esta depende do contexto para ser interpretada, a indefinição se limita à frase.

De acordo com Milanez (1982, p, 41), a definição e a indefinição se encontram no nível da determinação, considerando que “[...] sempre permite identificar, de modo preciso e distinto, a(s) pessoa(s) do discurso envolvida(s) em suas ocorrências [...]”.A autora acrescenta que, na maioria dos casos, é a terceira pessoa, mas também há casos em que alguns dos seus recursos podem referir-se às duas primeiras pessoas.

¹⁰ O indeterminado é uma pessoa tendo características próprias, não se assemelha com outro. Na imagem que se faz quando empregamos um *sujeito indeterminado*, o ser é concreto, por assim dizer. Nós sabemos exatamente de quem falamos. Ele não é absolutamente **um** entre seus semelhantes pelo fato de ser localizável no espaço e no tempo. (MENON,1994, p.131, grifos da autora) (tradução nossa).

A esse respeito, Menon (1994) considera que o comportamento do indeterminado, se necessário, seria exatamente semelhante ao dos pronomes dêiticos de 1ª e 2ª pessoas; a situação não seria o limite para o reconhecimento do referente. A autora chega a argumentar por uma inclusão do indeterminado no sistema dos pronomes pessoais de natureza dêitica.

1.3.3.3 A indeterminação e a impessoalização

Como já apontado anteriormente, a impessoalização era considerada como indeterminação; após NGB, a impessoalização passou a ser vista como propriedade somente de certos verbos que não são acompanhados por sujeito e não atribuem ao seu SN-sujeito nenhuma função referencial. Este se configura no ponto principal que diferencia esses dois fenômenos, tendo em vista que a indeterminação, ocorrendo com sujeito lexical ou não, sempre envolve referência. De acordo com Milanez (1982), a ausência de referência ao SN-sujeito diferencia as construções impessoais de todas as outras formas verbais da língua.

1.4 CONSTRUÇÕES DE INDETERMINAÇÃO

No que se refere às construções de indeterminação, não há divergências entre os gramáticos, como já mencionado em seção anterior. Cunha & Cintra (2007), por exemplo, elenca duas formas, a saber: **o verbo na 3ª pessoa do plural (26) ou na 3ª pessoa do singular, com o pronome se (27).**

(26) – **Contaram-me**, quando eu era pequenina, a história duns naufragos, como nós. (A. Ribeiro, SBAM, 265 In: CUNHA & CINTRA, 2007, p.128.)

(27) – **Comia-se** com a boca, com os olhos, com o nariz. (Machado de Assis, OC, I,520 P. In: CUNHA & CINTRA, 2007, p.128.)

Como já mencionamos, apesar de os gramáticos contarem com a desinência verbal para determinar o sujeito, que, em alguns casos, não se apresenta claramente na oração, no ambiente em que o verbo aparece na terceira pessoa do plural sem sujeito explícito – como na oração (26) –, a desinência não é suficiente, embora podemos informar a propósito da omissão do sujeito, sendo considerado como sujeito indeterminado. A esse respeito, Menon (1994) apresenta posicionamento de Kury (1985); este, ao analisar a indeterminação do sujeito a partir de uma referencialidade, afirma que a forma verbal não se refere a nenhum substantivo mencionado anteriormente, aponta para a inexistência de um referente anafórico.

A autora aponta os limites da análise das descrições e prescrições da gramática tradicional em relação à indeterminação. Argumenta que o fato de a GT se limitar às frases, que são consideradas como um conjunto – em geral muito pequeno – de proporções ligadas por conjunções para realizar as análises, resulta na limitação da recuperação da anáfora – que é muito importante para explicar as diferenças entre sujeito oculto e indeterminado. A autora afirma que o sujeito oculto, estando elíptico, seria reparável no núcleo da desinência verbal, o que seria suficiente – de acordo com os gramáticos – para indeterminar o sujeito, logo seu referente. Enfatiza que essa afirmação só é válida apenas para as 1ª e 2ª pessoas, que apresentam pronome correspondente de natureza dêitica. Quanto ao sujeito indeterminado, já apontamos acima que, de acordo com os parâmetros gramaticais, ele não estaria em situação de identificar o seu antecedente, pois o verbo se apresenta na 3ª pessoa, de natureza não dêitica; em vista disso, não poderia indicar o referente, mesmo que este, gramaticalmente falando, fosse os pronomes correspondentes **ele** e **eles**.

Menon (1994) afirma que a concepção tradicional do sujeito em várias gramáticas é de natureza pragmática e discursiva. As pessoas do discurso são identificáveis pela desinência verbal, no caso de duas pessoas com o traço [+ pessoal], a primeira e a segunda, isso de acordo com os termos de Benveniste (1966, [1946]), o que não ocorre com a não pessoa, com o traço [- pessoal], explica a autora, que é o caso da 3ª pessoa tradicional, que, geralmente, em português não apresenta marca, sobretudo no singular.

No que se refere às construções com o verbo na terceira pessoa do singular acrescido do pronome **se** (V3PS+SE), ela observa que Kury (1985) não menciona a transitividade verbal, mas que, nas orações apresentadas, o verbo era intransitivo.

Nicola & Infante (2002) nos chamam a atenção para essa construção, afirmando ser típica dos verbos que não apresentam complemento direto, funcionando como índice de indeterminação do sujeito. Podemos inferir, de acordo com os exemplos que são apresentados que, excluindo os verbos transitivos diretos, a indeterminação ocorre com verbos transitivos indiretos, intransitivos e, até mesmo, de ligação.

(28) **Precisa-se** de mentes criativas.

(29) **Vivia-se** bem nequeles tempos.

(30) Sempre **se está** sujeito a erros.

Observa-se que a análise é feita sob uma perspectiva sintática: o que é levado em conta é a transitividade verbal; os gramáticos apresentam o verbo **precisar**, que é transitivo indireto; o verbo **viver**, que é um verbo intransitivo; e o verbo **estar**, que funciona como verbo de ligação, de acordo com a NGB.

Em Millanez (1982, p.12), encontram-se outros exemplos:

(31) Fuma-se aqui

(32) Fuma-se charuto aqui

Argumenta a autora que a análise dessas orações tem como base a predicação verbal, o que caracteriza uma análise sintática para a classificação do sujeito indeterminado. Na oração (31), o sujeito é caracterizado como indeterminado, uma vez que o **se** é definido como índice de indeterminação do sujeito, pelo fato de apresentar verbo intransitivo; enquanto, na oração (32), o sujeito é caracterizado como expresso, determinado e passivo, representado pela palavra **charuto**. Nesta oração, a partícula **se** é definida como partícula apassivadora, por apresentar verbo transitivo direto. Sobre essa questão encontra-se uma discussão mais detalhada no decorrer do trabalho.

Bechara (1967), além de concordar com as construções acima elencadas, apresenta mais uma possibilidade de indeterminação do sujeito, o verbo na terceira pessoa do singular, sem o pronome **se** (**V3^aPS**).

(33) Diz que eles vão bem.

Essa construção não é considerada pela maioria dos gramáticos, que a tem como incorreta, definindo-a como uma construção de sujeito oculto. O próprio Bechara (1967) nos chama a atenção, dizendo que não se deve confundir o sujeito indeterminado com o sujeito oculto.

Menon (1994) afirma que essa questão se apresenta de forma problemática entre os gramáticos e que certos autores censuram a utilização da forma **diz que**, considerando-a derivada de **dizem que** ou de **diz-se que**, sem utilização do pronome **se**, por isso falível. A autora, apoiada em Dias (1970), ressalta que essas formas eram empregadas na literatura arcaica média

§ 6. Le langage populaire, et parfois même la littérature archaïque moyenne, emploient *diz que* dans le sens de *dizem que*, *diz-se que*:

Diz que as Parcas senhoras são da vida (Caminha,136). Diz que muitas leguas ao largo de Ceylão já o gajeiro... percebe na fragrancia das virações tepidas as selvas de cavelleiras da ilha (Cast.[ilho], Chaves, 39). Diz que há na nossa gente, no exercito do nosso rei, uns senhores... mas são muitos que se chama a Alta dos Namorados e outros da Madresilva (Garret, Alfageme, 87). (p.21, apud MENON, 1994, p.256).

Assim sendo, salienta que devemos considerar que essa forma é muito antiga na língua portuguesa e que não se trata de um erro fazer, na atualidade, o uso dessa construção. A autora ressalta o comentário de Dias (1970) sobre uso antigo da forma ØV3PS no latim e no italiano.

Par conséquent, l'usage des formes autres que l'infinifitif sans sujet exprimé pour faire référence à um sujet indéterminé est très ancien dans la langue portugaise. Toutefois, ce phénomène est passé inaperçu pendant longtemps. Cela ne signifie pas qu'il n'existait pas dans la langue. Seulement, en bonne règle, les grammairiens ne le considéraient pas et d'autres études, très récentes, l'ont "découvert" (MILANEZ, 1982, parmi d'autres références). (MENON, 1994, p.256-257)¹¹

Menon (1994) afirma que o uso das diferentes formas que o infinitivo sem sujeito exprime para fazer referência a um sujeito indeterminado é muito antiga na língua portuguesa, contudo ressalta que esse fenômeno passou despercebido durante muito tempo. Isso não significa, atenta a pesquisadora, que essa construção já existia na língua, apenas os gramáticos não a consideravam e que outros estudos recentes a "descobriram".

Além das questões acima elencadas, temos a classificação do sujeito formado por pronome indefinido como indeterminado. De acordo com Nicola & Infante (1997), essa atitude é o resultado de um equívoco de alguns gramáticos ao afirmarem que tais pronomes são insuficientes para esclarecer precisamente qual o sujeito da oração, confundindo o mecanismo gramatical da relação sujeito-verbo com a significação das palavras. Os exemplos a seguir servirão de ilustração para uma melhor compreensão.

(34) "Ninguém me ama." (NICOLA; INFANTE. 1997, p. 251, grifo dos autores)

(35) "Nada nos fará calar." (NICOLA; INFANTE.1997, p.251, grifo dos autores)

Eles ainda apresentam os pronomes indefinidos **ninguém** e **nada** como termos que estabelecem concordância com o verbo; são núcleos do sujeito simples; se assim não for, levantam a questão de se levarem em conta as construções com termos nominais, a exemplo de **desconhecido**, como indeterminado.

Ainda sobre o sujeito formado por pronome indefinido, Cegalla (2008, p.325) apresenta um posicionamento semelhante ao de Nicola & Infante (1997), ao ressaltar que "sujeito formado por pronome indefinido não é indeterminado, mas expresso".

Sacconi (2010), em concordância com os gramáticos acima citados, afirma que o sujeito indeterminado não existe como elemento na oração. Nesse sentido, ressalta que: "[...] se o sujeito é representado por um pronome indefinido, não será indeterminado, mas **simples**, porquanto neste caso o sujeito existe como elemento, embora não lhe conheçamos a identidade" (p. 360, grifo do autor).

¹¹ Por conseguinte, a utilização de outras formas que o infinitivo sem sujeito exprime para fazer referência à um sujeito indeterminado é muito antiga na língua portuguesa. Contudo, esse fenômeno passou despercebido durante muito tempo. Isso não quer dizer que ele não existia na língua. Apenas por questões normativas, os gramáticos não o consideravam e outros estudos, muito recentes o "descobriram". (MENON, 1994, p.256-257, grifo da autora) (tradução nossa)

O autor supracitado argumenta que, nesse caso, adotar o sujeito como indeterminado caracteriza uma falta de direcionamento analítico; acrescenta que fazer análise sintática significa analisar todos os elementos estruturais da oração, em relação aos demais, e completa dizendo que pertence muito mais ao mundo da lógica tratar do problema da identidade do agente que ao da sintaxe.

De acordo com Menon (1994), para Guérios (1964), o sujeito indeterminado constituído por pronomes, indefinidos é indeterminado por reportar um sentido, mas ele não o é quanto à forma, ou gramaticalmente. Já Said Ali (1966), também citado pela autora, diz que podemos indeterminar o sujeito, utilizando o verbo na forma ativa, dando como sujeito um pronome indefinido. Em vista disso, podemos inferir que a indeterminação representada pelo pronome indefinido se caracteriza, na GT – mesmo que de forma descriteriosa – como a única construção de sujeito gramaticalmente preenchido como indeterminado.

Argumenta a autora que tanto Guérios (1964) quanto Said Ali (1966) tocam o cerne da questão, mas não percebem isso, porque o aparato teórico da gramática tradicional não apresenta meios de resolver o impasse. Isto é, no momento em que recorrem a esses resultados, abandonam esses casos à estilística, às figuras de sintaxe – construção ou stilo – e sobretudo à silepse. Acrescenta que os autores, delimitados pela definição mista da gramática, não chegam a discernir a questão; o sujeito claro é aquele que está presente no enunciado, antes do verbo, que deve apresentar concordância em número e pessoa. O sujeito indeterminado aparece quando não vemos ou não se pode indicar o agente, enfatiza a autora, o referente extralinguístico. A abordagem tradicional ora utiliza um critério sintático – presente na frase –, ora adota um ponto de vista semântico ou pragmático, considerando que é no ato da fala que a vontade pode caracterizar-se.

Considerando duas questões, a generalização, que, de acordo com Milanez (1982) se apresenta como condição essencial da indeterminação e, como já foi apresentado, é apenas uma possibilidade na indefinição; e o traço [+humano] e [+animado] que é inerente à indeterminação, não consideraremos aqui – assim como Milanez (1982) e Menon (1994) – o pronome indefinido como indeterminado.

Além das construções acima apresentadas, é possível encontrar outras construções como o verbo no infinitivo impessoal, a exemplo da apresentada por Cegalla (2008, p.326 grifo do autor):

(36) É penoso *carregar* aquilo sozinho.

(37) É triste *assistir* a estas cenas repulsivas.

Levando em consideração o conceito de Pontes (1986), Rollemberg *et al.* (1991) e Perini (1996) de que o sujeito oracional é uma função sintática indicada pela relação que os vocábulos têm entre si dentro da oração, enquanto o agente e o paciente são conceitos semânticos, observamos que as GTs, em sua maioria, não apresentam suporte teórico-metodológico sistematizado para definir, de fato, o que caracteriza a indeterminação do sujeito, além de apresentarem um número bem limitado de possibilidades de indeterminar o sujeito.

Uma vez realizada esta breve discussão, partimos para a apresentação da visão dos linguistas sobre o tema.

1.5 PROPOSTAS DA LINGUÍSTICA

Nesta seção, expomos alguns trabalhos realizados sobre a indeterminação do sujeito dentro da grande área da linguística; trabalhos do ponto de vista gerativo, discursivo e da sociolinguística variacionista. Será exposto um número maior de trabalhos de base variacionista, por ser a teoria que adotamos para tratarmos do fenômeno da indeterminação. Não apresentaremos aqui todas as questões de que tratam esses trabalhos, pois o que nos interessa aqui, de fato, é apresentar qual tratamento foi dado ao sujeito indeterminado.

Dentre os pressupostos teóricos que tratam da indeterminação, encontramos o trabalho de Milanez (1982), que analisou os recursos de indeterminação do sujeito na fala culta de São Paulo, *corpus* pertencente ao Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta (NURC)¹² – constituído de 20 horas de gravação. Para a realização das análises, a autora buscou suporte tanto na Gramática Gerativa Transformacional (GGT) standard¹³, quanto na semântica e na pragmática, considerando que o processo de indeterminação extrapola o nível puramente sintático. Ela justifica a heterogeneidade no tratamento do assunto, afirmando que a indeterminação abrange diferentes níveis da língua, os quais estão estritamente relacionados.

Para tratar da indeterminação do sujeito, considerou, dentre as propriedades semântico-pragmáticas, as funções e efeitos da indeterminação, graus de abrangência e as

¹² O Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC) foi desenvolvido na década de 70 e abrange cinco capitais brasileiras - Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Tem como um dos objetivos a descrição da língua falada por indivíduos de escolaridade universitária. O *corpus* do projeto é formado de entrevistas gravadas com: elocuições formais (EFs), constituídas de aulas e conferências; diálogos entre informante e documentador (DID); diálogos entre dois informantes (D2), totalizando 400 horas de gravação em cada capital.

¹³ Esta teoria, de acordo com Milanez (1982), se preocupa em formalizar ocorrências de sujeitos aparentemente ausentes mas que contam na interpretação semântica.

peças envolvidas no processo, destacando o contexto, que, de acordo com a autora, se revelou condição essencial para a caracterização e análise da maioria dos recursos utilizados pelos falantes.

Dentre as abordagens apresentadas pela autora, encontramos, a título de definir melhor a indeterminação, a distinção desse fenômeno entre a determinação, a indefinição e impessoalização. Ela lança também a proposta de se levar em conta as construções com o pronome *se* apenas como indeterminadoras e não como apassivadoras, como legitimado pela gramática GT. Adotamos também essa proposta neste trabalho.

A autora, ao definir a indeterminação, usa, dentre as propriedades semânticas, a referencialidade.

Cumpramos esclarecer que, ao tratarmos de “sujeito” nos casos de indeterminação, não estamos nos referindo a uma noção puramente sintática, expressa só pela *posição que ele ocupa na frase (ou seja, um elemento dominado por um SN que figura, na árvore, à esquerda do verbo)*, mas a uma referência que ele envolve. (MILANEZ, 1982, p.44, grifos da autora)

Exemplificando:

(38) Paulo gosta de passear.

Milanez (1982) analisa essa sentença, constituída de uma referência determinada, **Paulo**; o mesmo não acontece na sentença abaixo:

(39) Na vida você vê cada coisa...

A autora argumenta que o sintagma **você** apresenta uma referência genérica, abrangente às três pessoas do discurso, logo não representa uma referencialidade definida. Acrescenta que, no português, diferentemente de outras línguas, como o francês, o inglês – que apresentam sujeito lexical desprovido de referências nas construções impessoais –, o sujeito lexical sempre tem uma função referencial, seja determinada ou indeterminada. No entanto, a ausência do sujeito lexical pode contar ou não na interpretação semântica, a exemplo de construções impessoais; o não preenchimento implica a ausência da referência a qualquer ser, seja ele animado ou inanimado, o que não ocorre com a omissão do sujeito que envolve uma referência determinada ou indeterminada, dependendo do contexto.

Rolleberg *et al* (1991), em *Os pronomes pessoais e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador* – trabalho desenvolvido com a cooperação de suas bolsistas de Iniciação Científica –, parte do ponto de vista semântico para tratar da indeterminação. Após examinar e verificar como a GT aborda o processo de indeterminação, a autora utiliza uma amostra do *corpus* do Projeto NURC/SSA, constituído na década de 70, de registros

orais de falantes com Ensino Superior completo. Descreve alguns recursos de indeterminação encontrados e os relaciona com duas variáveis sociolinguísticas: a categoria de texto e a faixa etária do informante. A autora considerou as formas pronominais como recursos de indeterminação do sujeito, as quais foram abordadas de acordo com as ideias de Benveniste (1976) para a categoria de pessoa. Para a definição de indeterminação, adotou a propriedade semântica da referencialidade.

Quando falamos em indeterminação do sujeito, estamos, na verdade, tratando da indeterminação da referência do sujeito, já que o sujeito oracional é uma função sintática indicada pela relação que os vocábulos têm entre si dentro da oração; deste modo, toda oração, à exceção da que contém verbo impessoal, possui sujeito. [...] por indeterminação da referência do sujeito estamos entendendo o fato de não ser possível, dentro de um contexto discursivo, especificar nominal ou numericamente sua identidade. Isto equivale a dizer que essa referência não é recuperável, porque não foi precisada ou determinada na totalidade do discurso. (ROLLEMBERG ET AL 1991, p.57)

Acrescenta que, para a interpretação e identificação do sujeito indeterminado, os critérios semântico-pragmáticos devem ser somados aos critérios sintáticos.

Menon (1994), com base na sociolinguística variacionista, abordou a questão da indeterminação do sujeito, trabalho que se configurou em sua tese, intitulada *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC / SP*¹⁴. A partir de um *corpus* constituído de 68 entrevistas, tratou de um conjunto de formas de que os falantes paulistanos cultos, na oralidade, se servem para indeterminar o sujeito, entre elas: **a gente**; **eles**; **eu**; **FNs** (formas nominais); **nós**; **se**; **você**; **vocês**; **VPSA** (voz passiva sem agente); **VPASSINT** (voz passiva sintética); **ØV3PS** (verbo na 3ª pessoa do singular), **ØV3PP** (verbo na 3ª pessoa do plural).

A autora aborda várias questões, as quais, de acordo com nosso interesse, estão diluídas neste trabalho. Apresentamos um panorama dos pontos abordados, focando o que particularizamos para este item.

Assim, vejamos: Menon (1994) inicia seu trabalho, apresentando, *Le portugais Du Brésil*, capítulo no qual ela trata de algumas questões, a exemplo da origem da língua portuguesa, sua implantação e desenvolvimento no Brasil; encerra este capítulo, apresentando o Projeto NURC, dando ênfase à sua contribuição para o conhecimento da língua portuguesa.

¹⁴ Análise Sociolinguística da Indeterminação do sujeito no Português Falado no Brasil a partir dos Dados do NURC/SP.

Apresenta, no segundo capítulo, uma densa revisão bibliográfica, partindo da apresentação do posicionamento que a GT faz do sujeito, separando em dois momentos, antes da NGB, dando destaque ao trabalho de Pereira (1948) – os motivos já foram expostos anteriormente neste trabalho –, depois da NGB; para esse contexto buscou apoio em Bechara (1960, 1992), Kury (1985, 1989) e Cunha & Cintra (1985), destacando algumas questões consideradas por ela importantes. Em seguida, analisa a própria NGB nos itens referentes ao sujeito e à indeterminação.

Antes de encerrar esse capítulo, a autora, além de apresentar o estruturalismo, que se fez presente nos estudos do português do Brasil a partir dos anos sessenta, apresenta a contribuição que o gerativismo vem dando para o conhecimento da língua portuguesa, destacando o trabalho de Naro (1976) e Milanez (1982); este, assim como o de Menon (1994), se constitui a referência básica para este trabalho.

Quanto ao trabalho de Naro (1976), a autora cita *the Genesis of the reflexive impersonal in portuguese*¹⁵, trabalho que teve como objetivo demonstrar uma mudança sintática como um fenômeno de superfície, no estabelecimento de frases reflexivas impessoais em português. Os dados foram retirados de textos dos séculos XIII ao XVII. Ao final de sua pesquisa, o autor apresenta o século XVI como o período no qual se originaram as construções com se-impessoal e, anteriormente a esse período, o se – passivo.

No terceiro capítulo da tese, encontramos a apresentação de alguns estudos realizados através de uma abordagem sociolinguística, entre eles o de Kato & Tarallo (1986), *Anything YOU can do in Brazilian Portuguese*. Nesse trabalho, os autores apontam que há evidências do desaparecimento do clítico **se** (como forma de indeterminação) no português do Brasil. Segundo eles, os falantes estariam substituindo esta forma por **eu, nós, a gente**.

O trabalho de Omena (1986), intitulado *A referência variável de 1ª pessoa do discurso no plural*, se configura em mais uma valiosa referência citada por Menon (1994).

Encontra-se também, nesse terceiro capítulo, uma discussão sobre a variação sintática a partir de uma abordagem laboviana, na qual a autora explana que o problema de extensão dos procedimentos sociolinguísticos a outros níveis além do fonológico motivou

¹⁵ A origem do reflexivo impessoal no português. (tradução nossa).

uma ampla discussão depois do trabalho de Lavandera (1978), colocando em dúvida as afirmações de Labov¹⁶ sobre guardar o mesmo valor de verdade.

Após a exposição do posicionamento de alguns autores, no que se refere à questão acima apresentada, ela finaliza sua exposição em concordância com Labov, afirmando que a indeterminação do sujeito em português constitui um dos casos em que é possível a equivalência de formas diversas para exprimir o mesmo sentido ou a mesma referência.

Menon (1994) segue sua tese apresentando as hipóteses sobre a indeterminação do sujeito, estabelece diferenças entre o fenômeno da indeterminação, indefinição, questões que já foram apontadas anteriormente. Na seção 3.1 e subseções encontra-se o que de fato a autora toma como indeterminação. Ela justifica a opção pela terminologia indeterminado, em detrimento de indefinido ou impessoal, por conta de três princípios: terminologia para cada fenômeno; diferenças entre indeterminado e indefinido; emprego do artigo definido.

Para essa autora, a indeterminação do sujeito aplica-se aos casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de referente extralinguístico. No entanto o referente é conhecido pelo locutor e, em certos casos, também pelo interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua e, se o locutor quisesse ou se isso lhe fosse conveniente ou interessante, poderia nomeá-lo ou descrevê-lo, a ponto de o referente ser recuperado pelo locutor a qualquer hora. Trata-se, antes de tudo, de uma maneira de velar o sujeito extralinguístico, por meio de uma forma de expressão linguística, em função da situação de comunicação.

Na seção 3.2 desse capítulo, são apresentadas, a fim de dar conta do problema da descrição da indeterminação do sujeito, as hipóteses sobre a indeterminação; entre elas, estão uma hipótese linguística e três de natureza sociolinguística. A autora segue apresentando a metodologia para estabelecer as variantes e, em seguida, as descreve, finalizando, assim, o terceiro capítulo.

No capítulo quatro a autora apresenta as análises e os resultados, sobre os quais não discorreremos neste momento por motivos já explanados.

Setti (1997), baseando-se na pesquisa de Menon (1994) e partindo do pressuposto de que estão em uso muito mais formas de indeterminação do sujeito do que prescreve a GT, interessou-se em pesquisar as variantes empregadas na oralidade pelos falantes das três capitais do Sul do Brasil (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre). Em sua dissertação

¹⁶ No capítulo dois, no item sobre a fundamentação teórico-metodológica, será melhor apresentada a visão desse autor, não só no que diz respeito a esse aspecto em particular assim como também a outros aspectos da língua.

intitulada *A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil*, a autora comprovou o uso de muitas variantes na indeterminação do sujeito no discurso oral de falantes dessas localidades. Foi comprovado também que certos fatores extralinguísticos influenciam num maior ou menor uso de algumas formas, além de encontrar semelhanças no uso dessas formas, ao comparar os resultados de sua pesquisa com outros ambientes linguísticos com características diferentes.

Para alcançar esses resultados, levou em consideração os pressupostos teórico-metodológicos da teoria da variação linguística proposta por Labov; utilizou o *corpus* do projeto Variação Linguística do Sul (VARSUL)¹⁷, amostra constituída de 24 entrevistas de cada capital, distribuídas em 08 informantes de cada nível de escolaridade, 12 de cada sexo e 12 de cada faixa etária, totalizando 72 entrevistas - 24 de cada nível de escolaridade, 36 de cada sexo e 36 de cada faixa etária. Além das variáveis sociais acima apresentadas, Setti (1997) considerou as mesmas possibilidades de indeterminação do sujeito selecionadas por Menon (1994): **a gente, eles, eu, formas nominais, nós, se, você(s), voz passiva sem agente, voz passiva sintética, verbo na 3ª pessoa do singular e verbo na 3ª pessoa do plural**. Ela acrescentou o pronome **tu**, considerando que essa variante é usada em duas das três capitais analisadas, ou seja, em Porto Alegre e Florianópolis.

Logo no primeiro capítulo da sua dissertação, Setti (1997) apresenta, além de outras questões, uma revisão da literatura, em busca do que dizem alguns estudiosos sobre sujeito e a sua indeterminação; sobre a diferença entre indeterminação, indefinição e impessoalização. Uma vez munida das informações, a autora, baseando-se em Lyons (1987) e em Perini (1994,), argumenta que é necessário considerar três definições distintas: sintática – elemento com o qual o verbo concorda; semântico-pragmática – o ser que executa a ação; discursiva – o ser sobre o qual se faz uma declaração, a fim de tornar mais claro o ponto sobre o qual ocorre a indeterminação. Justifica-se a autora ao dizer que:

A restrição da noção de sujeito ao termo que está em relação de concordância com o verbo não significa em absoluto uma negação da importância das noções de

¹⁷ De acordo com Setti (1997) equipes de pesquisa (professores e alunos) de algumas universidades da região Sul (UFPR, UFSC, UFRGS e, posteriormente, PUC-RS) associaram-se com a finalidade de trabalhar com as variações linguísticas do Sul. Com um responsável em cada estado, formou-se um Banco de Dados (BD) com as gravações de entrevistas feitas por alunos bolsistas com 24 informantes de cada cidade, sendo as 3 capitais (Curitiba-PR, Florianópolis-SC e Porto Alegre-RS) mais 3 cidades de cada estado (Londrina, Pato Branco e Irati, do Paraná; Lages, Blumenau e Chapecó, de Santa Catarina; Flores da Cunha, Panambi e São Borja, do Rio Grande do Sul), porque são representativas de sua colonização diferenciada. O sistema de transcrição das entrevistas possibilita o acesso às múltiplas informações do BD e foi inspirado no Projeto "Censo da Variação Linguística do Rio de Janeiro". As transcrições das entrevistas dos informantes do VARSUL estão armazenadas em microcomputador IBM-PC, e foi criado o programa EDITOR para utilização dos dados a serem submetidos depois ao programa VARBRUL. A entrega oficial do BD à comunidade se deu no dia 02 de setembro de 1996, no I Encontro de Variação Linguística do Cone Sul, em Porto Alegre-RS.

agente e de tópico. Apenas, somos forçados a separar essas três propriedades, dado que, primeiro, elas não se recobrem sistematicamente (encontramos sujeitos que não são agentes, agentes que não são tópicos, sujeitos que são agentes que são tópicos, e assim por diante). (...) a noção de "sujeito" se formula em termos de relações formais (distribucionais, relacionais, etc.); a de "agente" em termos de conteúdo nocional; e a de "tópico" em termos de inserção em um contexto de comunicação. (LYONS, 1987: 117 e 151 apud SETTI 1997, p.7-8)

Para Setti (1997), o fato de o sujeito ser indeterminado significa que é o referente extralinguístico que não se conhece ou não se pode determinar, porque a pessoa relativa ao verbo sempre será 1^a, 2^a ou 3^a do plural ou do singular. Vejamos este exemplo:

(40) "*Assaltaram o banco*" (grifos da autora)

A autora estabelece o sujeito com o qual o verbo está combinando: 3^a pessoa do plural (eles, elas), considerando a marca morfológica: o verbo de 3^a pessoa do plural. Aponta ela que o que não se pode é determinar a quem essa 3^a pessoa gramatical se refere.

A autora completa, afirmando que, ao revisar a literatura, constatou que alguns gramáticos e linguistas, como Cunha & Cintra, Góis, Infante, dentre outros, não fazem a distinção entre sujeito sintático e referente e acabam considerando uma coisa só. Completa afirmando que há uma grande diferença entre representação e referência.

No capítulo dois, a autora discorre sobre os condicionamentos linguísticos. Segue com o capítulo três, apresentando a metodologia para a seleção dos dados e outros procedimentos. Por fim, apresenta as análises dos dados e os resultados.

Sob a perspectiva da sociolinguística variacionista e orientada pela metodologia quantitativa laboviana, Godoy (1999) descreve o fenômeno da indeterminação do sujeito em amostra do português falado, em três cidades do interior paranaense: Irati, Londrina e Pato Branco. De acordo com a autora, essas cidades são etnicamente diferenciadas: Irati é de colonização eslava; Londrina sofreu colonização acentuada de paulistanos e mineiros; e Pato Branco, por sua vez, por gaúchos e catarinenses. Acrescenta a autora que estes foram responsáveis pela ocupação do território do sudeste do Paraná. A autora considera essa amostra etnicamente significativa, tendo em vista que uma das suas hipóteses foi verificar o uso da variante **tu** como recurso de indeterminação do sujeito na cidade de Pato Branco, considerando que é inerente aos gaúchos e catarinenses – povos que colonizaram essa cidade – o uso da forma **tu** como expressão da segunda pessoa do singular e que, em certas situações, os imigrantes conservam traços linguísticos de sua comunidade de origem. Já em Irati e em Londrina, a sua hipótese foi encontrar o uso exclusivamente da variante **você**, considerando, pois, que ambas as cidades foram colonizadas por povos que não têm a tradição do uso da forma **tu** na relação interpessoal. Sua hipótese foi confirmada, apesar de a

pesquisadora encontrar, em Irati e Londrina, o uso da variável **tu** como pronome indeterminador, porém as ocorrências não se mostraram significativas.

Para a realização dessa pesquisa, a autora fez uso do *corpus* pertencente ao Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul do País (VARSUL), constituído de 72 entrevistas, sendo 24 para cada cidade, com duração máxima de 45 min cada uma.

Além de uma abordagem variacionista, baseou-se em Menon (1994), uma vez que esse referencial, de acordo com a autora, ofereceu mais subsídios para que os objetivos fossem alcançados, tendo em vista que ambas trabalham com a descrição da língua falada dentro de uma proposta mais social.

Além da localidade, fator já apontado, a autora considerou faixa etária, sexo e escolaridade, configurando os fatores sociais; a autora considerou também fatores linguísticos, dentre eles as variantes nominais e pronominais propostas por Menon (1994), acrescentando a forma **tu**, assim como Setti (1997), argumentando que tal inserção se justifica por esse pronome se apresentar como marca de oralidade em uma das cidades estudadas, a cidade de Pato Branco.

Após apresentar algumas propostas para o trato da indeterminação, Godoy (1999, p.6, grifo da autora), como já apontado, adota a proposta de Menon (1994), ao esclarecer que: “[...] estamos chamando de *sujeito indeterminado* referência indeterminada do agente que se manifesta no *agente da passiva* ou no *sujeito sintático* realizado por diferentes recursos lingüísticos [...]”.

(41) É nessas danceterias a maioria das vezes, *se* nota, *se* vê. (...) Infelizmente **a gente** vê (...) **você** vê perdidos mesmo. (IRT/03/844; 861; 866)

Ela explica que, ao observarmos o exemplo acima, notamos a presença de um sujeito sintático realizado por meio do **se**, **a gente** e **você**; no entanto a sua referência é indeterminada, tendo em vista que o contexto não permite que precisemos quem **vê** ou quem **nota**. Acrescenta que o conteúdo dessas formas, nesse contexto, é absolutamente generalizador, pelo fato de poder se referir a qualquer um. Ressalva que, por isso, ao se referir ao sujeito indeterminado, não se estará referindo ao sujeito sintático, mas ao referente extralingüístico.

Notamos que a autora, ao tratar da indeterminação, levou em consideração alguns procedimentos: valorizou a referencialidade, o contexto, seu aspecto essencialmente generalizador e identificável. Esses mesmos procedimentos foram também adotados neste trabalho.

Você, a gente et alia indeterminam o sujeito em Salvador trata-se da dissertação de mestrado de Carvalho (2010), que investigou as principais estratégias empregadas na fala urbana popular e culta de Salvador. O autor levou em conta, além das formas consideradas canônicas pela GT, estratégias tanto pronominais quanto nominais (formas nominais).

Para o desenvolvimento desse trabalho, o autor considerou duas correntes linguísticas: o pressuposto teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, buscando identificar os contextos extralinguísticos ou sociais (gênero/sexo, escolaridade e faixa etária) e linguísticos (forma antecedente, mudança/manutenção do referente, tempo e modo verbal, tipo de verbo, preenchimento do sujeito, tipo de oração, grau de indeterminação) para verificar quais desses fatores influenciavam tais usos e em que grau; e o Funcionalismo, principalmente no que diz respeito à Gramaticalização, baseando-se em Castilho (1997), noção que será necessária para o entendimento de algumas estratégias de indeterminação.

Os *corpora* utilizados para a realização das análises somaram um total de 44 inquéritos do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador), pertencentes ao Programa Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP) e ao Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta de Salvador (NURC-SSA).

Após ter explanado as particularidades da determinação, indeterminação e impessoalização, Carvalho (2010) apresenta o que ele chama de indeterminação do sujeito. Ele diz que o que as GTs chamam de indeterminação do sujeito é entendido por ele como a indeterminação do referente, ou seja, o agente da ação verbal, que se encontra em um contexto externo ao linguístico, compartilhando do mesmo mundo concreto que os falantes participantes da interação verbal no ato de comunicação. Esse autor, assim como Menon (1994, 2006), mantém o conceito de sujeito indeterminado, apresentado pelas GTs, mas com a concepção de “referente extralinguístico”.

Ao final de sua pesquisa, observou que os falantes de Salvador, nos diversos níveis de escolaridade, fazem uso de várias estratégias para marcar a indeterminação do sujeito, principalmente das formas pronominais **você** e **a gente**, influenciadas por diversos fatores extralinguísticos e linguísticos.

A referencialidade / não-referencialidade nos interessa por estar relacionada à determinação e indeterminação. De acordo com Castilho (2010, p.297), “um sujeito /referencial/ é aquele que destaca determinado referente dentre o conjunto dos referentes possíveis que compartilham as propriedades indicadas pelo sintagma nominal-sujeito”.

Dubois (1980), citado por Castilho (2010), ao tratar da definitude, argumenta que esse traço é identificável a partir da dinâmica do discurso. Para ele é /definido/ o referente

que ocupa um papel de relevo no texto, seja uma personagem de narrativa, seja um objeto de importância na enunciação. Quanto aos referentes/-definido/, afirma que são aqueles para os quais o ouvinte tem de abrir um arquivo em sua mente; portanto não encontraremos no texto relação referencial.

Assim sendo, Castilho (2010) elenca alguns exemplos apresentados por Neves (2000, p. 463):

(42a) **Falou-se** muito numa solução para o caso.

(42b) **Pediram** agasalhos para os flagelados.

E outros casos como:

(43a) Normalmente, quando **você** não sabe o que fazer, é melhor não fazer nada.

(43b) Depois da crise econômica, **eles** deram de dizer que as centrais de atendimento não podem passar de um minuto para te atender.

O autor nos chama a atenção para que, no contexto, **você** não remete à 2ª pessoa e o pronome **eles** refere-se a autoridades não identificadas no contexto. Apresenta o posicionamento de Dubois (1980), que mostra que o traço de definitude é definido no texto, ou seja, nenhuma classe possível de figurar como sujeito está intrinsecamente determinada ou indeterminada.

Levando-se em conta as informações acima apresentadas a partir da revisão bibliográfica, adotamos aqui o mesmo posicionamento de Menon (1994) para o tratamento do fenômeno da indeterminação: o sujeito indeterminado é aquele do qual o referente extralinguístico não pode ser identificado no contexto, mas cujo referente é conhecido pelo locutor e, em certos casos, também pelo interlocutor.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, encontra-se a apresentação da Teoria da Variação (LABOV, [1972] 2008) e dos princípios da teoria geral da mudança linguística, propostos por Weinreich, Labov e Herzog (doravante WLH, [1968] 2006), que fundamentaram este trabalho, além de todo o procedimento metodológico aplicado para a sua realização, como a justificativa para a escolha da comunidade a ser analisada, a formação do *corpus*, os fatores escolhidos para serem testados e analisados, entre outros.

2.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

O termo sociolinguística surge na década de 60, a partir das pesquisas realizadas por WLH, pesquisas que, de acordo com os críticos, apresentaram-se como os estudos mais criativos sobre a mudança linguística em situações observáveis entre grupos urbanos complexos. Destacam-se os estudos da mudança em progresso sobre a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ na ilha de Martha's Vineyard (1963) e sobre a realização do /r/ em posição pós-vocálica, na cidade de Nova York (1966), realizados por Labov¹⁸, desenvolvendo, assim, a teoria e a metodologia da sociolinguística variacionista quantitativa.

Labov (1972, [2008]), ao iniciar seus trabalhos, apresenta-se consciente das barreiras ideológicas que impediam o estudo empírico da mudança linguística. O autor critica, por exemplo, Saussure (1949), que afirmava que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente. A afirmativa de que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente constitui a segunda barreira enfrentada por Labov; pensamento defendido por Bloomfield (1933), que afirmava a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente, declarando que “[...] quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimos dialetais” (LABOV, 1972, [2008, p.14]). Havia também quem defendesse a não possibilidade do estudo da mudança linguística. De acordo com Labov (1972, [2008, p.14]), Hockett (1958) “observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais [...]”. A defesa de que a variação livre

¹⁸ Vários outros estudiosos já advogavam a favor de um estudo social da língua, como Meillet, Martinet, entre outros, como será mostrado adiante.

não podia, em princípio, ser condicionada, se configurou como mais um impedimento de um estudo sistematizado da estrutura interna da variação, e vista como a mais importante.

[...] O postulado básico da linguística (BLOOMFIELD, 1933:76) declarava que alguns enunciados eram o mesmo. Por conseguinte, eles estavam em variação livre, e se considerava linguisticamente insignificante saber se um ou outro ocorria no momento particular. Relações de *mais* ou *menos*, portanto, eram descartadas do raciocínio linguístico: uma forma ou regra só podia ocorrer sempre, opcionalmente ou nunca [...]. (LABOV, 1972, [2008, p. 14], grifos do autor)

As restrições aos fatores externos à língua para o estudo da variação e mudança não se limitavam apenas aos fatores sociais mais concretos relacionados ao falante, como sexo, naturalidade, profissão, faixa etária etc., mas “[...] também se sustentava que os sentimentos acerca da língua eram inacessíveis e estavam fora do escopo da linguística [...]” (LABOV, 1972, [2008, p.14]). Trata-se aqui da avaliação social das variantes linguísticas. No entanto, Labov (1972, [2008]) afirma que todo linguista reconhece que a língua é um fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato. De acordo com esse teórico, o grau de importância que é dado aos fatos sociais no trato da mudança linguística vai depender do foco de cada pesquisador e de suas ideologias. Assim, ele separa esses linguistas em dois grupos, A e B:

[...] O grupo A, o grupo “social”, presta maior atenção aos fatores sociais para explicar a mudança; vê as funções expressivas e diretivas da língua como intimamente entrecruzadas com a comunicação de informação referencial; estuda a mudança em andamento e vê mudança em andamento refletida nos mapas dialetais; e enfatiza a importância da diversidade linguística, das línguas em contato e do modelo de ondas para a evolução linguística. (LABOV, 1972 [2008, p. 305], grifo do autor)

Os linguistas do grupo B são considerados como “associais” (grifo do autor), concentrando-se em fatores puramente internos, estruturais ou psicológicos, para explicar a mudança.

[...] separam a comunicação afetiva ou social da comunicação de “ideias”; acreditam que a mudança sonora em andamento não pode ser estudada diretamente e que os estudos das comunidades e dos mapas dialetais não mostram mais do que os resultados do empréstimo dialetal; assumem a comunidade homogênea e monolíngue como típica, trabalhando dentro do modelo Stammbaum [árvore genealógica] de evolução linguística. (LABOV, 1972 [2008, p. 306], grifo do autor)

No entanto, Labov (1972 [2008]) afirma que seria injusto negar que os linguistas desse grupo desconsiderem por completo os fatores sociais ao explicar a mudança linguística, tendo em vista que eles definem a influência da sociedade como alheia à operação normal da língua e consideram a operação dos fatores sociais como interferência

disfuncional no desenvolvimento normal ou como intervenção rara e assistemática. Partindo desse pressuposto, vejamos:

[...] movimentos sociais extraordinários podem perturbar o equilíbrio lingüístico em raros intervalos, provocando uma onda de reajustes lingüísticos nos quais fatores puramente internos governam a sucessão de mudanças ao longo de “anos, séculos e milênios”. (MARTINET, 1964, p.522 apud LABOV, 2008, p.306)

Martinet, apesar de apresentar uma visão “catastrófica”, assim denominada por Labov, não desconsidera a possibilidade da relação dos eventos sociais e lingüísticos no processo da mudança. Labov (1972 [2008]) apesar de se opor aos princípios teóricos da mudança em voga, reconhece alguns teóricos como precursores do seu pensamento, a exemplo do próprio Martinet (1955), Meillet (1906) e destaca Gauchat (1905), pela sua investigação na comunidade francófona suíça de Charmey, realizando o primeiro estudo que tomou como objeto a mudança lingüística em progresso. Para Labov (1972 [2008, p.345]), esse trabalho foi o protótipo da abordagem sociolingüística da mudança: “o elegante e convincente estudo de Gauchat estabeleceu a variabilidade do dialeto de Charmey, a existência de mudança em andamento, e o papel das mulheres na promoção da mudança lingüística [...]”. Gauchat (1905) realizou seu trabalho em uma comunidade isolada em Charmey, na Suíça de língua francesa. Ele observou seis traços fonológicos na fala de três gerações: 60 anos, entre 30 e 60, e abaixo de 30. Labov (1972 [2008]) afirma que os resultados encontrados por Gauchat foram confirmados por Hermann em 1929, uma geração depois.

Lucchesi (2004) afirma que a filiação dos estudos de Labov aos estudos de Gauchat revela claramente o propósito da análise sociolingüística de rever a ideia até então predominante de que a mudança lingüística não podia ser estudada diretamente, e, sim, só depois de ser concluída. Acrescenta o autor que Labov procurou entrever a mudança em progresso na variação observada na língua em um determinado momento, o que se denomina como estudo em tempo aparente – comportamento diferenciado dos falantes de várias faixas etárias –, o que fez erodir a dicotomia saussuriana entre sincronia e diacronia.

Labov (1972 [2008]) precisava quebrar outras barreiras que impediam a comprovação da relação entre variação e mudança para o estudo do processo de mudança lingüística, a exemplo da ideia de que a variação era, em larga medida, livre e não-condicionada, postulado básico da lingüística bloomfieldiana. Era preciso apresentar uma sistematicidade da variação; para tanto, ele levou em consideração os fatores externos (sociais) na análise lingüística e os correlacionou aos fatores lingüísticos. Os estudos em

Martha's Vineyard (1963) e em Nova York (1966) serviram de laboratório para que esse pesquisador confirmasse as suas hipóteses: “[...] encontramos relações regulares onde estudos anteriores mostravam oscilação caótica ou intensa variação livre [...]”. (LABOV, 1972, [2008, p.191]).

A partir desses estudos, Labov (1972 [2008]) afirma a possibilidade de postular uma série de princípios sociolinguísticos acerca das relações de variação estilística, estratificação social e avaliação subjetiva, contribuindo, assim, para uma nova teoria da mudança. As ideias defendidas por esse teórico, em parceria com Weinreich e Herzog, foram formalizadas no texto intitulado *Empirical foundations for a theory of language change*, escrito entre 1966 e 1968.

Além das pesquisas realizadas por Labov, destacam-se os estudos realizados por Uriel Weinreich (1952), *Atlas linguístico e cultural das comunidades judaicas Asquenazes* e Marvin Herzog (1965), *Dialetologia do iídiche no norte da Polônia*; estas serviram de base empírica para a fundamentação da nova teoria da mudança.

Como seu título deixa bem claro, esse texto pretende apresentar uma teorização sobre a mudança lingüística, apoiada por uma sólida fundamentação empírica [...] As pretensões teórico-epistemológicas do *EFTLC*, são, portanto, bem claras: desenvolver, a partir da questão da mudança, um novo modelo teórico, através do qual se possa formular uma nova orientação para a pesquisa lingüística. (LUCCHESI, 2004, p.168-169)

De acordo com Mattos e Silva (2008), o fundamental dessa nova proposta está no entendimento novo da estrutura lingüística. Acrescenta que para os chamados sociolinguistas americanos a estrutura lingüística é intrinsecamente heterogênea, e heterogeneidade e estrutura não são incompatíveis, ao contrário, são necessárias para o funcionamento real de qualquer língua. A comprovação disso está na capacidade de o indivíduo codificar e decodificar essa heterogeneidade. Partindo da defesa de uma heterogeneidade lingüística, WLH (1968 [2006]) propõem que as variáveis contextuais, estilísticas, etárias e sociais se insiram nas regras de competência, e não sejam consideradas como fenômenos de desempenho.

Para resolver a questão da mudança lingüística, WLH (1968, [2006]) apresentam cinco problemas: **o problema das restrições, o problema da transição, o problema do encaixamento, o problema da avaliação**, além do **problema da implementação**.

O problema das restrições remete à questão de definir quais as condições que favorecem ou restringem as mudanças, e, por conseguinte, qual o conjunto das mudanças lingüísticas possíveis. O próprio Labov reconhece que as respostas a essas questões

conduzem a uma tipologia das mudanças, associada a uma relação de tendências gerais ou mesmo universais observadas no processo de mudança.

O problema da transição está em definir e analisar o percurso através do qual cada mudança se realiza; isso significa que responder a essas questões facilitará a compreensão sobre o processo através do qual a mudança linguística acontece.

Ao considerar alguns subsistemas ou variáveis como marcados pelo traço arcaico/innovador, a teoria da língua pode observar a mudança linguística enquanto ocorre. Pela observação *in vivo*, podemos aprender coisas sobre a mudança linguística que estão simplesmente perdidas nos monumentos do passado. (WLH, 2006, p.122)

No que diz respeito ao **problema do encaixamento**, WLH (1968, [2006]) nos chamam a atenção para o fato de que haverá pouca discordância entre os linguistas de que as mudanças linguísticas sob investigação devem ser vistas como encaixadas no sistema linguístico como um todo. Para Labov (1972, [2008, p.193]), “o problema é encontrar a matriz contínua de comportamento social e linguístico em que a mudança linguística é levada a cabo [...]”. A solução está em descobrir as correlações entre elementos do sistema linguístico e entre esses elementos e os sistemas não-linguísticos de comportamento social. Lucchesi (2004) destaca o encaixamento na estrutura social como um dos mais importantes avanços do modelo sociolinguístico em relação aos modelos anteriores de análise da mudança linguística:

O reconhecimento de que uma análise estritamente linguística é incapaz de dar conta do processo de mudança, e a iniciativa de explicar a variação inerente ao sistema linguístico através da covariação com os fatores sociais conduz a uma visão mais abrangente e adequada do processo histórico de constituição da língua e da própria língua enquanto objeto de estudo da linguística. (LUCCHESI, 2004, p.176)

O problema da avaliação está em estabelecer empiricamente os correlatos subjetivos dos diversos estratos e variáveis numa estrutura heterogênea. Estes não podem ser deduzidos a partir do lugar das variáveis dentro da estrutura linguística; enfatizam que o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística, que tem que ser determinada diretamente.

Lucchesi (2004) afirma que o problema da avaliação levanta uma importante discussão acerca do papel do indivíduo frente à mudança e frente à própria língua, no momento em que nega o princípio saussuriano de que o indivíduo aceita o processo de estruturação da língua passivamente.

Por fim, **o problema da implementação**. De acordo com WLH (1968, [2006]), o processo global da mudança linguística pode envolver estímulos e restrições que partem tanto da sociedade quanto da estrutura da língua. A questão da implementação está no número de fatores que influenciam a mudança, o que depende do momento e do lugar. Segundo Labov (1972, [2008]), a questão da implementação pode ser apresentada assim: quais os motivos de uma dada mudança ocorrer em um momento e um lugar determinados, e não em outro momento e/ou outro lugar.

A explicação para os cinco problemas que envolvem a mudança linguística contraria todas as teses até então defendidas para o trato da mudança. Labov (1972, [2008]), retomando essa questão em seu texto, parte do pressuposto de que toda língua é um sistema heterogêneo ordenado, regulado por um conjunto de regras, sendo a variação parte inerente à língua, que serve a uma comunidade complexa; a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional. O processo de variação, afirma, não é aleatório, e, sim, sistemático, pois é regido por fatores variáveis independentes, tanto linguísticos (internos) como sociais (externos). Assim, a Teoria da Variação Linguística procura identificar e medir o efeito de cada fator. Para tanto, estuda a língua falada e escrita em uma comunidade linguística, aqui entendida como um conjunto de pessoas que interagem e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos.

Um dos princípios gerais da mudança é o de que nem toda variação e heterogeneidade na estrutura linguística levam à mudança, mas toda mudança pressupõe variação. Para a Sociolinguística Variacionista, a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental, que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento linguístico. As diferenças linguísticas – observáveis nas comunidades em geral – são vistas como um dado inerente ao fenômeno linguístico.

Variável linguística constitui um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra (WLH, 1968, [2006, p.105]). A variação linguística implica a existência de formas linguísticas alternativas que os falantes usam para dizer a mesma coisa, ou seja, essas formas têm o mesmo valor de verdade; é um fenômeno universal e ocorre em todos os níveis da língua. Às diferentes formas linguísticas alternativas dá-se o nome de variantes, representando um fenômeno variável, que teoricamente, é denominado de variável dependente. Como bem ressaltam WLH (1972, [2006]), as mudanças linguísticas sob investigação devem ser vistas como encaixadas no sistema linguístico como um todo. Assim, uma variável é denominada dependente, pelo fato de o processo da variação não ser aleatório e, sim, sistemático, como já apresentado acima, ou seja, depende de fatores tanto

externos (sociais) quanto internos (linguístico) à língua; esses fatores são as variáveis independentes.

Para medir o grau de influência desses fatores sobre a língua, Labov (1972, [2008]) cria o método quantitativo, através do qual se estabelecem correlações entre os fatores intralinguísticos e extralinguísticos, proporcionando um panorama da variação da língua. Toma a fala contextualizada no universo social, acreditando ser possível sistematizar o que ele denominou “caos linguístico”, levando em conta o seu caráter social e seu aspecto inerentemente heterogêneo e variável. A princípio, ele classifica os fatores que condicionam e que favorecem a escolha de uma das formas variantes encontradas nas comunidades de fala de variáveis internas e sociais. No primeiro grupo, encontram-se os fatores fonológicos, sintáticos, semânticos, os lexicais e os discursivos; no segundo grupo, os fatores de natureza caracterizadora do indivíduo, como faixa etária, gênero/sexo, escolaridade, profissão, naturalidade, nacionalidade, classe social. Encontram-se também nesse grupo os fatores de natureza contextual, como grau de formalidade e tensão discursiva.

O estudo da variação, além de quebrar as barreiras ideológicas que impediam o estudo da mudança linguística, apresenta uma estimativa do rumo que a mudança pode estar tomando. Os fatores sociais funcionam como peças fundamentais nesse sentido. Só para citar, as mulheres apresentam importante papel na promoção da mudança. Como já explanado, Louis Gauchat (1905) além de estabelecer a variabilidade do dialeto de Charmey, a existência da mudança em andamento, descobriu que o uso das formas linguísticas mais inovadoras era feito com maior frequência pelas mulheres do que pelos homens. Labov (1972, [2008]) aponta comportamento semelhante em suas pesquisas realizadas em cidade de Nova York, Detroit e Chicago. É necessário lembrar que as mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística quando uma forma prestigiada está para ser implementada na língua, contudo, quando se trata da implementação de uma forma socialmente desprestigiada, as mulheres assumem uma atitude conservadora e os homens lideram o processo.

Através da faixa etária, por exemplo, podemos observar se os casos da variação refletem uma **variação estável** (coexistência de formas intercambiáveis no sistema linguístico); nesse caso, os jovens e velhos apresentam o mesmo comportamento linguístico, diferenciando dos falantes de meia idade, faixa etária que utiliza formas de prestígio; ou **mudança em progresso** (concorrência entre as variantes, com tendência de permanência de apenas uma delas), processo em que os mais jovens fazem uso da forma inovadora com

maior frequência que os mais velhos. A esse procedimento, Labov (1972, [2008]) denominou de análise em tempo aparente.

De acordo com Monteiro (2000), a análise em tempo aparente, ainda que sustentável, pode ou não denunciar a ocorrência de um fenômeno de mudança; é preciso ficar atento aos resultados e verificar se eles representam verdadeiramente casos de mudança em progresso ou simplesmente uma gradação etária, que significa mudança de comportamento linguístico que se repete a cada geração. Atenta ainda para o fato de que toda mudança pressupõe variação, mas nem toda variação acaba em mudança. Naro (2004) apresenta uma possível solução para essa questão: extensas pesquisas empíricas sobre o comportamento tanto do indivíduo quanto da sociedade durante várias gerações, ou seja, estudo em tempo real. Sobre essa questão, Paiva e Duarte dizem que

O estudo da mudança em tempo real, não isento de problemas, [...] constitui um recurso imprescindível não apenas para identificar o momento de aparecimento ou morte de uma determinada variante linguística como também verificar a regularidade na ação dos princípios que regem a variação e subjazem à implementação da mudança. (PAIVA & DUARTE, 2004, p.182)

Há duas maneiras de realizar estudos em tempo real: estudo real de longa duração, que consiste em comparar longos períodos de uso da língua. Esse tipo de estudo apresenta alguns inconvenientes que estão relacionados aos registros históricos: são produtos de uma série de acidentes históricos; consiste em amostras filtradas por hipercorreção, mistura dialetal, erro de escrita; mostram apenas evidências positivas, além dos dados sociais, em grande parte, serem ocultados; e os estudos em tempo real de curta duração, que podem ser realizados através de dois procedimentos: estudo de tendência e de painel.

De acordo com as autoras, o estudo de tendência se caracteriza pela comparação dos registros de grupos de falantes diferentes e em tempos sincronicamente distintos, numa mesma comunidade. Já o estudo de painel é a comparação entre as amostras dos mesmos informantes em dois pontos separados por um lapso de tempo. Afirmam que essa é uma técnica mais controlada de acompanhar a direcionalidade dos fenômenos variáveis em uma dada comunidade de fala e nos falantes individualmente.

Levando em consideração todas as questões aqui colocadas, adotamos o pressuposto teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, por considerá-la adequada para o estudo da variação da indeterminação do referente.

2.2 O CORPUS

Com a finalidade de sistematizar um fenômeno linguístico variável, a sociolinguística depende da observação do comportamento humano; a pesquisa começa com registros da fala de indivíduos constituintes de uma determinada comunidade para que se investiguem as formas linguísticas em variação. Nesta seção, apresentamos a constituição do *corpus*, a sua caracterização e a descrição dos fatores, tanto internos (estruturais da língua) quanto externos (sociais) à língua, os quais foram levados em conta para além das hipóteses referentes a cada um desses fatores

2.2.1 A constituição do *corpus*

O *corpus* analisado neste trabalho pertence ao projeto intitulado *A língua portuguesa falada no semi-árido baiano*, do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), do Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A sua implementação data do ano de 1996¹⁹, sob a coordenação das professoras Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. De acordo com Araújo & Almeida (2012), o projeto vem agregando pesquisadores e incorporando ao seu acervo amostras da língua falada na região, oportunizando a realização de análises que buscam explicitar as origens e a caracterização do português brasileiro (PB). Já finalizou e publicou o *corpus* com entrevistas de moradores da zona rural dos municípios de Caem (Anselino da Fonseca), Rio de Contas, Jeremoabo e Feira de Santana²⁰. O projeto privilegia gravações do tipo diálogo entre documentador e informante (DID) e adota o arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968 e LABOV, 1972 1982, 1994).

Atualmente, o projeto está em sua terceira fase e volta-se para a sede do município de Feira de Santana. Entende-se que os dados coletados nessa cidade fornecem importantes subsídios para o entendimento da formação, caracterização e difusão do PB, notadamente no que se refere ao entrecruzamento das normas populares e cultas e ao contato rural e urbano. Assim, pesquisadores desse projeto buscam responder quais consequências linguísticas podem ter havido a partir desse contato de tantos falantes oriundos da zona rural do estado da Bahia e até de outros estados, e se o dialeto urbano de Feira de Santana sofreu muitas influências dos dialetos rurais, e vice-versa. Assim, na terceira fase do

¹⁹ Apesar de a primeira amostra do projeto ter sido gravada em 1996, o mesmo só foi oficializado em 1998.

²⁰ Conferir em < <http://www.uefs.br/nelp>>.

projeto, foi constituído um *corpus* com 72 informantes (cf. ARAUJO & ALMEIDA, 2012).

É importante ressaltar que, de acordo com Araujo & Almeida (2012), com os dados do projeto de todas as suas fases, inclusive da terceira, já foram realizadas análises sobre diversos temas, a exemplo do uso variável dos pronomes pessoais, a síncope das proparoxítonas, a alternância *ter/haver* em construções existenciais, o fenômeno da palatalização, o sujeito nulo, entre outros. As pesquisas foram realizadas com o apoio de órgãos de fomento, como FAPESB, CNPq, além de contar com o apoio da própria UEFS, seja com materiais de consumo, seja com bolsas de Iniciação Científica. Acrescentam as autoras que já foram realizadas algumas monografias de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, e mais pesquisas em andamento. Os responsáveis pela organização do *corpus* da atual fase são as professoras Norma Lucia Fernandes de Almeida, Eliana Pitombo Teixeira, Silvana Silva de Farias Araújo e Zenaide Oliveira Novais Carneiro.

2.2.2 A cidade de Feira de Santana

A cidade de Feira de Santana encontra-se em uma zona de transição entre as terras do Recôncavo – ponto de partida do projeto colonial lusitano – e os tabuleiros²¹ do semiárido do interior²². Devido à sua posição fronteiriça entre duas áreas paisagísticas diferenciadas, sua importância como rota de ligação manifestou-se desde os alvares de seu surgimento.

De acordo com Andrade (1990), o município de Feira de Santana foi criado pela resolução provençal de 05 de maio de 1833, tendo resultado no desenvolvimento do município de Cachoeira, um dos mais populosos centros urbanos na Bahia nesse período, e foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana, pelo decreto provençal de N° 1320, de 16 de junho de 1873.

A cidade está localizada em um planalto; o clima é tropical, com temperatura média de 37°. É formada por uma bacia hidrográfica, por rios intermitentes, dentre os quais se destacam o Jacuípe, o Subaé, o Salgado e o Rio do Peixe. A zona rural do município é

²¹ De acordo com Cosseti (2008) tabuleiro é uma forma de relevo constituída por pequenos platôs, de altitude em geral modesta, entre vinte e cinquenta metros, limitados por escarpas abruptas, denominadas barreiras. Mais freqüentes no Nordeste, os tabuleiros podem ser também encontrados no interior da Amazônia e no Espírito Santo.

Geologicamente, os tabuleiros são formados de argilas coloridas e arenito da série Barreiras, provavelmente do plioceno, no período terciário, de fácies desértica, desprovida de fósseis.

²² Verificar no mapa, anexo A.

composta pelos distritos de Bomfim de Feira, Humildes, Ipuacu, Jaguará, Jaíba, Tiquaruçu, Matinha e Maria Quitéria, anteriormente conhecida como São José das Itapororocas.

A origem da cidade encontra-se indissociavelmente ligada aos antigos caminhos de povoamento do sertão baiano, utilizados nos séculos iniciais de colonização do território da Bahia. O processo de conquista e alargamento da zona de desembarque dos primeiros povoadores portugueses deu-se do litoral, área conhecida como Recôncavo, para o interior, também conhecido como sertão. O processo de expansão militar seguiu quase sempre as rotas de comércio ou percurso das expedições de caça e aprisionamento de índios, expedições conhecidas como Bandeiras. Uma das mais importantes rotas de comércio dos tempos iniciais da colonização era a da expansão dos caminhos de criação de gado, que ligava o interior semiexplorado às áreas urbanas situadas no litoral. Uma dessas trilhas de gado cortava parte do território que, hoje, corresponde a Feira de Santana; daí a sua importância estratégica.

Para os representantes da corrente revisionista sobre o processo de povoamento de Feira de Santana, Galvão (1982) e Andrade (1990), o primeiro núcleo povoador instalado na região teria surgido na 2ª metade do século XVII, no povoado de São José das Itapororocas. O povoado teria surgido a partir do desmembramento de uma imensa porção de terras, a sesmaria de Antonio Guedes de Brito, que foi comprada por João Teixeira Veigas, primeiro povoador historicamente documentado de Feira de Santana.

O efetivo surgimento de um centro urbanístico em Feira de Santana só acontecerá por volta do século XIX, com o surgimento da famosa feira livre que empresta nome à cidade e que funcionou durante dezenas de anos como núcleo agregador para imigrantes e tropeiros de diversas localidades do Estado. A cidade experimentou um processo de crescimento populacional e urbanístico a partir da segunda metade do século XX e, mais notadamente, na década de 1970 do citado século, com a instalação de um polo industrial que atraiu enorme fluxo migratório, proveniente das mais diversas regiões do Brasil. No entanto, o setor comercial é o setor de maior importância econômica da estrutura produtiva municipal, em geração de emprego e de renda. Segundo o censo empresarial, existem 8.582 estabelecimentos, sendo 81,4% varejistas e 18,6% atacadistas, gerando 48.781 empregos diretos e mais de 75 mil indiretos.

Pela importância de sua localização geoeconômica, Feira de Santana lidera a macrorregião, abrangendo 96 municípios, com população de, aproximadamente, 3 milhões de habitantes, sendo um dos maiores entroncamentos rodoviários do interior do país e o maior do Norte e Nordeste, cortado por três rodovias federais: BR 101, 116 e 324, e quatro

rodovias estaduais: BA 052, 502, 503 e 504²³, favorecendo uma corrente e concentração de fluxo de população, mercadorias e dinheiro, num entreposto que liga o Nordeste ao Centro-Sul do Brasil, na fronteira da capital Salvador com o sertão, do Recôncavo aos tabuleiros do semiárido da Bahia.

Distante 115 km de Salvador, pela BR 324, completamente duplicada, representa a segunda economia regional da Bahia, com amplitude de vínculos econômicos e relações de transações comerciais de um complexo de regiões com sua economia diversificada, agropecuária, comércio, indústria e serviços de apoio urbano, a cidade ostenta posição de centro distribuidor da produção regional e polo de negócios e atividades dinâmicas.

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Feira de Santana é composta de 542.476 mil habitantes, tendo uma área de 1.338Km², com Densidade demográfica de 400,46 hab./km².

Conforme Mattos e Silva (2002), o conhecimento de aspectos sócio-histórico-demográficos é importante para uma melhor caracterização de uma língua, como o PB, que é marcado por uma grande variação linguística, devendo-se considerar, por exemplo, as “muitas histórias” de contato linguístico e dialetal. Nesse sentido, de acordo com Araújo & Almeida (2012), a cidade de Feira de Santana é singularmente rica para discussões sobre contatos dialetais, já que a mesma é conhecida por ser um dos maiores entroncamentos rodoviários do norte-nordeste e, por isso, recebe pessoas de diversas regiões do país. O estudo da formação sócio-histórica da variedade linguística falada nessa cidade contribuirá para a descrição da História Social do PB.

2.2.3 Os Informantes

Dos 72 registros constituídos no projeto *A língua portuguesa falada no semiárido baiano*, referentes à comunidade de Feira de Santana, os dados que constituem a base empírica deste trabalho se restringem a 24 informantes, tanto da esfera dos menos escolarizados quanto da esfera dos falantes com nível de escolaridade alta.

No momento da caracterização dos informantes pensamos, *a priori*, na escolha de informantes feirenses, filhos de feirenses, porém houve dificuldades de encontrar informantes que possuíssem o nível de escolaridade alto, principalmente os da faixa III, com pais naturais de Feira de Santana. Optamos por considerar, também, informantes feirenses, filhos de não feirenses, mas cujos pais tenham chegado a Feira de Santana ainda crianças.

²³ Verificar mapa, anexo B.

Além do critério de naturalidade e escolaridade, levamos em consideração a idade dos informantes; foi feita uma divisão em três grupos: faixa I (25 a 35 anos); faixa II (45 a 55 anos); faixa III (mais de 65). Os inquiridos analisados envolveram 12 informantes do sexo feminino e 12 do sexo masculino. A seguir, encontra-se a representação do *corpus* utilizado neste trabalho.

Quadro 1 – Estratificação da amostra de Feira de Santana (Informantes com escolaridade baixa)

Feirenses filhos de feirenses				
	Sexo	Idade	Profissão	Escolaridade
Faixa I (25 a 35 anos)	Masculino	26 anos	Pedreiro	5 ^a série
	Masculino	35 anos	Vigilante	4 ^a série
	Feminino	33 anos	Diarista	5 ^a série
	Feminino	31 anos	Doméstica	5 ^a série
Faixa II (45 a 55 anos)	Masculino	50 anos	Entregador de recibos da Coelba	2 ^a série
	Masculino	45 anos	Pintor de parede	5 ^a série
	Feminino	54 anos	Empregada doméstica	4 ^a série
	Feminino	50 anos	Dona de bar	2 ^a série
Faixa III (mais de 65 anos)	Masculino	75 anos	Pedreiro	1 ^a série
	Masculino	68 anos	Eletricista	4 ^a série
	Feminino	70 anos	Dona de casa	3 ^a série
	Feminino	76 anos	Merendeira	3 ^a série

Quadro 2 – Estratificação da amostra de Feira de Santana (Informantes com nível superior)

Feirenses filhos de feirenses				
	Sexo	Idade	Profissão	Escolaridade
Faixa I (25 a 35 anos)	Masculino	33 anos	Contabilista	Superior completo
	Masculino	25 anos	Historiador	Superior completo
	Feminino	26 anos	Enfermeiro	Superior completo
	Feminino	30 anos	Administrador	Superior completo
Faixa II (45 a 55 anos)	Masculino	53 anos	Engenheiro civil	Superior completo
	Masculino	55 anos	Químico	Superior completo
	Feminino	48 anos	Professora de Literatura	Superior completo
	Feminino	50 anos	Professora de Artes	Superior completo
Faixa III (mais de 65 anos)	Masculino	68anos	Advogado	Superior completo
	Masculino	65anos	Professor	Superior completo
	Feminino	68 anos	Jornalista	Superior completo
	Feminino	67 anos	Pedagoga	Superior completo

2.2.4 As entrevistas

As entrevistas que compõem o *corpus* usado neste trabalho foram gravadas por bolsistas de Iniciação Científica do já referido projeto de pesquisa, orientados por pesquisadores do projeto, seguindo as diretrizes da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968 e LABOV, 1972[2008], 982, 1994). Elas têm a característica do tipo diálogo entre documentados e informante (DID), durando, em média, 50 minutos cada uma. As gravações foram realizadas entre final de 2009 e início de 2012.

2.2.5 As transcrições

Assim como as entrevistas, as transcrições foram realizadas por bolsistas de Iniciação Científica a partir de uma chave de transcrição elaborada com essa finalidade (cf. ALMEIDA & CARNEIRO, 2008). É necessário lembrar que tais transcrições não foram realizadas focando trabalhos na área da fonética e da fonologia, salvo nos casos particulares aos estudos dos bolsistas, portanto é aconselhável a consulta das gravações para que o pesquisador particularize o seu objeto de estudo.

2.3 SUPORTE QUANTITATIVO

De acordo com Naro (2004), a metodologia da Teoria da Variação constitui uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações linguísticas. O autor acrescenta que:

O problema central que se coloca para a Teoria da Variação é a avaliação do *quantum* com que cada categoria postulada contribui para a realização de uma ou de outra variante das formas em competição. No uso real da língua, que constitui o dado do linguísta, seja na forma falada ou na forma escrita, tais categorias se apresentam sempre conjugadas; na prática, a operação de uma regra variável é sempre o efeito da atuação simultânea de vários fatores [...] (NARO, 2004, p. 16-17)

Para a obtenção dos resultados quantitativos, fizemos uso do programa GoldVarb 2001 (ROBINSON, LAWRENCE & TAGLIAMONTE, 2001), que é aplicado em análise multivariacional que realiza os cálculos estatísticos e probabilísticos.

Com base em Oliveira (2006), dentre os procedimentos realizados por esse programa, temos: a análise combinatória dos dados distribuídos pelos vários grupos de fatores acompanhada dos percentuais e pesos relativos de todas as variáveis, estejam elas isoladas ou combinadas, representada por tabelas e gráficos; a aplicação de regras variáveis cujo efeito de cada fator individual é examinado e a influência relativa dos fatores sobre a variável estudada é medida, atestando, assim, a significância estatística dos grupos de fatores que influenciam a variável dependente.

Acrescenta a autora que o nível de significância estabelecido (0,05) possibilita a seleção das variáveis. E o cálculo de verossimilhança máxima (*log likelihood*) mede a adequação dos pesos relativos às frequências observadas.

2.4 LEVANTAMENTO DAS OCORRÊNCIAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

De acordo com Tarallo (1986, p.18), “[...] o modelo teórico-metodológico da sociolinguística parte do objeto bruto, não-polido, não-aromatizado [...]”. O objeto, o fato linguístico, é o ponto de partida. Assim, uma vez delimitado o fato linguístico – *a indeterminação do referente* – e com o *corpus* em mãos, partimos para a seleção das ocorrências, tomando como parâmetro alguns dos critérios adotados por Santana (2006). Não levamos em consideração os seguintes contextos:

- As ocorrências em que a forma indeterminada estava inserida no discurso de terceiros.

(01) O cara chega no comércio “**Não, eu vou pó shopping**”. Shopping aonde aquilo é shopping! Você entra ali roda, roda sai no mesmo lugar! Não vale a pena nem você conhecer o comércio de Feira de Santana. (NELP@H2F)

- Formas repetidas em estruturas idênticas; nesse caso, só foram levadas em consideração as primeiras ocorrências.

(02) Estou ficando mais esperta. É pra ficar muito esperta pra poder encarar uma casa, encarar o marido, encarar... Ser mais, mais mãe, mais mulher por que **a gente padece, a gente padece viu!**. (NELP@M3S)

- Os dados em que a transcrição revela que houve interrupção, truncamento ou indecisão

(03) ... Daí mandaram eu ir pro Cleriston, se fosse pra... **ELE mandar po... po...** ELE... Se fosse caso de ELE mandar, ele não mandava... (NELP@M1L)

- As repetições pelo informante da forma indeterminada contida na estrutura empregada pelo documentador antes da resposta do informante.

(04) Doc.: Para a Presidente. Esse ano **quiseram** mudar de novo, mas não deu certo, não foi?
Inf.: **Quiseram** mudar o Presidente, mas acho que não acharam um local adequado, ficou lá mesmo na... (NELP@H2F)

2.5 VARIÁVEIS CONSIDERADAS

Como exposto no primeiro capítulo, este trabalho trata da indeterminação do referente, o que na concepção da GT é a indeterminação do sujeito, caracterizando assim a nossa variável dependente. Uma vez estabelecidos os critérios de seleção da variável dependente, passamos para a apresentação e descrição das variantes, as quais foram selecionadas com base em Menon (1994). Consideramos, além das formas já legitimadas pelas GTs – \emptyset +V+SE e \emptyset +3PP –, as formas pronominais **eu, tu, você, a gente, nós, eles, formas nominais (FNs), \emptyset +3PS** e o \emptyset +VINF. Apontamos uma particularidade na escolha da variante **tu** que se justifica por esta forma se apresentar como marca de oralidade na relação interpessoal dos falantes feirenses. Abaixo se encontra a descrição de cada variante, assim como os critérios utilizados para selecioná-las. No capítulo três, das análises e dos resultados, apresentamos a descrição das variantes selecionadas com maiores detalhes.

2.5.1 Variantes com sujeito lexical preenchido

2.5.1.1 Tu

O uso do pronome **tu** vem sendo objeto de estudo no português brasileiro (PB) não apenas como pronome de segunda pessoa – em sua característica dêitica – Paredes e Silva (2003); Penkal (2005); Teixeira (2006); Janivam Assunção (2008); Franceschini (2011), dentre outros – como também como forma de indeterminação do sujeito Rollemberg *et al.* (1991), Setti (1997); Godoy (1999); Santana (2006), Carvalho (2010).

Feira de Santana, na sua variedade linguística, apresenta o uso da forma **tu** na comunicação interpessoal, fato este que nos condicionou à escolha dessa variante hipotetizando o seu uso por parte dos feirenses como forma de indeterminar o sujeito. No entanto, não encontramos ocorrências do pronome **tu** de referência indeterminada no *corpus* estudado; todas as ocorrências encontradas foram de referência determinada. Essa questão será melhor discutida no capítulo 03. Só para ilustrar, abaixo encontra-se alguns exemplos.

(05) Doc.: A senhora várias vezes falou o nome M, passou o ano novo na casa dela, é... A senhora acha que ela é uma pessoa boa pra senhora?

Inf.: Ave Maria! Tenho um maior amor da minha vida. Tem hora que eu chamo ela de minha filha, quando liga “oi minha filha, quando é que **tu** vem aqui?” (NELP@M2R)

(06) Doc.: E pra você, os baianos falam bem?

Inf.: Mais ou menos. Às vezes eu... Tem coisas que você adquire vícios de linguagem né, a depender do local que você está. Eu morei em Xique-Xique e cheguei aqui em Feira de Santana falando... é...é...xô lembrar qual era o termo, falando...ah, rapaz, **tu** acredita que eu esqueci o termo? É... (NELP%H1C)

2.5.1.2 Eu

Castilho (2010, p.476) afirma que “os pronomes pessoais da primeira e da segunda pessoa são dêíticos, e os de terceira são anafóricos [...]”. No universo dos pronomes dêíticos encontra-se o pronome **eu**, pronome sujeito de primeira pessoa do singular que, de acordo com Menon (1994), perde o seu valor dêítico quando empregado de forma indeterminada, não havendo uma referencialidade do **eu** que passa a ter um valor semelhante ao do **se**. Carvalho (2010), por exemplo – ao realizar a análise do pronome **eu** –, verificou o seu emprego em sentido generalizado, com referência tanto ao locutor quanto ao interlocutor ou a qualquer pessoa. Menon (1994) já apontava para esse fato quando da realização do trabalho de pesquisa em 1989, no qual verificou o uso do pronome **eu** com sentido de

primeira do plural – **nós**, **ØV3PP**, **a gente** –, todos apresentando o mesmo sentido de indeterminação. De acordo com a autora, a maior frequência deu-se em construções hipotéticas, sobretudo nas elocuições formais constituídas por aulas e conferências (EFs)²⁴.

Neste trabalho, encontramos ocorrência tanto do uso do pronome **eu** em sua forma dêitica, como sujeito determinado – o que já é tradicionalmente usado – quanto de referência indeterminada. O uso dessa variante como forma indeterminadora se apresenta de forma tímida na amostra trabalhada, sendo registradas apenas 22 ocorrências no total de 1352. No entanto, consideramos esse resultado representativo, tendo em vista a característica desse pronome.

Assim como em Menon (1994), encontramos o uso da variante **eu** de forma indeterminadora em contextos hipotéticos, criando assim distanciamento do locutor como mostram os exemplos abaixo:

- (07) Eu acho assim: se **eu** chego em sua casa pa fazer um serviço, desde que você sai, tem gente trabaiano em sua casa, se **eu** estou trabaiano nela, **eu** tenho que dar conta do que some nela, né isso? **Eu** cheguei na tua casa, **ø** fechei duas grade, **ø** botei a bicicleta aqui, vai teu fio, vai passa, abre as grade, entendeu? abre as grade, o cara vem, leva a bicicleta, quem é o culpado? Ela. (NELP@H1A).
- (08) Não, eu acho um professor bom, e já as professora acha que a função dele é só pra ensinar, mas se **eu** não quero estudar, então **eu** fico em casa, se **eu** vim estudar, **eu** sento lá e **ø** fico quieto... (NELP@H1A)

2.5.1.3 Você

O pronome **você** apresenta desinência de 3ª pessoa do singular, no entanto, na prática, ele funciona como 2ª pessoa, tendo em vista que ele é usado para fazer referência à pessoa com quem se fala e não à pessoa de quem se fala. Tal comportamento tem uma explicação na origem desse pronome, que deriva da expressão **Vossa Mercê**²⁵, que por sua vez sofreu algumas transformações até chegar à forma **você**, sendo encontrada a forma mais reduzida **cê**.

A variante **você** seria um pronome de tratamento pela sua própria gênese e por apresentar desinência verbal de terceira pessoa, o que é inerente a esse tipo de pronome, porém ela substitui a forma **tu**, que é a pessoa com quem se fala.

De um modo geral, a variante **você** é vista como forma de tratamento de segunda pessoa pelas GTs, só para exemplificar:

²⁴ Conferir em Setti (1997) e Godoy (1999).

²⁵ Conferir em Faraco (1996).

Denominam-se PRONOMES DE TRATAMENTO certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais, como: *você, o senhor, vossa excelência*. Embora designem a pessoa a quem se fala (isto é, 2ª), esses pronomes levam o verbo para a 3ª pessoa. (CUNHA & CINTRA, 1985, p.282, grifos dos autores)

Notamos que Bechara (1966) define os pronomes de tratamento como forma de tratamento indireto. Concordamos com Santana (2006), quando da defesa de que esta é uma maneira de explicar a irregularidade de um pronome de segunda pessoa concordar com o verbo na terceira. As GTs não definem qual é exatamente a função da forma **você**; encontramos tanto como pronome pessoal quanto pronome de tratamento. Na gramática de Sacconi (2010), a forma **você** é vista como pronome de tratamento.

Não encontramos nas gramáticas consultadas menção do pronome **você** utilizado de forma genérica na acepção de ROLLEMBERG et al. (1991: 60) “[...] abrangência máxima que compreende as duas PESSOAS do discurso somadas à NÃO-PESSOA [...]”.

Apesar de os falantes feirenses utilizarem a variante **tu** no contato interpessoal, o número considerável de ocorrência da variante **você**, chegando a alcançar o segundo lugar, como forma de indeterminar o sujeito em detrimento da variante **tu**, não nos surpreendeu. A explicação pode estar na questão diafásica, pois os falantes, quase sempre, fazem uso da forma **tu** em contexto muito íntimo; a situação de entrevista, mesmo o informante conhecendo o entrevistador, pode tê-lo inibido.

Ao fazer revisão de literatura, notamos que Setti (1997) classificou a forma **o senhor (a)** como **você(s)**, baseando-se em Soares & Leal (1993), que levantam a hipótese de que pode estar ocorrendo no Brasil um alargamento do campo de emprego da forma **você** caracterizada como pronome de 2ª pessoa. De acordo com esses autores, o pronome **você** pode denotar uma relação mais afetiva, íntima, chegando, em algumas regiões, alternar com a forma **tu**, ou uma relação mais cerimoniosa, de cortesia, neste caso a alternância ocorre com a forma nominal **o (a) senhor(a)**.

Não encontramos em nossos dados ocorrências em que o pronome **você(s)** pudesse ser substituído pela forma nominal de cortesia **o(a) senhor(a)** como possibilidade de indeterminação do sujeito. Contudo não descartamos essa hipótese. Acreditamos que em outro contexto essa situação pode se apresentar. Supomos que tal resultado se justifique por conta da idade dos entrevistadores que, em sua grande maioria, foi de pessoas jovens.

A variante **você**, utilizada como forma de indeterminar o sujeito, também foi encontrada por Godoy (1999), Menon (1994), Santana (2006) e Carvalho (2010), dentre outros. No nosso trabalho, dentre as ocorrências da variante **você**, apresentam-se as situações nas quais essa forma é utilizada pelos falantes feirenses para se referir apenas ao

interlocutor e situações em que é utilizada de forma mais genérica abrangendo o eu > não eu > não pessoa, se caracterizando assim como forma de indeterminar o sujeito. Abaixo estão relacionados alguns exemplos:

- Casos em que a variante **você** aparece com referência de 2ª pessoa – apresentando uma unicidade específica – representada na pessoa do entrevistador, portanto sujeito determinado.

(09) Doc.: E esse sistema de... Do transporte coletivo agora com trasbordo... O que é que o senhor acha, melhorou?

Inf.: Olha, se eu dizer a verdade, ali se eu entrei cinco vez entrei muito, eu nunca... Só entrei... Por sinal foi uma, duas, foi? Acho que foi umas três vez que entrei nesse negócio. Se eu dizer a **você** que eu não conheço o transbordo de lá do... Tomba, nunca entrei no da Cidade Nova, só entrei umas três vez aqui no do centro somente, que é difícil eu andar de ônibus, só dia de sábado e domingo eu ando. (NELP@H2F)

- Casos em que o pronome **você** apresentou conteúdo genérico, ou seja, sem referência determinada; casos, na sua maioria, apresentados em contextos nos quais havia relato de ações que são comuns a todos; o que pode ser verificado nos exemplos abaixo:

(10) ... No interior fazendo aquelas... Tipo carnaval, mas antigamente não era assim não, em toda casa tinha uma fogueira ou tinha um forrozinho dentro de casa, **você** podia chegar... “Entra para cá fulano.” Chegava lá **você** bebia, bebia, **Ø comia** seu amendoim, **Ø tomava** seu licor, era legal. (NELP@H3V)

(11) Já. Meu pai teve câncer recentemente, assim além do choque, né? Descobrir o processo de descobertas de todo aquele, a própria doença tem um nome que pesa que pesa psicologicamente pra **você** e pra família né, abala a família inteira. É... E aí foi difícil né, todo processo, tratamento e tal. Mas agora já tá bem, mas é muito difícil. Primeiro porque assim minha avó morreu de câncer, a história da minha família tem muito câncer e quando **você** descobre **você** é impotente perante aquilo porque é uma doença que **você** não tem... não sabe nada, **você** desconhece quase tudo, **você** não sabe origem, aí é difícil. Foi difícil. (NELP%M1T)

(12) Hoje se **você** não tiver seus filhos numa escola particular, **você** está correndo um grande risco de deixar numa pública por vários fatores, né? (NELP%M3U)

2.5.1.4 A gente

Lopes (1999) apresenta a etimologia da forma **gente** apoiada em Meyer- Lübke (1935) que diz que tal forma originou-se do substantivo gentis: raça, família, tribo, o povo de um país, comarca ou cidade; pode fazer referência também a homo gentis (pessoa da família) quando a forma gens aparece acompanhada de ente (gens-ente).

De acordo com Lopes (1999), em português, no período que abrange o século XIII ao XV, o substantivo **gente** era usado tanto no singular (**a gente**) quanto no plural (**as**

gentes), mas a partir do século XVI a forma singular ganha mais terreno e a forma plural entra em desuso gradativamente, embora se encontrem exemplos do uso desse substantivo no plural até o século XIX.

Hoje é quase certo que não encontramos o uso dessa forma no plural, mas percebemos situações nas quais os falantes fazem concordância semântica, caso em que o sujeito se apresenta formalmente no singular, mas com significado no plural ou coletivo, levando o predicado para o plural; a exemplo de **a gente vamos, a gente temos**, dentre outras construções, comportamento apresentado por (VASCONCELLOS, 1906; HUBER, 1986; NASCENTES 1953), todos citados por Lopes (1999), ao comentarem as particularidades da concordância do português arcaico. De acordo com a autora encontramos no *Dicionário crítico etimológico castelano e hispânico*, de Corominas (1984), referência a esse uso na Idade Média. Ela apresenta o posicionamento de Vasconcellos (1906), que argumenta que a concordância com o plural pode ser um recurso, entre tantos outros no português arcaico, para expressar a impessoalidade do sujeito.

De acordo com a autora, a concordância semântica não se apresentava apenas ao que diz respeito à questão de número, mas também de gênero, considerando que **gente** no sentido de homens pode estar relacionado a um predicado masculino. A autora acrescenta que:

A relação com o vocábulo *homem*, seja funcionando como substantivo, seja como pronome indefinido, no português arcaico, é tema recorrente nas gramáticas históricas, principalmente quando se apresentam os recursos possíveis de indeterminação do sujeito. [...] (LOPES, 1999, p.8)

Quanto à classificação desse pronome, nas gramáticas consultadas que fazem referência à forma **a gente**, não encontramos um posicionamento consensual. Cunha & Cintra (1985) consideram essa forma como fórmula de representação da 1ª pessoa. Já Almeida (1999, p, 172 grifos do autor) a considera como forma de tratamento “chamam-se *pronomes de tratamento* as palavras e expressões que substituem a terceira pessoa gramatical: *fulano, beltrano, sicrano, a gente*²⁶, *você, vossa mercê, vossa excelência, vossa senhoria, sua senhoria, sua majestade*”. Em discordância com o que defende esse autor, concordamos com o posicionamento de Menon ao afirmar que a forma **a gente** não é pronome de tratamento, partindo do pressuposto de que tal pronome serve para se dirigir ao interlocutor, não sendo esse o caso do pronome **a gente**, pois esse faz referência à primeira pessoa. Há também o emprego de **a gente** como pronome pessoal na gramática de Azeredo

²⁶ Grifo nosso.

(2008). De acordo com esse autor, palavras que pertencem a esse universo gramatical têm a função referencial de identificar as pessoas do discurso. Na sua maioria, as gramáticas não fazem referência à forma **a gente**, a exemplo de Bechara (1983), Nicola & Infante (1997), Sacconi (2010).

Como já colocado, o pronome **a gente** está presente na maioria dos estudos sobre indeterminação do sujeito. Isso se dá pelo fato de esta forma ter herdado o caráter genérico do substantivo **gente**.

A variante **a gente** ocupa o primeiro lugar apresentando-se como a forma mais preferida dos falantes feirenses para indeterminar o sujeito. De 1352 ocorrências, 456 representam essa forma, o que representa 34% do total de ocorrências. Abaixo apresentamos alguns exemplos:

- (13) Perdi um grande amigo meu, foi a única morte que me marcou e eu não esqueci. **A gente** não sabe lidar com a perda, né? com a morte de alguém, porque **a gente** não foi preparada pra isso. Eu acho que o grande defeito do ser humano é esse. Eu costumo dizer que é isso, é não saber lidar com a morte, com a perda, porque não sabe né? Como **a pessoa** ta, do que ela passou. (NELP%M1L)
- (14) Doc.: As relações, muitas vezes baseadas no interesse né?
Inf.: Exatamente, exatamente, o que **a gente** vê muito. (NELP%M3B)
- (15) Doc.: Inclusive o trânsito, né, ali, tá muito diferente. Não só ali, mas na cidade toda.
Inf.: Era uma região que na minha infância era uma região bem tranquila. **A gente** jogava bola ali na rua. (NELP%H3D)
- (16) Doc.: A senhora plantava o quê na, na sua roça?
Inf.: Plantava tudo, feijão, milho, mandioca, tudo. Abóbora, mandioca, feijão de corda, tudo **a gente** plantava.
Doc.: E... e beiju, a senhora fazia beiju?
Inf.: Fazia. Muito!
Doc.: E como é que faz beiju?
Inf.: Faz o beiju, tem a casa de farinha, onde **a gente** fazia a mandioca, a farinha, tinha o lugar que **a gente** exprimia a massa, aí **ø** pegava a massa e **ø** peneirava, **Ø** cessava e **ø** botava no forno bem quente e **ø** fazia os beijuzinho com massa ou de goma, **ø** fazia o beijuzinho. (NEC@M@2S)
- (17) Doc.: E transporte coletivo, o bairro é bem servido de transporte coletivo?
Inf.: O transporte coletivo é bom; só desse bairro aqui que é muito... É péssimo. **A gente** fica no ponto, demora muito de passar ônibus, por que o coletivo daqui do bairro é muito pouco, mesmo assim vai passando, mas o coletivo do jardim Cruzeiro é muito pouco. (NELP@H2S)

2.5.1.5 Nós

De acordo com Neves (2000), os pronomes plurais de primeira pessoa (nós e nos) não se referem apenas à primeira pessoa, envolvem sempre o não-eu. Neste caso, o pronome

nós ora representa a soma de primeira pessoa com segunda ora de primeira pessoa com terceira e, até mesmo, representa a soma de primeira com segunda e com terceira pessoa. O posicionamento dessa autora se assemelha ao pensamento de Benveniste (1966), quando da afirmação de que o pronome **nós**, por sua própria natureza, representa uma pessoa ampliada. Isso se dá no momento em que o falante se coloca no discurso juntamente com uma ou mais pessoas.

O posicionamento desses autores contraria o pensamento das GTs, que apresentam o pronome **nós** como forma plural de primeira pessoa (eu), deixando de lado o seu uso mais abrangente de um ‘eu ampliado’.

O pronome **nós** já foi utilizado apresentando vários sentidos como forma de plural, incluindo, necessariamente o eu, como, por exemplo, nos discursos representando a coletividade. Além desse contexto, a forma **nós** pode assumir o sentido de pessoa no qual o referente não é determinado (MENON, 1994). Este nos interessa, tendo em vista que vários trabalhos sobre a indeterminação do sujeito, por exemplo, Setti (1997), Godoy (1999), Menon (1994, 2006), vêm confirmando o uso desse pronome como uma das formas utilizadas.

Com base nesses trabalhos, a forma **nós** foi uma das variantes selecionadas para verificarmos o seu comportamento no *corpus* estudado. Verificamos que em nossos dados as ocorrências de **nós** com referencia indeterminada não foram tão numerosas, chegando a ocupar o sexto lugar, com 74 ocorrências. Esse resultado confirma redução do percentual do uso do pronome **nós** em relação às demais formas de indeterminação do sujeito: formas representadas por sujeito lexical – pronomes e FNs – e formas sem sujeito lexical.

Compartilhando com o posicionamento de Santana (2006), ao dizer que a queda no uso de **nós** pode estar relacionada à redução nos paradigmas flexionais do português do Brasil, como mostram trabalhos realizados por Monteiro (1994), Menon (1995) e Duarte (1995), esta última, por exemplo, apresenta a redução do uso do pronome **nós** com referência determinada sendo substituído pela forma **a gente**. Assim, podemos inferir que a diminuição do uso da forma **nós** com referência determinada esteja diminuindo a possibilidade do uso deste como indeterminado. Abaixo apresentamos alguns exemplos, os quais foram encontrados no *corpus* estudado.

- (18) Inf.: ... Que fosse um Djavan, um Chico Buarque de Holanda. Quer dizer que quando **ø** **falamos** de música popular brasileira nos reportamos a trinta anos atrás. Hoje **ø** **encontramos** alguns novos: Lenine, é...Chico César. Quando eu digo novos que já tão na praça aí há mais de dez anos, não são tão novos. (NELP%M3S)

- (19) Inf.: Eu me lembro que eu estudava em Salvador e naquela época não existiam muitas livrarias, né? Hoje **nós** temos boas livrarias, bons exemplares, né? Os livros não são de ficção, mas é de memórias, né? E naquele tempo não **ø** **tínhamos** muitas livrarias, né? Eu gostava muito de ler é... Tudo o que chegava em minhas mãos, dessas revistas em quadrinhos que **nós** **tínhamos** naquela época, é... Histórias de amor em quadrinhos, **ø** **tínhamos** umas revistas realidade que eram muito boas, que eram de reportagens. Eu sempre li muito. (NELP%M3S)
- (20) Inf.: O povo mesmo, então eu não sei nem pra que aquilo ali, então aqui o que ta faltando no sistema é fiscalização certa por que se **nós** pagamos o ônibus dois reais, mesmo que seja pra perto, mas **nós** pagamos. Eu agora não pago, porque já tô liberada, mas quando eu pagava... as pessoas que paga pise firme e forte, trabalha pra pegar, pra ficar no ponto esperando não sei quantas horas pra pegar um transporte mesmo que seja pra perto, **nós** tá pagando, e eles não tão ligando pa isso, aí tá horrível.(NELP@M3C)
- (21) Inf.: Não desprezando o progresso, acho que ele é indispensável para que **nós** também possamos nos desenvolver como seres humanos. (NELP%M3O)
- (22) Inf.: ... Nessa última mesa-redonda, porque todo ano antecedendo o bando, o bando é domingo e toda quinta feira, antecedente ao bando, **nós** fazemos uma mesa redonda, aqui no CUCA, pra o lançamento do bando. Aí, geralmente, **nós** convidamos pessoas da comunidade que participaram que tenha histórias para contar, histórias interessantes. (NELP%M3B)
- 23) Inf.: Opção tem muita. Hoje é como diz , opção tem muita né, mas vai de cada um, que tem muita opção. Você tem um cartão, no caso, seu cartão, é... você tem várias opções de compra, mas no final do mês né, final do mês vem bruto, então é isso aí, opção tem muita. Você querendo comprar roupa barata é só **ø** ir né ? Você quer comprar roupa melhorzinha, tem loja que **nós** paga da entrada a saída.
Doc.: É verdade.
Inf: Até o ar que **nós** respira dentro dela, **nós** paga. (NELP@H1A)

2.5.1.6 Eles

Nas GTs, não encontramos o pronome **eles** dentre as possibilidades consideradas para indeterminar o sujeito; em Almeida (1999), Nicola & Infante (2002), Bechara (2003) e Cunha & Cintra (2007/2008), essa forma é caracterizada como pronome de terceira pessoa do plural do caso reto, exercendo a função de sujeito determinado. Em Castilho (2010), encontramos maiores informações sobre esse pronome, que é representado como anafórico e até mesmo como dêitico; neste caso particular, ele apresenta um exemplo de Apolônio Discolo, em que a terceira pessoa está presente no ato da fala, ocorrendo a dêixis por ostensão. Nesse caso, a pessoa de quem se fala é apontada, mantendo a característica de sujeito determinado.

- (24) Eu vou, mas ele aí não vai.

De acordo com Milanez (1982), o pronome **eles** ocorre como indeterminador quando não apresenta, no contexto, sintagmas nominais (SNs) anteriores que possam identificá-lo. Ela aponta para contextos muito particulares nos quais esse pronome se apresenta; quando envolve um grupo social implícito ou explícito, ou nos casos em que esse pronome se apresente antecedido por um adjunto adverbial de lugar, representativo do grupo social do sujeito, contexto que apresentou maior ocorrência em sua pesquisa. Acrescenta que, normalmente, a forma **eles** é usada para efeito de distinção entre o grupo ao qual o falante pertence e ao grupo ao qual ele se refere se caracterizando assim um indeterminador de 3ª pessoa.

Menon (1994) afirma que, do ponto de vista semântico, esse pronome geralmente dá a ideia de que o locutor não está presente, no entanto ele pode, por razões específicas, fazer crer a seu interlocutor que ele não se inclui no enunciado, fazendo uso tanto da forma **eles** quanto da forma **ØV3PP**, intencionalizando o desejo da não exposição. Para essa autora, a construção da indeterminação com a forma **eles** representa a forma plena do **Ø V3PP** legitimada pelas GTs. Esse comportamento, ela credita à questão do aumento do preenchimento do sujeito. Já para Milanez (1982), o único indeterminador que pode substituir o **eles** é o **se**, por ser usado também nos contextos em que o pronome em questão se apresenta.

- (25) Doc.: E em relação ao atendimento aqui, o senhor falou de acidente de moto e tudo, e com a assistência médica? Do hospital?
 Inf.: Do hospital é o seguinte, isso depende do dia. Porque tem dia que **eles** atende logo, mas tem dia que nem chama e demora. A questão é essa. Tem dia que **eles** atende logo. Cê chega lá e **eles** te coloca logo pá dentro, aí **eles** atende. (NELP@H3Q)
- (26) Inf.: ... a violência tá demais aqui em Feira. Esse ano que entrou agora que seja um ano bom, de muita paz, muita luz, só. Vê se melhora os governo também, o governo que só quer roubar, quando chaga perto da gente, das eleições, **eles** fica em tudo, tipo paporicando pra ganhar voto. Então, **eles** têm que fazer mais pela comunidade, **eles** faz mais pelo povo da classe mais alta, das classes baixa ele não olha, **ø** não repara. **Ø** Tem que ver a classe média que por exemplo, ele fez o posto aí , o posto num, num tem quase nada, já tem bairros, bairro que o posto é ótimo, excelente como o posto do tomba mesmo, diz que é ótimo que presta todo serviço lá, todos. (NELPM@1I)
- (27) Doc.: O que é que a senhora acha da novela?
 Inf.: É, tem coisa na novela que... Como passou mesmo essa semana...
 Doc.: Hã.
 Inf.: Tiroteio. Aí **eles** estão incentivando a violência mais ainda, já **eles** tinham que... por que não **ø botam** uma sena de, de fraternidade, de paz, uma coisa assim? (NELP@M1I)
- (28) Doc.: E o que você acha da...da música que toca na rádio, que o pessoal ouve nos carros?

Inf.: Eu acho que é... acho que o governo num sei, acho que no Brasil, no geral, cria, num sei se eu estou fantasiando, **eles** tão criando uma técnica pra manter o povo burro e alienado, né, os meios de comunicação, a rede globo, o as rádios da cidade, as maiores emissoras, porque a música que passa é totalmente alienação. (NELP%H1W)

2.5.1.7 Formas nominais (FNs)

Como colocado no primeiro capítulo, as formas nominais (FNs) – neste estudo – são entendidas como as formas compostas por [artigo definido + um substantivo] com sentido generalizante. De acordo com Menon (1994), essas formas foram, a princípio, utilizadas como locuções nominais comuns e com o tempo foram se distanciando do seu significado ao ponto de constituírem unidades cristalizadas. É necessário sublinhar que a forma **a gente**, apesar de apresentar uma composição idêntica às **FNs**, não será considerada como tal, pois essa forma já se cristalizou, de fato, tornando-se um pronome.

As FNs, como uma das construções para indeterminar o sujeito, estão se apresentando na variedade do PB de forma significativa, o que pode ser verificado nos trabalhos realizados por Menon (1994), Setti (1997), Godoy (1999) e Carvalho (2010). No nosso trabalho, essa variante ocupou o 3º lugar, apresentando-se como uma das estratégias preferidas dos falantes feirenses para indeterminar o sujeito. Em nosso trabalho encontramos as seguintes FNs: **o pessoal, o cara, a pessoa, o povo, a turma**.

Para efeito de seleção dessas variantes, consideramos, assim como Setti (1997) e Godoy (1999), os contextos nos quais as FNs condicionaram o uso das formas **ela, ele, eles** e da forma \emptyset , neutralizando o gênero e o número, como uma retomada anafórica, codificando-as como FNs. Segundo Menon (1997 apud GODOY, 1999, p.104), a neutralização de gênero e de número na retomada anafórica é característica do processo de gramaticalização, principalmente no sentido indeterminado.

(29)Inf.: **O pessoal** paga rede de esgoto não tem, iluminação pública, não tem. Tem os poste, mas a luz não tem , entendeu? (NELP@H1A)

(30) Inf.: ... o governo de Minas, onde lá dispõe assistência social, de vale de passagem , eles dão passagem aos trabalhador. **O cara** quer ir pra outra cidade, assistente social dá alimentação, dá comida e dormida, até ele viajar pra outro Estado. NELP@H2F)

(31)Inf.: ... era pá você ir a pé e voltar a pé. Hoje não, agora tá bom porque, **a turma** de hoje nos estudos é melhor do que o meu, né? (NELP@H3Q)

2.5.2 Variantes sem sujeito lexical preenchido

2.5.2.1 Verbo na terceira pessoa do singular (ØV3PS)

No primeiro capítulo, ao tratarmos das formas de indeterminação do sujeito, apontamos para o fato de essa construção não ser considerada pela maioria dos gramáticos como forma indeterminadora, com exceção de Bechara (1967). Consideramos, como em todas as outras variantes, as construções que apresentaram a ausência de um termo que representasse o sujeito dentro do contexto, com exceção das construções com verbos impessoais.

Proporcionalmente ao total de ocorrências que foi de 1352, essa variante não se mostrou significativa. No entanto, se levarmos em consideração que tal uso contraria a Nomeclatura Gramatical Brasileira (NGB) e que este *corpus* não encerra o número de ocorrências, o resultado de 71 dados é considerável. Dentre os dados computados, 62 foram usados pelos falantes de escolaridade baixa, resultado que corrobora os resultados encontrados por Setti (1997) e Godoy (1999), confirmando assim, mais uma vez, o que afirma Neves (2000) que esta variante é considerada de uso mais popular.

Vejamos o uso dessa variante nos exemplos abaixo:

(32) Mas, no mais é uma cirurgia simples, e hoje aqui já **Ø faz** não é? Na época não **Ø fazia**. (NELP%M3M)

(33) Eu dou conselho pra estudar que a... Pra conseguir alguma coisa na vida **Ø tem** que ter o estudo, se não **Ø ter** o estudo não **Ø consegue** nada. Não **Ø consegue** um emprego, não **Ø consegue** nada pra **Ø sobreviver** amanhã. (NELP@M2S)

2.5.2.2 Verbo na terceira pessoa do plural (ØV3PP)

De um modo geral, as gramáticas apresentam duas formas de indeterminar o sujeito, dentre elas o verbo na terceira pessoa do plural sem referente anteriormente expresso. Na nossa amostra, esta se configura uma das formas, legitimada pela GTs, utilizada pelos falantes feirenses.

O uso dessa variante levanta algumas questões: Menon (1994), por exemplo, aponta para a possibilidade do **ØV3PP** e **eles** apresentarem concorrência entre si ao ponto de considerá-las uma única forma usada para indeterminar o sujeito. Posicionamento contrário apresenta Milanez (1982) ao estudar essa variante, afirmando que o não preenchimento do campo lexical dessa forma não se caracteriza uma ausência opcional do pronome

indeterminador **eles**, tendo em vista que este só é usado em contextos onde já houve uma referência, implícita ou explícita a um grupo social, a que o sujeito pertence, enquanto que a construção ØV3PP não está sujeita a essa restrição.

Almeida (1999) posiciona-se dizendo que, ao contrário do que ocorre com a variante **eles**, que é usada para focalizar o sujeito, a forma ØV3PP ocorre em enunciado, em que o foco, é a ação/evento/processo significado pelo verbo. Posicionamento semelhante a esse apresenta Godoy (1999, p.121) ao verificar que a forma ØV3PP é mais adequada para contextos reais, em que ocorre a *desfocalização* ou a *ocultação* do sujeito (na terminologia empregada por MILANEZ, 1982), e o que se evidencia é o conteúdo expresso pelo verbo. Mostraremos abaixo algumas ocorrências retiradas do *corpus* estudado.

- (34) ... minha mãe sofreu praticamente uma tentativa de assalto aqui dentro de casa, no quintal, foi agredida com uma pedra, já tem... já **Ø levaram** daqui do fundo da minha residência a bicicleta do meu esposo e do meu pai, **Ø abriram** o portão e **Ø entraram** aí fora, dos vizinhos daqui também que já **Ø tentaram invadir** a casa, a casa agora tem que ter é... proteção com cerca elétrica NE? NELS@H1A)
- (35) Esse final de ano agora, do dia dez de dezembro pra cá, o último foi agora dia vinte e oito, que foi esse traficante que **Ø mataram**. **Ø Tentaram matar**, mas não conseguiu. Matou a namorada, quer dizer, **Ø dizem** que foi a namorada, **Ø dizem** que foi a namorada... (NELP@M1L)
- (36) Uma creche melhoraria cem por cento a situação do bairro, a gente tinha onde deixar os meninos pra ir trabalhar, e isso aí não tem. **Ø falaram** que iam fazer, só que o tal terreno que ia fazer já **Ø venderam**, já **Ø venderam**, já cercou tudo, já **Ø botaram** placa de venda de novo... (NELP@H1A)

2.5.2.3 Ø +Verbo+Se

Essa construção não deixa dúvidas quanto à sua referência genérica, apresentando-se assim o maior grau de indeterminação. “Tipicamente genéricas, isto é, de *sujeito* maximamente *indeterminado*, já que todas as *pessoas* do discurso ficam abrangidas, são as construções de *terceira pessoa do singular* com o pronome *SE* [...]” (NEVES, 2000, p. 463-465, grifos da autora).

Ao selecionarmos essa forma como uma das prováveis variantes usadas na variedade linguística de Feira de Santana para indeterminar o sujeito – principalmente por falantes que possuem o grau mais alto de escolaridade (nível superior) –, consideramos como formas indeterminadoras não só a forma legitimada pelas GTs – o pronome **se** acompanhado de verbos intransitivos, transitivos e de ligação (índice de indeterminação do sujeito) como

também as construções com o **se** acompanhadas por verbos transitivos diretos, consideradas pelos gramáticos como partícula apassivadora.

Neste trabalho, essa variante não se apresentou de forma significativa, ocupando o 8º lugar, com apenas 48 ocorrências e com percentual de 4%. Porém esse resultado não se mostrou insuficiente quando da confirmação do uso dessa variante por falantes possuidores de escolaridade alta, cabendo apenas 14 ocorrências aos falantes possuidores de menor escolaridade. Pesquisas já confirmaram que, embora seja ênclise a posição normal da Gramática Tradicional, a tendência do Português falado no Brasil é a próclise. Confirmamos isso ao verificar que, dentre as ocorrências encontradas, apenas três foram formadas por ênclise, ou seja, 45 ocorrências de próclise.

- (37) Ah! Lá foi dez! **Chama-se** a... Como é meu Deus do céu que botaram um nome lá? A piscina do... Ah esqueci agora o nome da... Como é? Botaram o nome da, da piscina, esqueci o nome. Ah, esqueci. Lá inventaram um nome lá um nome. (NELP@H1F)
- (38) Você. Não, não uso tu de jeito nenhum, porque aqui **fala-se** o tu errado. (NELP%H2W)
- (39) ... Pra quem é pobre engenharia na época, na época de setenta **empregava-se** muito e havia facilidade de emprego, tanto que antes de, de me formar um... um ano já tava, tinha compromisso, já tinha empresa que nos procuravam... e... ofereciam emprego antes de formar, então, tinha essa facilidade, mas ache que hoje não faria engenharia de novo, não, num é o... curso que eu faria, eu hoje faria matemática, filosofia. (NELP%H2J)
- (40) ... Faço festa na minha casa, junto os amigos, faço a maior baderna, é uma vez na vida né, em quatro em quatro anos, mas assim, Brasil nem seleção mais tem , a gente pensa que é uma coisa e é outra, pra **se tirar** o ultimo aí perdeu né, o quê?... dois mil e seis a última copa Brasil perdeu, tão cedo não vai ser essa, tão cedo, por que pelo jogadores que tem, não pode ser, não pode .(NELP@M1L)
- (41) ... Acho que ele tá alto pa caramba hoje eles, eles como é que **se diz**, eles sofreram muito. Eles começaram pedir, até pedir esmola tocando no meio da rua pó cara dar... ajudar, foi isso também que aconteceu. Depois apareceu um... Chama assim um picareta. Começou a levar o menino pra fazer um negocio, não sei o quê, começou a ganhar dinheiro... (NELP@H2F)
- (42) Todo dia eu estou estudando, por que o ensino técnico é importante pra **se desempenhar** uma função, mas pra **se viver** essa vida tamos aprendendo toda hora, a universidade não me prepara pra vida, ela me prepara pra desempenhar uma função, seja médico, seja jornalista, seja o que for, mas não me prepara pra vida, quem tem que me preparar pra vida é eu mesmo, então por isso que eu não faço mais questão do estudo técnico. (NELP@H2G)
- (43) Aí me piquei pra lá! Quando eu cheguei lá, tava com o copo cheio de cachaça e com um facão. Que naquele tempo **se dizia** cachaça, cerveja veio depois viu? (NELP@H3Q)

2.5.2.4 Ø + Verbo infinitivo (Ø+V INF)

As GTs apresentam dois tipos de infinitivos; de acordo com Sacconi (2010), eles são classificados como pessoal ou conjugável – caso que possui sujeito – e impessoal ou não conjugável, este último se caracteriza pelo modo vago e generalizador de expressar o processo verbal, ou seja, não se refere a nenhum sujeito. Aqui consideramos os casos do infinitivo em que não se apresentou sujeito referencial.

Menon (1994) considerou o infinitivo impessoal juntamente com Ø+V3PS; ela explica que ambas as formas não são marcadas morfologicamente. A princípio, levamos em conta essas formas separadamente, no entanto, para chegarmos a uma análise binária, adotamos o mesmo posicionamento de Menon (1994).

Abaixo, seguem alguns exemplos encontrados no *corpus* analisado:

- (44) Doc.: Certo. E pra arrumar emprego aqui? como foi quando você começou... pra arrumar emprego aqui como é, é difícil?
 Inf.: Né fácil mesmo não! se for pra **assinar** a carteira... (NELP@H1A)
- (45) ... dou conselho pra estudar que pra **conseguir** alguma coisa na vida tem que ter o estudo, se não **ter** o estudo num consegue nada. Num consegue um emprego, num consegue nada pra **sobreviver** amanhã. (NELP@M3S)

2.6 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Para efeito de análise da variável linguística aqui tratada, consideramos quatro fatores internos (linguísticos) e três externos (sociais). A seguir apresentamos cada um desses grupos de fatores.

2.6.1 Variáveis linguísticas

- Tempo e modo verbal

Essa variável, de acordo com as pesquisas realizadas, favorece o uso de formas indeterminadoras. Dentre os tempos e modos verbais, o presente do indicativo – tempo empregado nas construções hipotéticas – é o mais usado em situações de fala com sujeito de referência indeterminada, como atestam Menon (1994), Setti (1997), Godoy (1999) Santana (2006). Ao selecionarmos essa variável, buscamos verificar se o mesmo acontece na

variedade linguística feirense, ou seja, se o presente do indicativo favoreceria o uso de formas indeterminadoras. Os tempos e modos verbais foram assim distribuídos: no modo indicativo; presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, futuro do presente, futuro do pretérito. No modo subjuntivo: presente, pretérito imperfeito, futuro. Formas nominais: infinitivo, particípio, gerúndio. É importante sublinhar que, assim como Santana (2006) e Carvalho (2010), quando a ocorrência era composta de locução verbal, consideramos o tempo do verbo auxiliar.

- Tipo de oração

Ao optarmos pelo tipo de oração, levamos em consideração o posicionamento de Cláudia Cunha (1993) ao afirmar que a existência desse grupo baseia-se não em hipótese, mas na necessidade que sentimos de controlar o tipo de oração para mais adiante saber se ela evidencia alguma particularidade do fenômeno. No *corpus* estudado essa variável não foi selecionada.

a) Oração absoluta

(46) **A gente fazia compra lá em Santa Bárbara.** (NELP@H3V)

b) Oração coordenada

(47) É. A peda é um real... **não paga almoço, não paga casa, tem casa alugada.**
(NELP@H1A)

c) Oração principal

(48) Cada região tem sua cultura, cada região tem as suas particularidades. **Do mesmo jeito que a gente acha** que os pernambucanos, os recifenses falam: “Oxente menina visse”...
(NELP%MIT)

d) Oração subordinada

(49) ... Porque São Paulo é uma cidade fria, é uma cidade que não tem, por mais pessoas que tenham, eu acho que não tem calor humano nenhum. As pessoas são muito frias umas com as outras, eu acho; e é uma cidade... Eu acho que **a gente vê assim, uma cidade altamente poluída, muita zuada...** (NELP%MIT)

- Tipo de verbo

Ao controlarmos essa variável, procuramos verificar se há influência desta na escolha do uso de uma ou de outra variante selecionadas para indeterminar o sujeito. Os

verbos estão classificados de acordo com a GT. Vale a ressalva de que como as análises partem do contexto e não isoladamente, levamos em consideração que não só “a transitividade deve ser feita em termos de exigência, recusa e aceitação livre de cada uma das funções relevantes”. (PERINI, 1996 p. 164) como também os verbos de ligação que também sofrem mutação.

a) Verbo de ligação (copulativos)

(50) Eu queria ser um guerreiro pra acabar com tudo. Quando a gente é criança sempre \emptyset tem aquele sonho né, \emptyset tem que se espelhar em alguma coisa. (NELP%H1W)

b) Verbo transitivo

(51) E ela comprou o carro dela. Botou na cabeça que ia comprar um carro. Aí, a gente **dizia** assim: minha mãe, T. está louca! Vai comprar um carro! Porque era um horror comprar um carro. E eu me lembro que, como **tínhamos** poucos veículos na cidade, a noite, a gente **brincava** de chicotinho queimado, tudo aqui nessa rua. (NELP%M3Y)

c) Verbo intransitivo

(52) O sistema coletivo? Gostei do sistema sim. Agora tem uma um detalhe, por que é a demora, por que a gente **mora** aqui no Jardim Cruzeiro que daqui pra rua é perto, é perto, não demora, tem gente que passa uma hora e meia no ponto, uma hora e meia. (NELP@M3S)

- Preenchimento do sujeito

Já é fato que os falantes do PB estão preferindo preencher mais o sujeito a deixá-lo nulo. De acordo com Duarte (1993) e Menon (1994), isso ocorre pela necessidade de desconstruir a ambiguidade ocasionada pela identidade na morfologia verbal. Considerando esse contexto controlamos não só os casos em que o sujeito pronominal estava explícito na oração como também aqueles com sujeito pronominal implícito.

a) Sujeito pronominal explícito – presença do pronome na sentença.

(53) As crianças hoje não brincam; primeiro porque elas não brincam das coisas que **a gente** brincava, que eu também brincava, né? A rádio, computador, elas tem muito mais vantagens de informação muito maior do que **a gente** tinha quantas vezes quando **a gente** era pequeno. (NELP%M1T)

b) Sujeito pronominal implícito – ocultação do sujeito pronominal na sentença.

(54) Doc.: Uma última pergunta pra você, o que você acha que seria necessário pra melhorar a situação do seu bairro? Você falou que ta faltando iluminação ainda...

Inf.: Uma creche melhoraria cem por cento a situação do bairro, a gente tinha onde deixar os meninos pra \emptyset ir trabalhar e isso aí não tem. \emptyset falaram que iam fazer, só que o tal terreno que \emptyset iam fazer já \emptyset venderam. Já \emptyset venderam, já \emptyset cercou tudo, já \emptyset botaram placa de venda de novo. (NELP@H1A)

2.6.2 Variáveis extralinguísticas

2.6.2.1 Sexo/gênero

Dentre os fatores sociais, o sexo/gênero é uma variável que constantemente é testada pelos pesquisadores e selecionada como fator condicionador na escolha de variantes linguísticas. Sua funcionalidade está em apontar a diferença existente no comportamento linguístico de homens e mulheres, considerando que ambos ocupam espaços diferentes e apresentam papéis distintos no contexto social, o que pode condicionar a escolha de formas linguísticas diferenciadas no processo de comunicação. Por exemplo, nos processos de variação estável, considerando o contexto ocidental, homens e mulheres podem utilizar a forma inovadora; a diferença está na avaliação dessa forma no contexto social: as mulheres preferem formas socialmente valorizadas, ou seja, a forma padrão, liderando assim, uma provável mudança, enquanto que os homens tendem a usar as formas menos prestigiadas. Nesse caso, os homens lideram a mudança (LABOV, [1972] 2008). Tal comportamento não se configura uma regra, considerando que, como bem aponta Paiva (2004, p.36), “[...] em muitos processos de mudança, não está envolvida uma polarização evidente entre uma variante de prestígio e uma variante não prestigiada [...]”. Além disso, atenta a autora que, antes de qualquer posicionamento em relação a essa variável, faz-se necessário realizar uma correlação com outras variáveis sociais para a obtenção de resultados mais seguros. Portanto preferimos não apontar para uma hipótese *a priori*.

2.6.2.2 Faixa etária

As inúmeras pesquisas sociolinguísticas confirmam a importância de testarmos esta variável. Ao selecioná-la, o pesquisador, além da intenção de comprovar a existência de formas conservadoras e inovadoras – as primeiras cabendo aos falantes mais velhos usá-las, enquanto que as segundas cabem aos falantes mais jovens –, também procura responder se há uma indicação para uma variação estável ou mudança em curso dentro do sistema. Neste trabalho, levantamos a hipótese de que o quadro apresenta um processo de variação estável.

De acordo com a metodologia empregada pela Sociolinguística Variacionista, considerando a análise em tempo aparente, que, de acordo com Naro (2004, p.44), "[...] o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente 15 anos de idade; distribuimos essa variável da seguinte forma:

Faixa 1 – 25 a 35 anos

Faixa 2 – 45 a 55 anos

Faixa 3 – acima de 65 anos

2.6.2.3 Escolaridade

Bourdieu e Passeron (1982) reclamam que toda ação pedagógica (AP) é, objetivamente, uma violência simbólica enquanto imposição por um poder arbitrário cultural. Isto porque:

Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve às características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (auto-reprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto à realização de sua função de representação de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social). (BOURDIEU & PASSERON, 1982, p.64)

Compreendendo que a escola serve de portal para que um determinado grupo defina, legitime o que é certo ou errado, o que pode e não pode ser usado na língua, testamos essa variável considerando o seu grau de influência social.

De acordo com Votre (2004), ao testarmos essa variável, faz-se necessário estabelecer algumas distinções no interior de categorias presentes na dinâmica social em que interage a escola: forma de prestígio social e forma relativamente neutra a qual foca o status econômico e o prestígio social dos usuários da forma da língua; fenômeno socialmente estigmatizado e forma imune à estigmatização, esta elege o estigma social – ou seja – o modo de comunicação das pessoas desprovidas de prestígio econômico e social tende a ser coletivamente avaliado como estigmatizado; e, por fim, fenômenos que são objeto de ensino escolar e aqueles que escapam à atenção normativa da escola, esta distinção foca os fenômenos controlados pela escola contra aqueles que não são objeto da atenção disciplinadora e gramaticizadora da mesma. A nossa hipótese é a de que o fenômeno em estudo se encaixa nesse universo.

Uma vez apresentados todos os procedimentos metodológicos e mostrados os percentuais de uso de cada variante, passamos para as análises, focando na análise binária **você/ agente**, considerando a forma **você** como valor de aplicação uma vez que essa variante se apresenta como a forma mais inovadora utilizada como recurso de indeterminação do sujeito.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Para a obtenção dos resultados, adotamos alguns procedimentos os quais são inerentes a este tipo de pesquisa. Utilizamos o programa Goldvarb (2001) – que, além de apresentar as frequências absolutas e relativas dos dados, correlaciona informações de caráter linguístico a informações de caráter social – objetivando verificar, *a priori*, quais variantes seriam mais utilizadas, em quais contextos e quais os fatores sociais influenciariam o uso de uma ou outra forma.

O programa computou 1352 ocorrências as quais foram distribuídas, com exceção do pronome **tu**, entre as variantes adotadas neste trabalho como forma de indeterminação do sujeito. As variantes selecionadas e encontradas foram: **A GENTE, VOCÊ, FNS, ØV3PP, ELES, NÓS, ØV3PS, Ø+V+SE, EU, INF**, o que confirma a nossa hipótese de que os falantes feirenses fazem uso de diferentes formas para indeterminar o sujeito, além das possibilidades propostas pelas GTs o que pode ser conferido na tabela abaixo. As variantes estão apresentadas em ordem decrescente de ocorrências.

Tabela 1 – Frequência dos recursos de Indeterminação do sujeito no *corpus*

Variantes	Ocorrências/total	Porcentagem
A gente	456/1352	34%
Você	325/1352	24%
FNs	136/1352	10%
Øv3pp	121/1352	9%
Eles	82/1352	6%
Nós	74/1352	5%
Øv3ps	71/1352	5%
Ø+v+se	48/1352	4%
Eu	22/1352	2%
Inf.	18/1352	1%
Total	1352/1352	100%

Como bem observamos, a variante **tu** não foi selecionada pelo programa como forma de indeterminação do sujeito na variedade linguística de Feira de Santana. Isso não implica em dizer que a nossa hipótese inicial, baseada no pressuposto de que – o uso do pronome **tu** na comunicação interpessoal condicionaria o uso deste como forma indeterminadora –, tenha sido refutada. Nossa hipótese é a de que tal resultado esteja relacionado ao

direcionamento que foi dado às entrevistas. Como já exposto no capítulo da metodologia, as entrevistas têm característica do tipo Diálogo entre Documentador e Informante (DID), que apresenta comunicação mais diretiva entre os pares envolvidos. Portanto, todas as ocorrências da variante **tu** apresentaram-se em contexto de referência determinada.

Nos exemplos abaixo, podemos verificar que há um referente determinado para as construções com a variante **tu**.

- (01) Doc.: A informante fala sobre a encenação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém.
 Inf.:Aí a gente vai, todo mundo andando, todo mundo, ninguém corre, ninguém atropela ninguém. Só **tu** vendo, tudo perfeito! Ali aonde é que acontecem as coisas... (NELP@M3C)
- (02) Inf.: Eu num tenho dificuldade de transporte. Por que aqui é um bairro que **tu** vê né?
 Doc.: Passa sempre. (NELP@M2M)
- (03) Inf.: ... **tu** conhece aquelas bonequinhas de pano, \emptyset não conhece?
 Doc.: Conheço, conheço. (NELP@M2M)
- (04) Doc.: Mas com relação ao trânsito também, porque a gente chega aqui nessa pista pra passar é uma...
 Inf.: **Tu** diz aí na pista, dentro daquela rua aí na faixa de pedestre? Se não tiver um guarda ali, eles não dá chance de você passar.
- (05) Doc.: Só precisava de uma passarela aqui na frente. Pelo menos isso uma passarela né?
 Inf.: É. A gente diz isso e a gente pede. Mas é pra **tu** ver, ali na Cidade Nova, tem uma passarela, cadê que o povo passa por ela? (NELP@M2M)
- (06) Inf.: Aí quando ele foi entrando ele disse?: M.! aí ele começou a gritar. Aí eu fui, tava lá no rol tirano un negócio de dentro do carro, aí eu vim ver e ele disse: M. a gente foi roubado! eu disse: oxe, **tu** é doido! Aí quando entrei tava tudo, tudo aberto. (NELP@M2M)
- (07) Inf.: Eu tava conversando com o meu marido nestante ali, a gente falando...eu falando com ele, eu fiz: “Êta, e agora? Eu vou pra Salvador, danou-se!, Oh! **tu** se prepara porque teu celular vai tocar por minuto, viu? Porque **tu** sabe que eu sou tabaroa, eu vou me perder” e ele se acabando de ri, eu digo: “Mas eu sou tabaroa legítima, eu assumo”.(NELP%M1P)
- (08) Doc.: Certo. Esta moça tá na... Vem pra sua casa com uns amigos seus, né, e toma um suco que ela fica encantada com esse suco e pede pra que você ensine, dê a receita. Como é que você ensinaria, diretamente falando assim com ela, a receita desse suco?
 Inf.: É... eu ia dizer pra ela, eu acho melhor **tu** anotar; um suco é muita coisa. Eu ia passar pra ela é...ah, depende do que seja o suco.
 Doc.: Suco de...de abacaxi, é, de abacaxi.
 Inf.: Eu ia dizer pra ela: “**Você**, olha, \emptyset **pega**, \emptyset **bota** duas fatias de abacaxi, uma folhinha de hortelã, \emptyset **bate** no liquidificador tudo, \emptyset **côa** se quiser, é uma opção”. Açúcar a gosto e pronto, **tu** vai ver como é bom” . (NELP%1HW)
- (09) Doc.: Certo. É, é.. esse rapaz entra lá no seu setor de trabalho e quer saber onde fica o banheiro. Como é que você ensinaria?

Inf.: “É, **tu** segue em frente, é...” depender do local que eu estou “**Tu** segue em frente que o banheiro ta’li, tem uma placazinha masculino, feminino é só é **tu** seguir em frente que **tu** acha”.(NELP%1HW)

(10) Doc.: Certo. Essa moça é uma empregada sua, né, ta na sua casa e você pede pra que ela pegue uma camisa sua que tá na gaveta, só você sabe onde é que tá. Então, como é que você explicaria gritaria lá do banheiro pra ela, pra ela pegar?

Inf.: “Maria! **tu** faz um favor pra mim? **ø vai** até o quarto e **ø pega** uma camisa que está na segunda gaveta, uma rosa que tem um coração na frente e **ø traz** aqui, por favor”.(NELP%1HW)

(11) Doc.: Certo. É, essa pessoa está arrumada pra ir pra uma festa, como é que você a elogiaria?

Inf.: “Rapaz, como **tu** tá linda viu! **Você** vai chamar mais atenção do que o dono da festa.

(12) Doc: E sua irmã? Se a sua irmã tivesse arrumada pra ir junto com ela, como você elogiaria sua irmã?

Inf.: É... **tu** vai arrumar namorado, é? Toda arrumada assim, toda bonita, **ø tá** legal, **ø tá** linda. (NELP%1HW)

O pronome **tu**, em todos os exemplos acima, aparece com referência de 2ª pessoa – apresentando uma unicidade específica – representado na pessoa do entrevistador como nos exemplos (01; 02; 03;04; 05) ; do marido da informante (06; 07); e nos sujeitos criados pelo documentador como nos exemplos (08; 09; 10; 11; 12;) Podemos também observar que o informante faz uso alternado da variante **você** no contexto comunicativo diretivo como no exemplo (08 e 11) isso não nega a consistência do uso do pronome **tu** no contexto comunicativo dos falantes feirenses; o uso deste pronome é categórico na variedade linguística de Feira de Santana. No entanto, podemos observar, através dos depoimentos abaixo, que os informantes se policiam ao fazer uso da variante **tu** em determinados contextos, caracterizando assim uma questão diafásica.

(13) Doc.: É... quando você se relaciona, vai se dirigir às pessoas, você usa mais você ou tu?

Inf.: **Uso mais o tu.**

Doc.: Mas você não usou o tu comigo em nenhum momento.

Inf.: Não usei né? **Mas nas relações, não sei... mais íntimas assim, eu uso o tu. Às vezes até me polício.** Eu tinha uma amiga aqui na UEFS né, ela dizia poxa! Porque vocês usam o tu aqui? **Eu me sinto mais à vontade quando eu uso com pessoas mais próximas né, que eu tenho mais aproximação,** mas às vezes eu me pego usando com pessoas distantes também, e eu percebo assim, pessoas que não gostam, as que eu não tenho uma certa aproximação, **intimidade né,** e o **tu é algo que eu acho mais próximo, mais íntimo, não sei.** Não usei não é? **Mas eu uso muito.**

Doc.: Mas você tem consciência que você usa o tu?

Inf.: **Tenho, tenho consciência sim que eu uso o tu** [risos]. (NELP%M2H)

(14) Doc.: Seu F. no seu dia a dia, o senhor usa mais o tu ou o você?

Inf.: **Você.**

Doc.: O senhor usa o tu em algum momento?

Inf.: **Não. Tu, só dentro de casa ou quando eu estou jogando uma bola , só com amigos mesmo.** (NELP@H2F)

Analisando a Tabela 1, notamos que, dentre as formas legitimadas pelas GTs, a forma ØV3PP apresenta uma resistência maior do que Ø+V+Se, ocupando o 4º lugar entre as formas selecionadas, representando 9% de um total de 1352 ocorrências, enquanto a forma Ø+V+Se representou 4%; a soma das porcentagens resulta em 13%, o que demonstra uma redução do uso dessas formas na gramática feirense para indeterminar o sujeito.

Esses resultados ratificam os trabalhos de Santana (2006) e Carvalho (2010), nos quais esses dois recursos não se mostraram muito produtivos, se comparados às outras formas utilizadas; enquanto neste a soma das duas formas juntas chegaram a 6%, naquele, as duas juntas não chegam nem a 6% de uso no total.

Verificamos que em nossos dados as ocorrências do pronome **nós** não foram tão numerosas. Assim como em Santana (2006), observamos uma redução desse pronome com referência indeterminada em relação a outras formas indeterminadoras, ocupando o sexto lugar entre as variantes selecionadas.

Compartilhamos com o posicionamento da autora acima citada quando da apresentação da hipótese de que a queda no uso de **nós** com referência determinada pode estar relacionada à redução nos paradigmas flexionais do português do Brasil como mostram trabalhos realizados por Monteiro, 1994; Duarte, 1995; Menon, 1995. Duarte (1995), por exemplo, apresenta redução do uso do pronome **nós** com referência determinada, sendo substituído pela forma **a gente**. Resultado confirmado por Franceschini (2011) ao estudar a *Variação pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia – SC*, que observou que a distribuição no uso dos pronomes **nós/a gente** se apresentava equilibrada quando tais pronomes foram analisados simultaneamente de forma implícita e explícita, chegando a um percentual de 50% para cada variante. No entanto, ao analisar apenas as formas explícitas, ela observou uma redução no uso do pronome **nós**, que representou apenas 41% das ocorrências, enquanto o pronome **a gente**, 59%. De acordo com a pesquisadora, o resultado parece indicar que o uso do pronome inovador **a gente** já começa a ultrapassar o uso do pronome **nós** como referência à primeira pessoa do plural, em Concórdia.

Assim, podemos inferir que a diminuição do uso de **nós** com referência determinada esteja aumentando a possibilidade do uso deste como indeterminado, cedendo espaço para a forma **a gente** com referência determinada.

As FNs parecem estar ganhando espaço entre as formas mais preferidas pelos falantes feirenses. Em nossos dados, ela ocupou o terceiro lugar entre as variantes, resultado

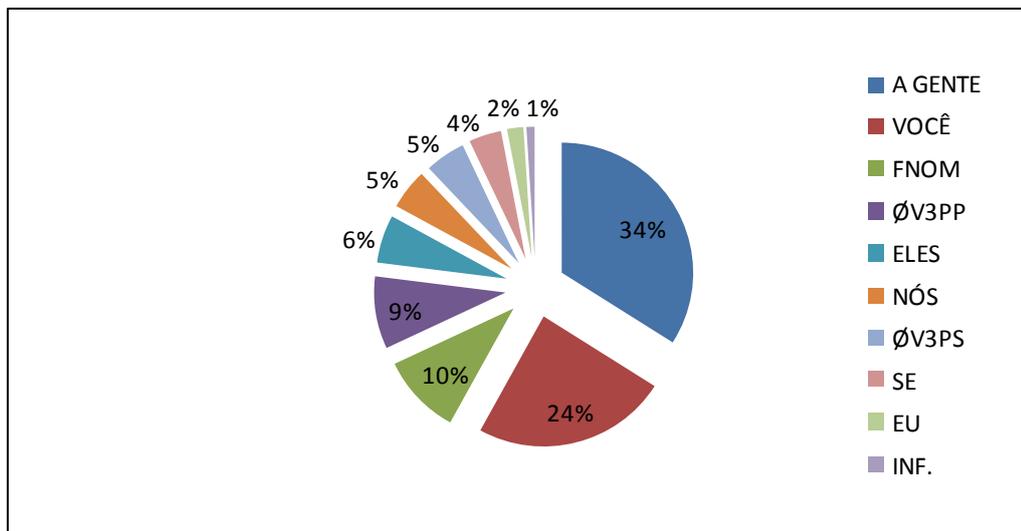
semelhante ao de Carvalho (2010), que apresenta essa variante entre as formas preferidas pelos soteropolitanos para indeterminar o sujeito, ocupando também o terceiro lugar. Menon (1994) defende a hipótese de que, devido à migração de **a gente** para o sistema pronominal, a FN **a pessoa** pode estar ocupando o lugar deixado por **a gente** no paradigma das formas de indeterminação. Neste trabalho não consta uma análise mais detalhada das FNs; poderemos testar essa hipótese em trabalhos futuros.

Prosseguindo a análise dos resultados apresentados no Quadro 1, o pronome **a gente** apresenta-se como o recurso mais utilizado para indeterminação do sujeito na variedade linguística de Feira de Santana, seguida da variante **você**, computando um total de 456 e 325 ocorrências, respectivamente.

As formas **Eles**, **Ø + V3PS+SE**, **Eu** e **INF** se apresentaram de forma tímida, sendo representadas, respectivamente, por 6%, 5%, 2% e 1%, somando um total de 14%. No que se refere ao pronome **eu**, apesar de contabilizar apenas 22 ocorrências no total de 1352, consideramos esse resultado representativo, tendo em vista a característica desse pronome, que em sua gênese é um pronome dêitico de primeira pessoa e que, mesmo timidamente, começa a se apresentar como um pronome indeterminador.

O gráfico abaixo proporciona uma melhor visualização das frequências das formas apresentadas.

Gráfico 1 – Frequência dos recursos de Indeterminação do sujeito no *corpus*



Notamos que, independentemente da ordem de preferência, as variantes usadas pelos feirenses para indeterminar o sujeito também são encontradas em outras regiões brasileiras, a exemplo dos resultados obtidos nos trabalhos de Milanez (1982), Cunha (1993), Menon (1994), Setti (1997), Godoy (1999), Santana (2006) e Carvalho (2010).

Como já exposto, com exceção do pronome **tu**, foram encontradas dez variantes, as quais foram projetadas no início do trabalho: (I) **A GENTE**; (II) **VOCÊ**; (III) **FNS**; (IV) **ØV3PP**; (V) **ELES**; (VI) **NÓS**, (VII) **ØV3PS**, (VIII) **Ø+V+SE**, (IX) **EU**; (X) **INF**. Estas se configuram nas possibilidades de indeterminar o sujeito na variedade linguística feirense. Os exemplos abaixo ilustram essas possibilidades.

- (I) Eu acho que não melhorou não nesse aspecto aí, porque, é **a gente** pode observar os ônibus né? **A gente** não vê ônibus novo, né? Conforto pra o usuário, o tempo que **a gente** gasta nos pontos de ônibus continua sendo o mesmo, então aí nesse aspecto, eu não vi melhoria não. (NELP%M1E)
- (II) ... Minha avó morreu de câncer, a história da minha família tem muito câncer e quando **você** descobre **você** é impotente perante aquilo porque é uma doença que **você** não tem... **Você** desconhece quase tudo, **você** não sabe origem, não sabe, aí é difícil, foi difícil. (NELP%M1T)
- (III) ... Por que eu não uso muito o coletivo, entendeu? Eu ando de bicicleta, dificilmente eu uso o coletivo, mas o sistema é novo o sistema, onde tem... Onde **a pessoa** num bairro pode pegar pra outro bairro, né é muito bom, foi muito bom essa idéia de, do governo de J.R. (NELP@H2F)
- (IV) Daqueles caça níquel **levaram** enumeração de trezentos reais que eu tinha lá dentro de casa, **levaram** o celular de meu menino novinho que não tinha nem terminado de pagar, roupa nova que eles compraram pra festa, pra natal, **levaram** uns cinquenta cartão telefônico, **levaram** meio mundo de vale transporte que tinha aqui, **levaram** cigarro, o cigarro Carlton, todos os cigarro bom **levaram**, só **deixaram** do Paraguai. (NELP@M2M)
- (V) Doc.: E outras festas daqui de Feira que o senhor foi, assim, alguma... O senhor se lembra do Bando Anunciador que tinha?
Doc.: Não! Na frente da Matriz?
Inf.: Não. Eu me lembro da festa da Matriz.
Doc.: Da lavagem, né?
Inf.: Da lavagem. Ao invés de ter o micareta, era pra ter a lavagem. **Eles** tiraram e era mil vez melhor. Não existia barulho, nem nada. Aqueles pai de santo e mãe de santo tudo lavando, né? (NELP@H3B)
- (VI) Ah! Naquele tempo setenta e cinco, setenta e seis, foi um ano somente, era um pau doido que a gente fazia, hoje não, hoje o exército tá diferente. Hoje o...o...o soldado hoje vai pra casa dormir, antigamente ninguém dormia, **nós** ficava lá, **nós** dormia lá, **Ø comia** lá, tudo. (NELP@H2F)
- (VII) Ah, se perder esse horário **Ø tem** que pegar uma van pra poder chegar lá! e as vans tudo cheia. **Ø bota...** **Ø bota** o quê? um carro que pega dez quer botar vinte pessoa. A metade sentada, a metade em pé. (NELP@H1P)
- (VIII) Não, não uso tu de jeito nenhum, porque aqui **fala-se** o tu errado. (NELP%H2W)
- (IX) Eu acho o professor bom, e já as professora acha que a função dele é só pra ensinar mas se **eu** não quero estudar então **eu** fico em casa, se **eu** vim estudar **eu** sento lá e **Ø** fico. (NELP@H1A)

- (X) Agora só que tem muita gente que não escalda as carnes salgada \emptyset tem que escaldar tudo pra tirar aquela, aquele adobe salgado... E pronto. \emptyset **Temperar**, \emptyset **botar** o feijão de molho, \emptyset cortar os temperos – todos os temperos miúdo, \emptyset **cortar** as carnes tudo miudinha. (NELP@M11)

Com o resultado geral em mãos, partimos para um novo procedimento: procuramos observar o comportamento de cada variante em relação às demais variantes e os fatores linguísticos e extralinguísticos, objetivando chegar a uma análise binária.

Em relação às variantes analisadas, as formas **eu**, **nós**, **ele/eles** apresentaram comportamento semelhante; as variantes sem sujeito lexical preenchido **INF**, **\emptyset +V3PP**, **\emptyset +3PS**, **\emptyset +V+SE** somaram 19% das ocorrências. As **FNs** e o **\emptyset +V3PP** apresentaram resultados muito próximos, o que nos levou a uni-las, projetando analisá-las de forma mais aprofundada em outro estudo.

Os resultados mostraram que as formas **a gente** e **você** são os recursos preferidos pelos falantes feirenses para indeterminar o sujeito. Embora a variante **a gente** tenha apresentado maior quantidade de ocorrências, buscamos verificar o comportamento do pronome **você** pelo fato de se apresentar como a forma mais inovadora no uso da indeterminação do sujeito. Assim, partimos para observar quais os fatores que condicionam o uso dessa variante.

Antes de prosseguir com as rodadas computacionais, devido aos *knockouts*²⁷, tivemos que excluir o pretérito imperfeito do subjuntivo, que apresentou apenas um dado, cabendo este à variante **você**; o futuro do pretérito do indicativo, que não apresentou ocorrências com a variante **você**, mas apenas com o **a gente**, adiante exemplificadas. Sublinhamos aqui que não houve ocorrências do uso do futuro do presente simples em todo o *corpus* analisado, o que pode ser justificado pelo fato de termos levado em consideração a forma sintética, forma esta legitimada pela maioria dos gramáticos, e não termos considerado a reestruturação no sistema de modo, tempo e aspecto verbais na expressão do futuro que, de acordo com Oliveira (2006), pode ser apresentada por seis variantes: a forma de futuro simples; a forma de presente; além das formas perifrásticas: com o verbo *ir* no

²⁷ De acordo com Guy & Zilles (2007), nocaute, na terminologia da análise do Varbrul, é um fator, que num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente. Isso implica dizer que nessas condições não há variação para se analisar, impedindo assim o andamento das análises. Para que o programa prossiga na execução das rodadas estatísticas, é necessário que se retire da análise o fator com o qual se dá o *knockout* ou amalgame-o.

presente + infinitivo; com o verbo *ir* no futuro + infinitivo, com o verbo *haver* no presente + *de* + infinitivo e, por fim, com o verbo *haver* no futuro + *de* + infinitivo.

Abaixo seguem exemplos dos tempos e modos verbais retirados.

- Pretérito imperfeito do subjuntivo:

(15) É meio difícil explicar hoje a arte do bom falar. Bom, no sentido da palavra, a arte do bom falar era o que **você falasse** o nosso português corretamente que hoje praticamente é impossível, mas que pelo menos você não fira as pessoas com palavras... (NELP%H2J)

- Futuro do pretérito:

(16) Com certeza, muita violência né, eu mesmo moro aqui no bairro George Américo, Campo Limpo né, a gente percebe que a violência tá crescendo assustadoramente naquele bairro né, a gente tem que ter cuidado a hora que chega e a hora que sai; as casas têm que ter muita segurança entendeu? Grades e tal, porque ali mesmo na, na região onde eu moro a zona de arrombamento é muito grande, antes **a gente poderia** até chegar em casa mais tarde né e tal e agora a gente tem que ter muito cuidado. (NELP%M2N)

(17) Pra ver isso aí **a gente teria** que focar a economia nacional, mesmo porque naquela época se você enfoca, por exemplo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, aquela zona do Pantanal, ali existia feudalismo mesmo, mas no, no geral as relações capitalistas já predominavam sobre a economia rural, então eu teria que focar nacionalmente contestando essa tese de Roberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas (NELP%H3O)

(18) Acabar com a violência no mundo é impossível. **A gente seria** herói se acabasse pelo menos com a violência aqui no Brasil (NELP%M2N)

Eliminado os *knockouts* e tomando o pronome **você** como valor de aplicação em relação ao pronome **a gente**, buscamos identificar os fatores que condicionam o uso dessa variante como forma de indeterminação do sujeito.

3.1 VARIÁVEIS SELECIONADAS PELO PROGRAMA

Como já sublinhado, consideramos a variante **você** como valor de aplicação; o programa selecionou como favorecedores do uso dessa forma como indeterminadora os seguintes grupos: **faixa etária, sexo/gênero, tempo e modo verbal, escolaridade**, configurando assim três fatores sociais e um linguístico.

A seguir, apresentamos a análise de cada grupo separadamente, considerando a ordem de seleção apresentada pelo programa.

3.1.1 Faixa etária

A faixa etária foi o primeiro grupo a ser selecionado pelo programa; a análise que se segue pode ser conferida a partir da tabela abaixo.

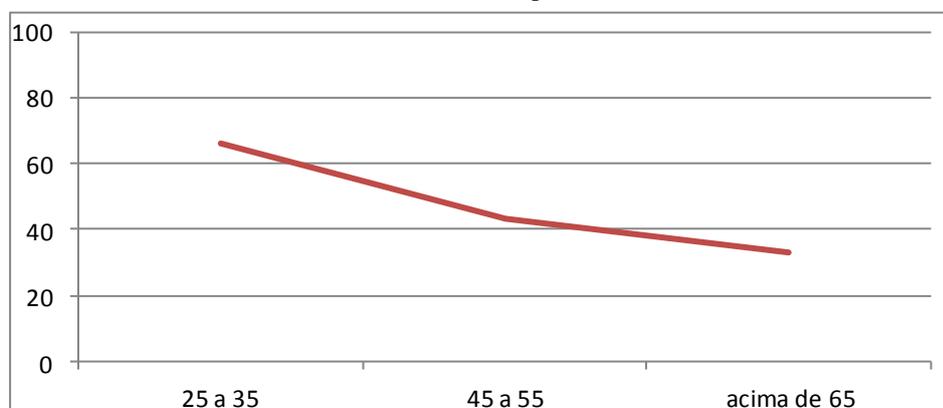
Tabela 2 – Influência da faixa etária no uso do pronome **você** indeterminador

Faixa-etária	Ocorrências	Porcentagem	P.R.
Faixa I	189/320	59%	.66
Faixa II	80/219	36%	.43
Faixa III	56/242	3%	.33
Total	325/781	41%	Input: 0,39

Nível de significância = 0,000

Foi possível observar, de acordo com esses resultados, que houve maior ocorrência do uso da variante **você** como indeterminadora por parte dos falantes jovens (25-35 anos), representando o peso relativo (.66), e que a frequência dessa variante diminui à medida que há um avanço na faixa-etária; os informantes da faixa II (45-55 anos), faixa intermediária, se mantêm neutros (.43) e os falantes da faixa III (acima de 65 anos) inibem o uso da forma **você** indeterminadora (.33), preferindo, assim, a forma **a gente**. Com tais informações, podemos considerar que o pronome **você**, usado pelos feirenses para indeterminar o sujeito, se configura a forma mais inovadora e que o quadro sinaliza um processo de mudança em curso, que mostra uma consolidação do uso da forma **você** como indeterminadora. O gráfico abaixo possibilita uma visão melhor dos resultados.

Gráfico 2 – Influência da faixa etária no uso do pronome **você** indeterminador



O Gráfico 2 apresenta um típico quadro de mudança em curso: o maior uso da forma inovadora – **você** – se encontra na faixa etária dos falantes mais jovens, apresentando uma resistência ao uso dessa forma por parte dos falantes mais velhos, que optaram, como já dito,

pelo maior uso da forma que parece ser a mais antiga – **a gente**. Este resultado contraria a nossa hipótese inicial, que foi a de que o quadro apresentaria um processo de variação estável, com equilíbrio no uso das variadas formas de indeterminar o sujeito.

Com relação à variante **você** se apresentar como a forma inovadora na indeterminação do sujeito, Setti (1997), ao realizar seu trabalho considerando as três capitais do Sul, apresenta as **FNs** e o pronome **você** como inovadoras; esta última apresentou um decréscimo no uso por parte de falantes mais velhos, ou seja, apresentando maior frequência por falantes de 25 a 50 anos, com peso relativo de (.71).

Godoy (1999) observa esse mesmo comportamento em relação ao pronome **você** no interior paranaense; confirmando assim os resultados encontrados por Setti (1997). Porém a autora ressalva que esse resultado é visto de forma parcial, considerando que o número de ocorrências da forma **você** supera o comportamento das outras formas indeterminadoras, entretanto o maior índice de diferença ocorreu com a variante **eu**.

O pronome **você** como forma inovadora para indeterminar o sujeito confirma-se também na variedade linguística de Salvador; Carvalho (2010) observou que os falantes mais novos foram os mais favorecedores do uso desse pronome, de acordo com o peso relativo (0.55) obtido na análise estatística.

3.1.2 Sexo/gênero

Essa variável, em nossa amostra, ocupou o segundo lugar entre os fatores selecionados pela análise estatística em relação à variante **você**. Os resultados podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 3 – Comportamento do pronome **você** indeterminador em relação ao sexo/ gênero

Sexo/Gênero	Ocorrências	Porcentagem	P.R.
Masculino	176/308	57%	.70
Feminino	149/473	31%	.36
Total	325/781	41%	Input: 0,39

Nível de significância = 0, 000

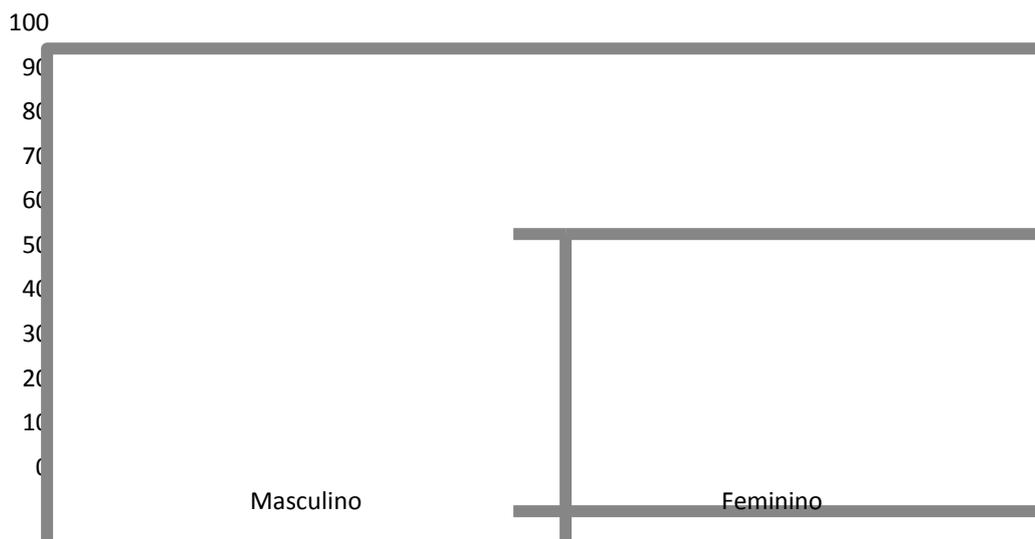
O que podemos inferir, a princípio, é que a variante **você**, mais recorrente entre o sexo/gênero masculino, se configura em uma forma inovadora, pois esta variante entrou no sistema pronominal do PB como pronome de tratamento e se apresenta como recurso de indeterminação do sujeito. Esses resultados se conferem em trabalhos de orientação sócio-

variacionista como Cunha (1993), Menon (1994), Setti (1997), Godoy (1999), Santana (2006), Carvalho (2010) e Franceschini (2011).

Santana (2006) apresenta uma particularidade nos resultados obtidos em relação à influência do sexo/gênero no uso de **você**. Ela argumenta o grande número de ocorrências entre os homens, que correspondeu a 123, contra 29 entre as mulheres. Isso se deve ao fato de um único informante do sexo/gênero masculino de Bananal / Barra dos Negros utilizar essa forma 96 vezes, restando apenas 27 ocorrências para os outros três informantes do sexo/gênero masculino que compõem a amostra.

Observamos na nossa amostra que há predominância entre os homens do uso da variante **você** como forma indeterminadora. O gráfico abaixo deixa mais claro ainda que os homens estão à frente desse processo.

Gráfico 3 – Comportamento do pronome **você** indeterminador em relação ao sexo/gênero



De acordo com Paiva (2004), ao correlacionarmos a variável sexo/gênero e mudança linguística, devemos considerar o valor social da variante inovadora, considerando que tal processo pode configurar a instalação de uma forma prestigiada socialmente – caso em que cabe às mulheres a liderança – ou uma forma estigmatizada, neste caso os homens lideram a mudança. Contudo a autora ressalta que esse comportamento não acontece sempre de forma linear, tendo em vista que em muitos processos de mudança não está envolvida uma polarização evidente entre uma variante de prestígio e uma variante não prestigiada, situação esta apresentada neste estudo, já que a alternância entre **você/a gente** como forma indeterminadora não se sujeita a uma avaliação social e escapa ao controle escolar,

caracterizando-se assim uma forma neutra, como mostram os resultados apresentados na Tabela 5.

Para obtenção de resultados mais precisos, como exposto anteriormente, procedemos ao cruzamento da variável sexo/gênero em relação à faixa etária, entendendo que esta variável, num estudo em tempo aparente, nos aponta a direção e o curso do fenômeno em questão, indicando uma variação estável ou mudança em progresso, além de caracterizar a variante como inovadora, o que pode ser confirmado entre os falantes mais jovens, ou mais antiga cabendo o uso desta aos falantes mais velhos.

Ao cruzarmos essas duas variáveis, obtemos os seguintes resultados representados na tabela abaixo.

Tabela 4 – Cruzamento entre sexo/gênero e faixa etária em relação ao uso da forma **você**

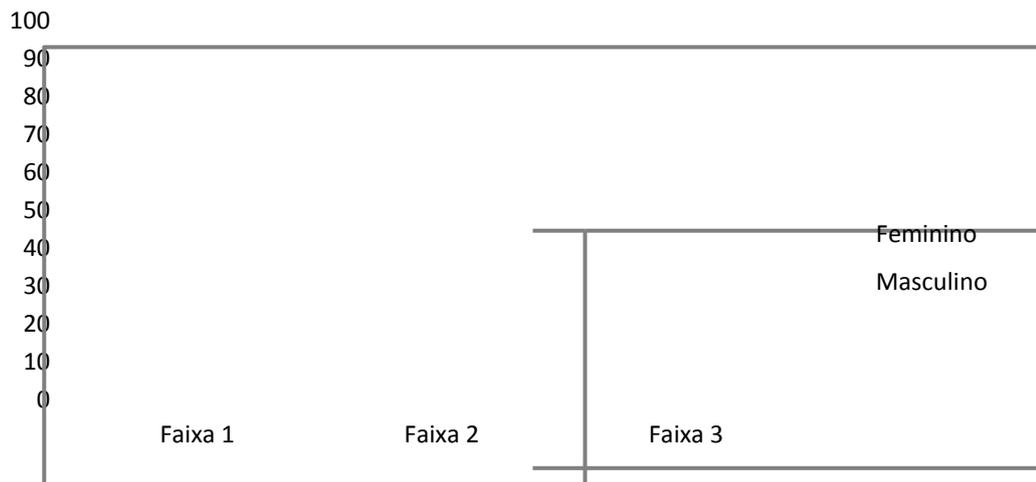
Faixa etária	Ocorrência total	%	P.R.
Feminino			
25-35 anos	76/175	43%	.49
45-55 anos	46/161	28%	.32
Acima de 65 anos	27/137	19%	.25
Masculino			
25-35 anos	113/145	77%	.85
45-55 anos	34/58	58%	.60
Acima de 65 anos	29/105	27%	.49

Nível de significância = 0,000 *Input*: 0,39

Observando os números e realizando uma análise, os jovens, proporcionalmente, tanto homens quanto mulheres, fazem maior uso da variante **você**, o que confirma esta variante ser inovadora como forma de indeterminação do sujeito. Observamos também que há predominância no comportamento de ambos os sexos/gêneros em relação às idades: os falantes mais jovens (25-35) usam com maior frequência a variante **você**, seguida de um decréscimo gradativo, passando pela faixa II (45-55 anos), chegando à faixa III (acima de 65 anos) com uma acentuada diferença. No entanto quando analisamos o comportamento dos falantes da faixa III de ambos os Sexos/ gêneros notamos que as mulheres fazem menor uso da variante **você** para indeterminar o sujeito. Apenas com essas características sociais do falante não podemos fazer uma análise mais aprofundada, portanto partimos para o cruzamento da escolaridade e Sexo/gênero para obtermos maiores informações e aprofundarmos a análise; o que pode ser conferido na análise feita do gráfico 7. Já os

falantes mais jovens apresentam comportamento diferenciado dos falantes mais velhos, ou seja, eles fazem uso da forma inovadora com maior frequência, sinalizando novamente uma mudança em curso. O gráfico abaixo permite melhor visualização da análise acima apresentada.

Gráfico 4 – Cruzamento entre sexo/gênero e faixa etária em relação ao uso da forma **você**



3.1.3 Escolaridade

A variável escolaridade ocupou o quarto e último lugar dentre os grupos de fatores selecionados pelo programa; o terceiro lugar coube à variável tempo e modo verbal, justificamos a sua apresentação após o fator escolaridade, pois optamos por uma análise linear dos fatores sociais. A tabela abaixo apresenta comportamento da variável escolaridade em relação ao pronome **você**.

Tabela 5 – Influência da escolaridade no uso variante **você**

Escolaridade	Ocorrências/total	Porcentagem	P.R.
Nível superior	188/369	50%	.62
Nível fundamental I	137/412	33%	39
Total	325/781	41%	Input: 0,39

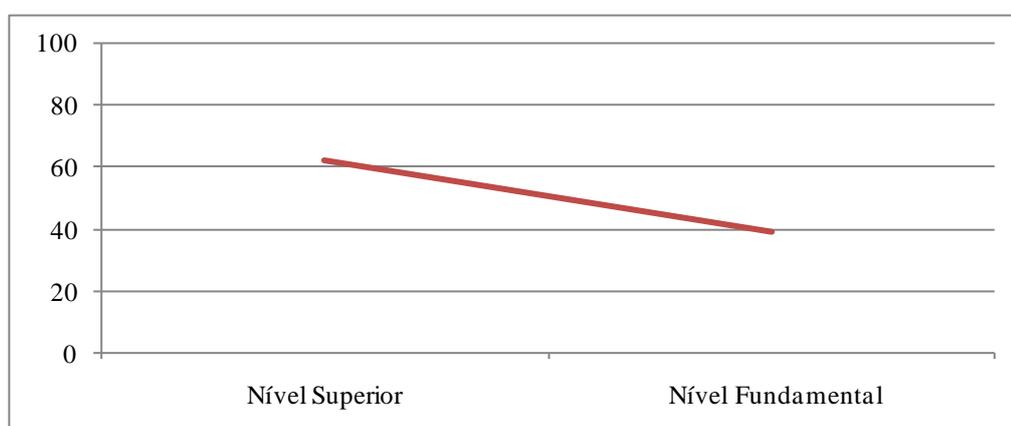
Nível de significância = 0, 000

De acordo com Oliveira (2006, p.46), “a variável ‘escolaridade’ mostra-se pertinente, por exemplo, no momento em que se observa a existência de formas linguísticas de prestígio ou estigmatizadas [...]”. Acrescenta que há fenômenos que são alvo do ensino escolar e outros que não o são. Ao selecionarmos essa variável, para analisarmos a indeterminação do

referente, a intenção não foi a de verificar se o fenômeno estudado era socialmente estigmatizado, mas sim para confirmar a nossa hipótese de que esse fenômeno é objeto de ensino escolar, no entanto escapa à atenção normativa da escola, ou seja, a indeterminação do referente não sofre a atenção disciplinadora e gramaticizadora da mesma, conseqüentemente as formas utilizadas para tal fim também não o são.

Ao analisar a Tabela 6, observamos que os números apontam que os falantes mais escolarizados fazem maior uso do pronome **você** como forma indeterminadora. Visualizando esse resultado através do gráfico abaixo, notamos uma linha diagonal apresentando resultados opostos: na extremidade que representa os falantes menos escolarizados há uma queda na frequência do uso da variante **você** em oposição aos falantes mais escolarizados.

Gráfico 5 – Influência da escolaridade no uso variante **você**



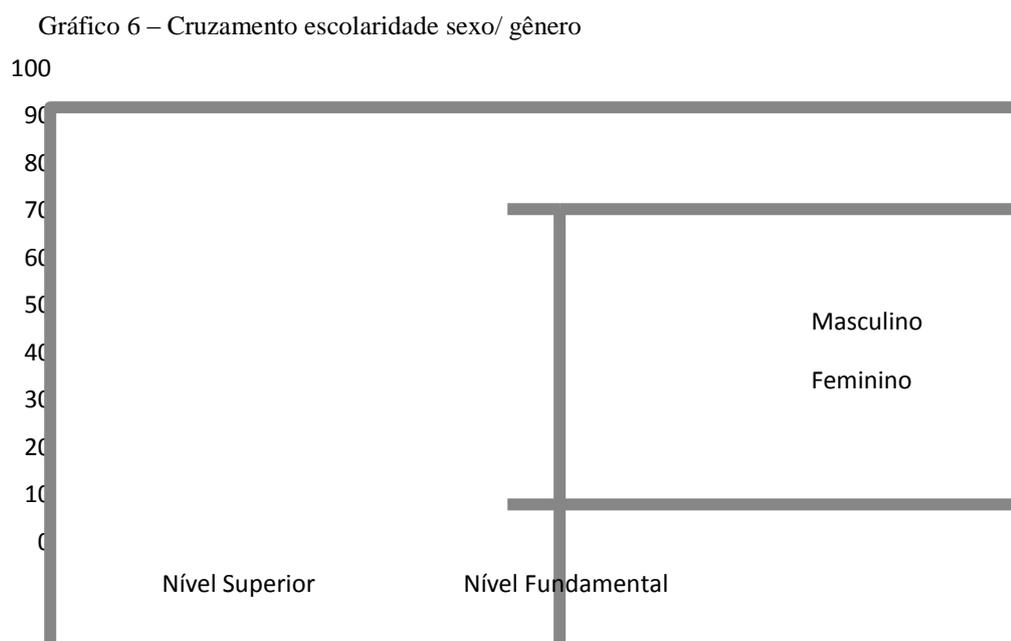
Entendendo que o resultado engloba homens e mulheres, partimos para o cruzamento da variável escolaridade e sexo/gênero, já que esse procedimento nos oferece resultados mais detalhados, objetivando provar mais uma vez que, do ponto de vista da avaliação social, a variante **você** usada para indeterminar o sujeito na variedade linguística de Feira de Santana é uma forma relativamente neutra, ou seja, usada tanto por homens quanto por mulheres com maior escolaridade, podendo ser conferido nessa próxima tabela:

Tabela 6 – Cruzamento escolaridade e Sexo/gênero

Escolaridade	Ocorrências/ total	Porcentagem	P.R.
Masculino			
Nível superior	85/145	58%	.72
Fundamental I	91/163	55%	.70
Feminino			
Nível superior	103/224	45%	.56
Fundamental I	46/249	18%	.21
Total	325/781	41%	Input: 0,39

Nível de significância = 0,000

Os dados apresentados na tabela acima confirmam mais uma vez a nossa hipótese de que não há restrição, por parte dos falantes mais escolarizados de ambos os sexos/gêneros, no uso do pronome **você** como forma indeterminadora, considerando que a maior frequência se encontra no universo de falantes mais escolarizados. Situação que nos leva a inferir que a variável escolaridade – no que diz respeito à avaliação social – não apresenta influência na promoção ou resistência à mudança.



Entretanto, notamos na Tabela 6 que as mulheres do ensino fundamental I apresentam frequência baixa no uso da variante **você** para indeterminar o sujeito, resultado que é melhor visualizado no gráfico acima. Observamos que a linha que representa os falantes do sexo/gênero masculino se apresenta de forma quase equilibrada, enquanto que na linha que representa o sexo/ gênero feminino há um declive considerável. Buscando explicação para tal comportamento, analisarmos o perfil social das informantes correspondente às ocorrências registradas pelo programa; notamos que o uso da variante **você** diminui à medida que a faixa etária aumenta o que nos leva a inferir que, no universo das mulheres não escolarizadas, essa variante inovadora cede espaço para a forma mais antiga **a gente**.

A nossa hipótese é a de que as mulheres jovens, mesmo de forma tímida, fazem uso da variante **você** pelo fato de terem acesso – menos restrito – aos meios de comunicação e contato maior com outros núcleos sociais, contexto este que vai se apresentar cada vez mais restrito às mulheres menos escolarizadas mais velhas. Outro ponto a ser colocado é o fato de

os falantes mais velhos, principalmente as mulheres, apresentarem comportamento mais conservador preferindo fazer uso da forma *a gente*.

Procuramos verificar no *corpus* como se deu a distribuição das 46 ocorrências apresentadas na tabela acima e observamos que 31 ocorrências foram usadas por mulheres da faixa I; 11 ocorrências distribuídas entre duas informantes da faixa II e quatro couberam a uma informante da faixa III. Sublinhamos que uma informante da faixa III, que completa o quadro das informantes menos escolarizadas, foi desconsiderada pelo programa por não apresentar o uso dessa variante. Vale ressaltar mais uma vez que esta análise está baseada no comportamento linguístico desses falantes em relação às formas *você/a gente* e que em sua gramática encontramos outras formas de indeterminar o sujeito só pra citar: **FNs** – a pessoas, o povo –, **NÓS**, **ØV3PP**, **ØV3PS**, **ELES**.

3.1.4 Tempo e modo verbal

O tempo e modo verbal foi o terceiro grupo selecionado pelo programa como favorecedor do uso da variante **você** como forma de indeterminação do sujeito na variedade linguística feirense. A sua apresentação após a variável escolaridade, que apresenta o quarto fator selecionado pelo programa GoldVarb (2001), foi justificado na sessão anterior.

Na tabela que segue podemos conferir os resultados encontrados.

Tabela 7 – Influência do tempo e modo verbal no uso da variante **você**

Tempo e modo verbal	Ocorrências/total	Porcentagem	P.R.
Presente indicativo	243/531	45%	.56
Infinitivo	28/41	68%	.76
Pretérito imp. Indicativo	28/141	19%	.23
Futuro do subjuntivo	14/18	77%	.82
Pretérito perf. Indicativo	8/39	20%	.27
Gerúndio	2/4	50%	.34
Presente do subjuntivo	1/3	33%	.26
Total	324/777	41%	Input: 0,39

Nível de significância = ,0,000

Observando a Tabela 7, constatamos que o tempo verbal que apresenta o maior número de ocorrências é o presente do indicativo. No entanto, quando vamos analisar os pesos relativos, os resultados mostram que o futuro do subjuntivo (0.82) e o infinitivo (0.76) são os que mais condicionam o uso da variante **você** como indeterminadora, seguido do

presente do indicativo. De acordo com Menon (1994), o que condiciona a escolha desse tempo e modo verbal é a sua inerente característica atemporal, proporcionando, assim, uma interpretação indeterminada dos enunciados.

Esses resultados assemelham-se aos resultados encontrados por Cunha (1993), que apresenta, além dos tempos de futuro, infinitivo, presente do indicativo e subjuntivo como os mais empregados pelos falantes ao utilizarem o pronome **você** para indeterminar o sujeito.

Setti (1997), ao confrontar as variantes **tu** e **você**, devido à alternância do uso dessas variantes nas cidades de Florianópolis e Porto Alegre, aponta o infinitivo como a segunda maior ocorrência, apresentando-se de forma equilibrada com o presente do indicativo, que ocupou o primeiro lugar; isso se deu em relação às duas variantes em questão. Já Godoy (1999), ao testar o comportamento dos tempos verbais em relação à totalidade das variantes, evidencia a predominância do presente do indicativo de forma acentuada. De 3.774 ocorrências do presente do indicativo, 1.555 foram direcionadas ao pronome **você**.

Carvalho (2010) aponta o presente do indicativo como favorecedor do uso da variante **você**, considerando o número de ocorrências; no entanto, quando observado o peso relativo, o infinitivo ocupa o lugar de destaque, situação semelhante ao nosso resultado.

Observamos que o tempo e modo verbal constitui em uma variável condicionadora do uso de construções para indeterminar o sujeito e que o presente do indicativo foi selecionado de forma significativa nas pesquisas aqui apresentadas.

- Presente:

(19) Inf.: ... Primeiro porque assim, minha avó morreu de câncer, a história da minha família tem muito câncer e quando **você descobre**, **você é** impotente perante aquilo porque é uma doença que **você não tem**...**ø sabe** nada, **você desconhece** quase tudo, **você não sabe** origem, **ø não sabe**, aí é difícil. Foi difícil. (NELP%MIT)

- Presente subjuntivo:

(20) Inf.: ... se eu chego em sua casa pa fazer um serviço, desde que **você saia**, tem gente trabaiano em sua casa, se eu tô trabaiano nela, eu tenho que dar conta no que some nela né isso? (NELP@1A)

- Gerúndio:

(21) Inf.: Opção tem muita. Hoje é como diz , opção tem muita né, mas vai de cada um, que tem muita opção. Você tem um cartão , no caso, seu cartão, você tem várias opções de compra, mas no final do mês né, final do mês vem bruto, então é isso aí, opção tem muita. **Você querendo** comprar roupa barata é só **ø ir** né? (NELP@1A)

- Pretérito perfeito indicativo:

(21) Inf.: Tenho consciência sim, pego uma revista, leio, pego um jornal, não leio muito entendeu? Mas eu leio. me alfabetizei, por que o estudo antigamente não era como hoje , a alfabetização hoje,hoje em dia **você soletrou**, ø ta sabeno ler, antigamente não, antigamente era mais rígido , a pessoa, a criança que queria estudar se não soubesse não passava de ano, hoje não, **você cuspiu** ø **passou** de ano. mas eu pretendo continuar lendo minha revista, meus jornais, assistir minhas, minhas reportagem pa entender das coisa. (NELP@M1L)

- Pretérito imperfeito:

(22) Inf.: ... No interior fazendo aquelas... tipo carnaval, mas antigamente não era assim não, em toda casa tinha uma fogueira ou tinha um forrozinho dentro de casa, **você podia** chegar... “Entra para cá fulano”. Chegava lá **você que bebia**, ø **comia** seu amendoim ø **tomava** seu licor, era legal. (NELP@H3V)

- Futuro do subjuntivo:

(23) Inf.: O dinheiro é bom né? mas nem pra tudo. Se **você for** feliz, por exemplo, ø tá com um homem rico por causa do dinheiro dele, você só vai ser infeliz! por que o dinheiro não traz felicidade, traz pra uns.... (NELP@M1I)

- Infinitivo:

(25) Inf.: Tem... mais muié no caso aí mais do que Feira, por que aqui pra **você conseguir** uma muler aqui é mei mundo de dia pra ø **ficar** conversando. (NELP@H1A)

3.2 GRUPOS DE FATORES NÃO SELECIONADOS

Dos grupos de fatores considerados como possíveis condicionadores do uso da variante **você** como forma indeterminadora, três não foram selecionados: **tipo de oração**, **tipo de verbo** e **preenchimento do sujeito**. Esses são fatores atestados com frequência nos diversos estudos sobre processos variáveis do português brasileiro.

3.2.1 Tipo de oração

O primeiro fator não selecionado foi o tipo de oração; procuramos verificar se esse grupo de fatores evidenciaria alguma particularidade do fenômeno, como bem nos orienta Cunha (1993). Os resultados podem ser melhor visualizados na tabela abaixo.

Tabela 8 – Influência do tipo de oração no uso da variante **voce**

Tipo de oração	Ocorrências/total	Porcentagem
Oração absoluta	3/9	33%
Oração principal	54/135	40%
Oração coordenada	204/515	39%
Oração subordinada	64/122	52%
Total	325/781	41%

Observando os resultados não notamos influência particular do tipo de oração no uso da variante **voce** como forma indeterminadora, o que podemos mostrar, sem fazer uma análise mais detalhada, é que este pronome apresentou frequência maior nas orações coordenadas. Podemos inferir que o conteúdo dos inquéritos tenha condicionado esse tipo de oração, tendo em vista que os falantes relatam acontecimentos cotidianos.

Analisando os resultados percentuais, as orações subordinadas ocupam o primeiro lugar, favorecendo, dentro deste fator, a aplicação da regra. No entanto, o grupo como um todo não parece apresentar influência na escolha dos pronomes, como verificou Cunha (2003), ao estudar *a Indeterminação pronominal do sujeito* no Rio de Janeiro. Resultado semelhante é verificado por Carvalho (2010), que ao considerar a forma **voce** como valor de aplicação, constatou que o tipo de oração foi um dos grupos de fatores que não foi selecionado pelo programa.

3.2.2 Tipo de verbo

O tipo de verbo se configura no segundo grupo de fatores selecionado como não relevante no uso da variante **voce** como forma indeterminadora. Os resultados não suprimam a nossa expectativa, pois acreditávamos que os verbos transitivos, por representar o maior número de verbos, condicionariam o uso dessa forma indeterminadora. Os resultados podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 9 – Influência do tipo de verbo no uso da variante **voce**

Tipo de verbo	Ocorrências/total	Porcentagem
Transitivo	238/554	42%
Intransitivo	61/169	36%
Ligação	26/32	44%
Total	325/781	41%

Considerando o número de ocorrências, os verbos transitivos se apresentam em evidência. No entanto, em resultados percentuais, o foco é direcionado para os verbos de ligação. Comportamento semelhante pode ser conferido em Carvalho (2010), ao apresentar os verbos intransitivos em evidência quando analisado o peso relativo (.53), embora os verbos transitivos tenham apresentado maior número de ocorrências. Já em Santana (2006) esse grupo de fatores também não foi selecionado.

3.2.3 Preenchimento do sujeito

Na escala apresentada pelo programa, dos grupos de fatores não selecionados, o preenchimento do sujeito se apresentou em terceiro e último lugar. Os resultados estão representados na tabela abaixo.

Tabela 10 – Influência da variável preenchimento do sujeito no uso da variante **você**

Preenchimento do sujeito	Ocorrências/total	Porcentagem
Sujeito preenchido	286/656	43%
Sujeito não preenchido	39/125	31%
Total	325/781	41%

Os resultados apresentam que há uma preferência do falante feirense pelo preenchimento da forma indeterminadora **Você**. Analisando os resultados acima notamos que o preenchimento supera a forma não preenchida numa razão de 12%. Nos resultados apresentados por Carvalho (2010), esse grupo de fatores foi selecionado em segundo lugar, apresentando maior tendência da variante **você** como forma indeterminadora com sujeito lexical preenchido. Podemos inferir que quando o uso das formas **você** e **a gente** for de referência indeterminada o falante feirense tende a preencher mais o sujeito.

Concluídas as nossas análises passamos para as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já exposto, a proposta deste trabalho foi a de identificar na variedade linguística de Feira de Santana as variadas formas que os falantes usam para indeterminar o sujeito além das propostas pelas GTs e verificar quais os fatores linguísticos e extralinguísticos influenciariam o uso de uma ou outra forma.

Como esperado, ao analisarmos os resultados, constatamos o limite de possibilidades que as GTs oferecem para indeterminar o sujeito ao verificar o leque de opções que os feirenses empregam para o mesmo fim; entre elas encontramos formas pronominais com sujeito lexical preenchido: **eu, você, a gente, nós, eles** e **formas nominais**; e variantes sem sujeito lexical preenchido: **verbo na terceira pessoa do singular (ØV3PS), verbo na terceira pessoa do plural (ØV3PP), Ø +VERBO+SE** e **Ø+V INF**.

No *corpus* estudado não foram encontradas ocorrências do pronome **tu**, aqui considerado como possível forma utilizada pelos feirenses como recurso indeterminador, já que essa variante faz parte da comunicação interpessoal desses falantes. Inferimos que este comportamento se deu pelo fato de os inquiridos, Diálogo entre documentador e informante (DID), não terem propiciado a ocorrência da forma **tu**, pois esse tipo de entrevista apresenta comunicação mais diretiva entre os pares envolvidos. Portanto, todas as ocorrências da variante **tu** apresentaram-se em contexto de referência determinada.

Verificamos que as formas consideradas padrão – **ØV3PP** e o **Ø +VERBO+SE** – não se mostraram significativas em nossa amostra; **ØV3PP**, por exemplo, apresentou apenas 121 dados, 72% desses dados couberam a falantes menos escolarizados, considerada assim de uso mais popular. Já a forma **Ø +VERBO+SE** ocupou o 8º lugar, com apenas 48 ocorrências, com percentual de 4%, tendo sido 34 ocorrências produzidas por falantes possuidores de maior escolaridade. Constatamos que essas formas, apesar de se apresentarem padrão, estão perdendo espaço para outras possibilidades de indeterminação.

Dentre as possibilidades de indeterminação do sujeito não legitimadas pelas GTs, as que apresentaram maior ocorrência foram as variantes **a gente, você** e **FNs**. Como já exposto, optamos por considerar a variante **você** como valor de aplicação por ela se apresentar como forma mais inovadora para indeterminar o sujeito do que a variante, **a gente**.

Verificamos que a indeterminação do sujeito não se prende a uma estrutura de sujeito lexical não preenchido como exigem as GTs; o que nos possibilitou essa conclusão foi o fato de levarmos em consideração que a indeterminação é um fenômeno linguístico

explicável essencialmente nos níveis semântico e discursivo, tendo em vista que o que se indetermina é a referência do sujeito, estando esta essencialmente relacionada ao contexto. Portanto a indeterminação do sujeito corresponde a indeterminação do referente.

Tomando como estratégia de indeterminação o pronome **você**, o fenômeno não se mostrou sensível à influência das variáveis linguísticas: **tipo de oração, tipo de verbo, preenchimento do sujeito. O tempo e modo verbal**, foi selecionado pelo programa, grupo de fatores que ocupou na escala de seleção o terceiro lugar. Observamos que o tempo verbal que apresenta o maior número de ocorrências é o presente do indicativo. No entanto, quando analisados os pesos relativos, os resultados mostram que o **futuro do subjuntivo** (0.82) e o **infinitivo** (0.76) são os que mais condicionam o uso da variante **você** como forma indeterminadora, seguidos do presente do indicativo (0.56). Notamos que o tempo e modo verbal estão relacionados ao tipo de narrativa; tanto o presente do indicativo quanto o futuro do subjuntivo apareceram em contextos nos quais o discurso do informante ocorria em situações hipotéticas.

Quanto aos grupos de fatores sociais considerados neste trabalho – **faixa etária, sexo/gênero e escolaridade** – todos foram selecionados pelo programa como favorecedores da variante **você** como forma indeterminadora. Na escala geral, **a faixa etária** foi o primeiro grupo a ser selecionado pelo programa. Os falantes jovens mostraram maior sensibilidade ao uso da forma **você** para indeterminar o sujeito, configurando-se a forma mais inovadora do que a variante **a gente**, sinalizando assim um processo de mudança em curso. Na sequência da seleção, apresenta-se a variável sexo/gênero, cujos resultados apontam maior frequência de uso da variante **você** por parte dos homens.

A variável escolaridade ocupou o quarto e último lugar dentre os grupos de fatores selecionados pelo programa. Notamos que esse fenômeno é objeto de ensino escolar, no entanto escapa à atenção normativa da escola, ou seja, a indeterminação do referente não sofre a atenção disciplinadora e gramaticizadora. Assim, o que nos levou a esta conclusão foi o número considerável de ocorrências por parte dos falantes tanto possuidores de ensino superior. Entretanto, notamos que as mulheres do ensino fundamental I (todas as faixas etárias) apresentam frequência baixa no uso da variante **você** para indeterminar o sujeito, preferindo a forma mais antiga **a gente**. A nossa hipótese foi a de que o acesso limitado desses falantes em contextos sociais pode estar limitando o uso da forma mais inovadora **você**.

Por fim, os resultados mostraram que existem muito mais possibilidades de indeterminar o sujeito do que as apontadas pelas GTs; os fatores linguísticos aqui

considerados não se apresentaram condicionadores – o único selecionado pelo programa foi o tempo e modo verbal – enquanto que os fatores sociais acima relacionados, sim, nos levando a considerar a variante **você** como a forma mais inovadora, sinalizando um processo de mudança em curso liderada por falantes do sexo/gênero masculino, mas utilizada tanto por mulheres quanto por homens possuidores de nível superior, caracterizando-se em uma forma neutra.

Os resultados aqui apresentados se caracterizam em uma pequena análise do fenômeno sobre a indeterminação do sujeito. Lembramos que estamos tratando de um fenômeno variável na língua e que o processo é cíclico. Portanto, este trabalho não encerra a múltipla possibilidade de estudo sobre o tema aqui tratado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 43. ed – São Paulo: Saraiva, 1999.

ALMEIDA, Norma Lucia F. de e CARNEIRO, Zenaide de O. N. **Amstras da língua falada no semi-árido baiano**. Feira de Santana: UEFS/FAPESB, 2008.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana**. 1990. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Feira de Santana, 1990.

ARAUJO, Silavana Silava de Farias; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. **A língua portuguesa no semiárido baiano**. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/associados/feira-de-santana>, Acesso em: 20 jan. 2012.

ASSUNÇÃO, Carlos; SANTOS, Helena Passos. Aspectos de sintaxe em Epiphânio da Silva Dias. Disponível em: < [http; -filologia.org.br abf-rabf-4-045.pdf](http://-filologia.org.br/abf-rabf-4-045.pdf)>, Acesso em 23 dez. 2011.

ASSUNÇÃO, J. S. **A variação tu/você no falar feirense**. In: XII Seminário de Iniciação Científica da UEFS, 2008, Feira de Santana - BA. Pesquisa, Inivação e Desenvolvimento Regional. Feira de Santana: Imprensa UEFS, 2008.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 10.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 11.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. **Moderna Gramática portuguesa: cursos de 1o. e 2o. graus / Evanildo Bechara; com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira e no último acordo ortográfico**. 28 ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1983.

_____. **Moderna Gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1982.

CARVALHO, Valter de. **Você, a gente et alia indeterminam o sujeito em Salvador**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010

CASSETI, Valter. **Elementos de geomorfologia**. Editora: Ed.da UFG, Goiás, 2008.

CASTILHO, Ataliba de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CUNHA, C.; L. CINTRA. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

_____. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

CUNHA, Cláudia de Souza. **Indeterminação pronominal do sujeito**. 1993. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

DUARTE, Maria Eugênia L. **A perda do princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro**. 1995. 151f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. **Fragmenta**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 13, 1996, p. 51-82.

FRANCESCHINI, Lucelene Teresinha. **Variação pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia** – SC /2011. 252 f. Tese (Doutorado em Letras) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011.

GALVÃO, Renato Andrade de. Os povoadores da região de Feira de Santana. **Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**. Vol.1, n.1 (jul, - dez.1982), p.25-31.

GODOY, Maria Alice Maschio. **A indeterminação do sujeito no interior paranaense: uma abordagem sociolinguística**. 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1999.

GOLDVARB, J.; LAWRENCE, H. & TAGLIAMONTE, S. **Goldvarb. 2001: a multivariate analysis application for windows**. User's Manual, 2001.

GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa - instrumental de análise** – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

IBGE. **População recenseada: censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 31 de dez. 2011.

ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, [1972] 2008. (Lingua[gem] 26). Tradução de: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**: percurso histórico. 1999. 213 f. Tese (doutorado em Língua portuguesa) – Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, Mudança e linguagem**: um percurso na história da linguística. São Paulo, SP: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto** Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras/CNPq (Brasil) - Vol. 3 – 2008, p.39-53.

_____. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

MENON, Odete Pereira da Silva **Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC/SP**. 1994. XXX 397f. Tese (Doutorado em Linguística) - Université de Paris VII, Paris, 1994.

_____. O sistema pronominal do português do Brasil. **Letras**, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.

_____. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino. **Variação, mudança e contato linguístico no português da Região Sul**. Pelotas: Educat, 2006. Cap. 7, p. 125-167.

MILANEZ, Wânia. **Recursos de indeterminação do sujeito**. 1982. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004, p.43-50.

_____. **Pronomes pessoais**: subsídio para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC. 1994

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004, p.43-50.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000

NICOLA, José de.; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. 15. ed. 8ª impressão. São Paulo: Scipione, 2002.

_____. **Gramática essencial**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997, 287p.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança**. 2006. 254 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OMENA, Nelize Pires de. A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. In: NARO, Anthony, *et alii*. **Relatório Final de Pesquisa: Projeto Subsídios do Projeto Censo à Educação**. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 2, p. 286-319, 1986.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004, p.33-42.

PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Mudança linguística: observações no tempo real. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004, p.179-190.

PAREDES E SILVA, V. L. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 160-169.

PENKAL, Loremi Loregian. Alternância tu/você em Santa Catarina: uma abordagem variacionista. In: **Estudos Linguísticos XXXIV**, p. 362-367. UNICENTRO, 2005.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 2.^a ed. São Paulo. Editora Ática, 1996.

PONTES, Eunice S. L. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória. 1986.

ROLLEMBERG, Vera *et al*. Os pronomes pessoais sujeito e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n.11, p. 53-74, 1991.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática completa: teoria e prática**. 30.ed. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. **A indeterminação do sujeito no português rural do semi-árido baiano**. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SETTI, Adriane Cristina Ribas. **A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil**. 1997. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1998.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 2. ed São Paulo: Ática, 1986.

TEIXEIRA, Eliana S. Pitombo. Tu e você no português da Bahia no século XIX: por uma linguística sócio-histórica. **A Cor das Letras: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana – nº7**. Feira de Santana: UEFS, 2006. p.53-63.

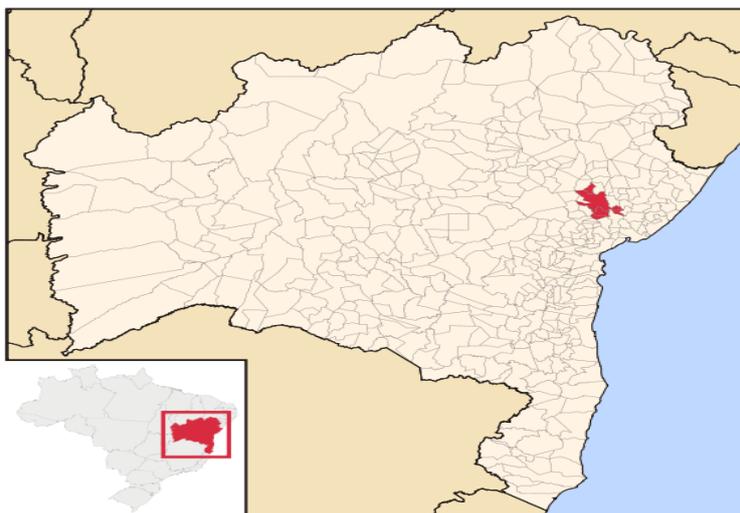
VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-57.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte, – São Paulo: Parábola Editorial, 2006 – (Lingua [gem]:18).

ANEXOS

ANEXO A

MAPA DA BAHIA / FEIRA DE SANTANA



FONTE: <http://maps.google.com.br/maps?>

ANEXO B

MAPA RODOVIÁRIO

FONTE: <http://maps.google.com.br/maps?>